

● **Os deputados da “AD” cumpriram o seu papel de fazer passar o Governo Balsemão**

Pág. 4

● **Entretanto os factos demonstram que o Governo não serve**

Pág. 10



Pág. 3

O entusiástico e caloroso comício de amizade PCP-PCG, no qual interveio o camarada Álvaro Cunhal, levou ao Estádio «Sporting», em Atenas, vários milhares de comunistas gregos, nomeadamente muitos jovens, durante a visita que o secretário-geral do nosso Partido acaba de realizar à Jugoslávia e à Grécia

COMUNISTAS DA GRÉCIA RECEBEM ÁLVARO CUNHAL COM COMÍCIO EM ATENAS

REFORÇAR A ORGANIZAÇÃO

O Partido, de Norte a Sul, põe em prática a orientação traçada na última reunião plenária do Comité Central: a preparação das comemorações do 60.º aniversário é já uma realidade.

Páginas centrais



Pecuária em crise por culpa do Governo

Pág. 9

Avante!
Proletários de todos os países: UNI-VOS!

O próximo número do “Avante!” já custará 15 escudos.

Como acontece sempre que somos obrigados a alterar o nosso preço — e só o fazemos quando é completamente impossível manter o anterior — a explicação que devemos aos nossos camaradas, amigos e leitores, não é fundamentada apenas nas realidades dos custos a que não podemos fugir.

Baseia-se também na necessidade sempre presente de reforçar o Partido e o seu jornal. Embora ainda assim fiquemos, como das outras vezes, bastante aquém do preço normal dos semanários portugueses, os 15 escudos que passa a custar o “Avante!” constituem o mínimo de que não podemos abdicar perante os aumentos verificados, e não só, como é sabido, naquilo que nenhum jornal pode dispensar.

DTD O escândalo continua! IIP

Pág. 12

Editorial

O TERRENO ESTÁ LAVRADO - LANCEMOS A SEMENTE

A derrota das forças reacconárias em 7 de Dezembro — os factos diariamente o comprovam — criou uma situação nova em Portugal.

O 7 de Dezembro não foi uma simples pugna eleitoral em que, por efeito do simples «jogo democrático», o candidato vencedor, general Ramalho Eanes, reuniu a maioria necessária para derrotar logo à primeira volta de maneira tão substancial e concludente o candidato mais cotado da reacção, general Soares Carneiro.

O que esteve em confronto foram, de facto, duas concepções antagónicas de vida e de ordenamento político da sociedade portuguesa; o que se disputou sob a forma de eleições foi a continuidade ou a rejeição do chamado «projecto AD» e, por inferência íntima, a continuidade ou a rejeição do regime democrático e do próprio 25 de Abril.

E o que resultou das eleições presidenciais foi uma situação profundamente diversa da situação anterior.

Justamente se diz no documento de 17 de Janeiro do Comité Central do PCP que a vitória do general Ramalho Eanes «provocou importante modificação na situação política portuguesa».

Esta modificação foi inteiramente sentida, está já a ter — e terá ainda mais no futuro imediato — consequências profundas no comportamento e na luta do Povo português.

De facto, desmontando a estrutura interna dos resultados eleitorais, avaliando o alcance imediato e a médio prazo da derrota do candidato da «AD», mergulhando criticamente sobre a cadeia dos acontecimentos posteriores tudo indica e reflecte uma situação nova.

O que caracteriza esta nova situação? Muitos aspectos de vária ordem, mas fixemo-nos em dois fundamentais:

Um — o plano subversivo da reacção para a destruição do regime democrático, forma última de levar avante o celebrado «projecto AD», ruiu pela base, a sua derrota provocou a desorientação, a divisão e o recuo das forças reacconárias;

Outro — abriram-se condições extraordinariamente favoráveis para a defesa e consolidação da nossa democracia, para contrapor ao Governo actual e à sua política, ao famigerado e derrotado «projecto AD», uma alternativa democrática.

Estes dois aspectos fundamentais da situação posterior à derrota reacconária de Dezembro último não determinaram por si, de maneira automática e espontânea para as forças democráticas, a concretização dos objectivos para que apontam.

Ao contrário, se certas condições essenciais não são preenchidas pertinentemente, se as forças democráticas deixam passar o tempo político para o arranque e a concretização de iniciativas, a situação pode modificar-se num

sentido oposto, isto é, num sentido favorável aos intentos da reacção.

As condições essenciais chamam-se: iniciativa política, unidade e luta das forças democráticas.

PARA a justa compreensão dos perigos que subsistem e das tarefas actuais das forças democráticas é imperioso não perder de vista o comportamento das forças reacconárias.

É uma verdade incontroversa que o plano subversivo da «AD» foi derrotado — e estrondosamente derrotado — mas é também verdade que está já em curso uma nova ofensiva para o retomar e levar avante nas novas condições.

Os «falcões» da Aliança reacconária, que são um partido fascizante no seio da coligação governamental, tentam de novo impor a sua lei nos domínios da subversão contra o regime e da acção desestabilizadora das instituições democráticas.

A guerrilha institucional contra o Presidente da República reeleito é já um facto e desdobra-se desde já abertamente nos planos mais diversos.

Na imprensa reacconária e nos órgãos de comunicação social estatizados, significativamente ainda sob o controlo dos elementos mais reacconários, multiplicam-se os ataques surdos ou abertos contra o Presidente da República, provoca-se a desestabilização das Forças Armadas; vê-se à légua a grosseira tentativa de as opor ao actual CEMGFA, que é ainda o general Ramalho Eanes, a propósito das últimas remodelações na alta hierarquia militar. Tudo isso é desde já uma prática corrente e aberta dos golpistas da direita.

Grupos de pressão da extrema direita tentam de novo, desesperadamente, partidizar a manipulação e instrumentalização das Forças Armadas.

Jornais fascistas e fascizantes, autênticos porta-vozes dos «falcões» da «AD», abrem fogo contra o Presidente da República que recolheu um significativo «voto de confiança» do Povo português, inventam ondas de mal estar no seio das Forças Armadas, fazem «rolar cabeças» no ceto das suas fantasias, tentam erguer entre os militares um «movimento de coronéis» fantasma contra as últimas decisões do CEMGFA.

Claro que é um fogo de «papel de jornal» atestado e alimentado nos subterrâneos de subversão do «directório». Mas um fogo perigoso.

A reacção não interessa o enquadramento democrático das Forças Armadas, teme, sobretudo, que os militares de Abril possam continuar a ser, numa nova institucionalização das Forças Armadas, um estelo da democracia e treme pela perda de posições e de influência subversivas entre os militares que a eleição de Dezembro claramente mostrou.

O PCP sempre se manifestou, lutou e lutará, no quadro das instituições, contra a partidização, a ingerência e infracções à autonomia interna das Forças Armadas de

acordo com a lei fundamental do País. E nesta posição se identifica com as aspirações mais sentidas do Povo português.

ENOS domínios da Lei Fundamental do País, da Constituição democrática dos portugueses, em ano de poderes de revisão constitucional, acentuam-se os preparativos e as manobras de bastidores das forças reacconárias para alterarem no sentido dos seus objectivos de subversão os limites formais e materiais da Constituição. «Comissões de revisão» pululam nos terrenos da «AD».

«Grupo de Coimbra», da liderança de Lucas Pires e Barbosa de Melo; a equipa de Freitas do Amaral; o «herdeiro presuntivo» das conhecidas ideias de revisão inconstitucional da Constituição de Sá Carneiro, Santana Lopes, deputado do PSD, agora chumbado na Faculdade de Direito como «constitucionalista» — todas estas facções e elementos da direita e da extrema direita se empenham por caminhos formalmente diferentes em objectivos comuns: liquidar Abril e as suas conquistas na Constituição da República como passo essencial para a sua liquidação efectiva.

O interessante é que todos eles falam na necessidade de uma Constituição para «todos os portugueses» (para essa gente e mais para o sr. Bispo de Bragança, alinhado com a reacção mais retrógrada, a actual Constituição «foi imposta», não é de todos os portugueses, apesar de só o CDS ter votado contra ela) — uma Constituição «para todos» mas os seus projectos nem sequer são para eles próprios.

O sr. Santana Lopes diz, por exemplo, em defesa do seu «projecto Sá Carneiro» que o projecto do «Grupo de Coimbra» não tem nada a ver com os partidos que integram a «AD» e que o projecto Freitas do Amaral é «demasiado conciliador com os limites materiais à revisão, contidos no actual texto constitucional. Não é o projecto da AD»...

NA batalha da Constituição perfilam-se os interesses da democracia e da antidemocracia. O descarado namoro da Aliança reacconária ao PS, tolerado de maneira preocupante por alguns deputados e dirigentes socialistas é uma ameaça à defesa consequente da Constituição e aos limites formais e materiais da sua revisão.

Certas atitudes incompreensíveis de deputados da FRS, concretamente na votação da moção de rejeição do Programa do Governo apresentada pelo PCP, ao contrário da posição dos deputados comunistas que votaram, apesar de sérias reservas, a moção da FRS, juntamente com o reacender do anticomunismo e dos ataques ao PCP na imprensa afecta ao PS, são factores que diminuem e podem comprometer o aproveitamento das condições favoráveis à defesa e consolidação da democracia criadas pela clamorosa vitória de 7 de Dezembro.

Começa também a renascer no seio do PS, nesta fase antecessora do seu Congresso,

a ideia de uma «alternativa FRS» ao Governo e à política da «AD» para daqui a quatro anos, nos moldes da falsa e derrotada concepção da «maioria absoluta FRS» numa futura Assembleia da República. São atitudes e concepções perigosas para o futuro da Democracia.

A unidade das forças sociais e políticas que derrotaram a «AD» e Soares Carneiro e deram a vitória ao Presidente Eanes é uma condição indispensável para o aproveitamento das condições favoráveis abertas pelas eleições de Dezembro.

Certos sectores democráticos, designadamente o PS, tardam em compreender, ou não querem compreender, o verdadeiro carácter e alcance da vitória de Ramalho Eanes.

É imperioso e urgente o diálogo e um esforço unificador entre todas as forças democráticas e patrióticas que souberam dar uma tão decisiva resposta à reacção nas eleições presidenciais.

Aqueles que desbaratam este precioso capital assumem perante o Povo português uma pesada responsabilidade.

INICIATIVA política, a unidade e luta das forças democráticas são condições essenciais para o aprofundamento dos factores favoráveis existentes.

A questão da alternativa ao Governo e à política da «AD» implica uma vigorosa acção em todos os terrenos.

Uma «alternativa FRS» como uma «alternativa APU» não têm qualquer hipótese de se impor ao domínio político actual da «AD» a nível governativo e legislativo.

A ampla frente das forças sociais e políticas que fizeram triunfar a candidatura do general Eanes pode garantir a um prazo mais ou menos breve — de qualquer maneira antes de quatro anos — a elaboração e o triunfo de uma alternativa democrática, de um verdadeiro projecto nacional de defesa das liberdades, das conquistas de Abril, de elevação das condições de vida do Povo português, de recuperação económica, de defesa da independência nacional e da Paz dos portugueses.

É matéria de negociações e diálogo mas é, sobretudo — tem de ser — um produto fundamental da unidade, da luta, da dinamização do movimento operário e popular de massas em todas as frentes na base das reivindicações imediatas e concretas do povo trabalhador.

Operários industriais e agrícolas, pequenos e médios agricultores, proprietários e rendeiros, comerciantes e industriais, as mulheres, a juventude, os reformados e os deficientes representam não só a massa vital e vastamente dominante na população portuguesa como a força decisiva que levará à derrota o famigerado projecto subversivo da «AD».

No movimento sindical, nas empresas, nas autarquias, nos terrenos, mais variados amadurecem as condições para a unidade e a acção das forças democráticas.

O terreno está lavrado. Lancemos-lhe a semente e os frutos vingarão.

Documentos
da Conferência Nacional
do PCP
(Porto, 31 de Maio de 1980)

Não ao Mercado Comum

A mais completa análise realizada no nosso país
sobre a adesão de Portugal à CEE e as suas consequências
na economia nacional.

À venda



Publicam-se neste volume (último da série «Não ao Mercado Comum») as intervenções efectuadas nas secções Pescas e Comércio/Transportes/Turismo, no âmbito da Conferência do PCP «Portugal e o Mercado Comum».

A Conferência surge como um contributo valioso no domínio da recolha de informação, estudo e debate, iniciativa verdadeira e democraticamente participada que possibilitou uma análise aprofundada das consequências económicas, sociais e políticas da eventual integração de Portugal.

A divulgação dos materiais de apoio contribuirá sem dúvida para uma maior sensibilização de todos os portugueses em relação à problemática de uma eventual adesão à CEE, pois, como ficou amplamente demonstrado, se analisada de forma objectiva e realista, para todos ficará claro que tal adesão afectará seriamente a economia portuguesa, revelando-se apenas como uma manobra inequivocamente política, contrária e lesiva dos verdadeiros interesses nacionais.

Camaradas falecidos MANUEL RODRIGUES

Nascido em Almancil, onde muito jovem se fez pequeno agricultor, depois pai de família e um dia, ensinado pela vida, comunista, ali acaba de morrer.

Na sua região cedo se tornaria apreciado como poeta popular que punha em versos ingenuos os problemas e as riquezas da gente pobre que a luta pela vida o foi fazendo conhecer e à qual um dia decidiu ligar-se para sempre através do elo mais forte: o Partido Comunista. Vai para uma trintena de anos, vendeu todos os seus bens, a casa e as terras que com os seus amanhava, pegou no dinheiro obtido, nos parcos haveres que lhe restavam e na sua família que se tomara entretanto uma família de comunistas, e tudo ofereceu incondicionalmente ao seu Partido.

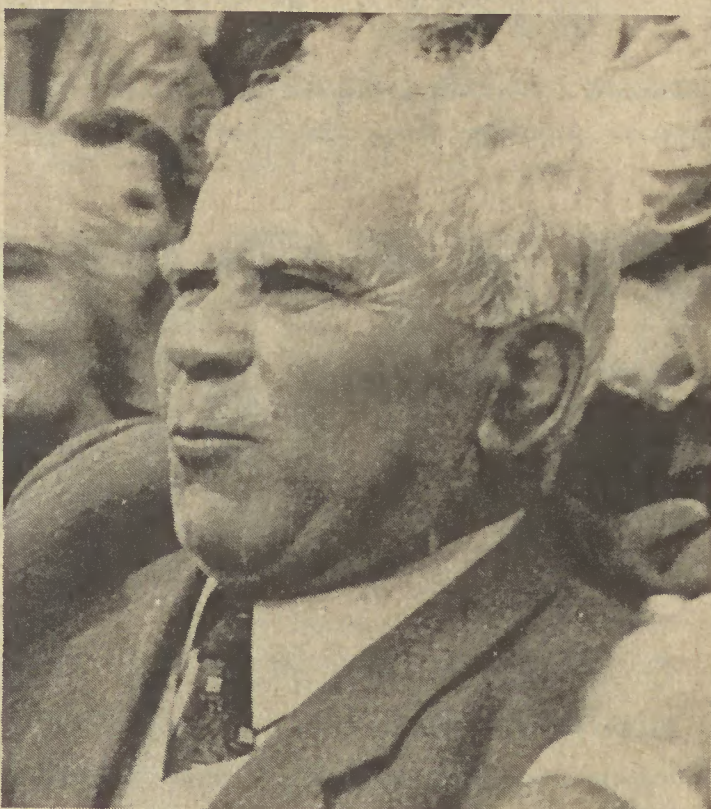
Saiu do Algarve e iniciou então a sua vida clandestina: trabalhando primeiro no campo, sob uma falsa identidade, a sua casa

passou a ser uma casa do Partido — o apoio defendido para muitos e muitos funcionários e dirigentes do Partido obrigados à mais severa clandestinidade, mais tarde a tipografia de onde saíram para a rua muitos materiais do Partido, os apelos e palavras de ordem para as lutas que os comunistas organizavam e dirigiam. Toda a sua vida de militante foi marcada por extrema dedicação e espírito de sacrifício, servindo o Partido em todas as circunstâncias e onde quer que fosse necessário.

Preso em 1963, barbaramente torturado pela PIDE, sujeito a maus tratos, incluindo espancamentos, durante os anos em que foi mantido em Caxias e em Peniche, Manuel Rodrigues foi um exemplo de generosidade, de dedicação e intransigência revolucionária que o nosso Partido, para além da sua morte, guardará.

MARGARIDA BULHÃO PATO REBELO — Nascida em 10 de Março de 1898, na freguesia da Caparica, concelho de Almada, faleceu no passado dia 22 a militante comunista Margarida Stella de Bulhão Pato Maia Rebelo. Entre 1927 e 1932, altura em que acompanha o marido, Eduardo Henrique Maia Rebelo, destacado oficial da Marinha, republicano convicto, nas suas prisões e deportações pelo regime fascista, a camarada toma contacto pela primeira vez com o Partido através de seu irmão Dinis e de dois companheiros de deportação do marido, militantes

do PCP. Desde essa altura até ao fim da sua vida esteve sempre ao lado do Partido, tendo prestado vários serviços e tarefas ligadas à actividade clandestina, designadamente na sua casa de S. Pedro do Estoril, Porto, Lisboa, Angra do Heroísmo, Ponta Delgada, Santa Cruz da Graciosa, Lourenço Marques, Cabo Verde. Timor foram pontos de passagem na sua vida difícil, mas sempre firme e combativa. Durante anos, na clandestinidade, a sua contribuição financeira para o Partido era inscrita no «Avante!» sob a rubrica «Uma mãe comunista».



O camarada Manuel Rodrigues quando, em Outubro de 1974, assistia aos trabalhos do VII Congresso Extraordinário do PCP

ALFREDO CARRIÇO — Com 56 anos, faleceu recentemente o nosso camarada Alfredo Carriço, residente e natural do Funchal, Região Autónoma da Madeira. Sapateiro, dirigente sindical, firme lutador pela liberdade e a democracia, Alfredo Carriço deixou mulher e filha jovem.

ALFREDO CABRITA — Militante do Partido desde Dezembro de 1974, faleceu

o camarada Alfredo da Silva Cabrita, de 66 anos, ferroviário aposentado, residente em Pinhal Novo (Palmeira). Pertencia à célula dos reformados daquela localidade

ANTÓNIO DE ALBUQUERQUE — Residente no Dafundo (Algés), faleceu o nosso camarada Alfredo de Albuquerque, director de Fazenda (Ministério das Finanças), aposentado. O funeral realizou-se no passado dia 25.

Um Combate
de Todos!

Paz e Socialismo

Uma nova colecção

edições
Avante!

A presente antologia inclui alguns dos mais importantes discursos proferidos por Fidel Castro desde o I Congresso do Partido Comunista de Cuba (1975) até à última Assembleia Geral da ONU (1979). Num estilo vibrante e entusiasmado, Fidel Castro evoca nestes seus discursos alguns dos momentos mais gloriosos da história de Cuba e algumas das questões mais importantes da construção do socialismo na Ilha da Liberdade.

A NOSSA LUTA
É A LUTA
DO POVO

Avante!
Proletários de todos os países: UNI-VOS!

O jornal
dos trabalhadores
da democracia
e do socialismo

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português. Rua Soeiro Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX. Tel. 768345. ADMINISTRAÇÃO: Editorial Avante!, SARL. Av. Santos Dumont, 57-31 D.º — 1000 Lisboa. Tel. 769744/769751.

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soeiro Pereira Gomes — 1699 Lisboa-CODEX. Tel. 769725/769722.

DISTRIBUIÇÃO: CDL, Central Distribuidora Livreira, SARL. Serviços Centrais: Av. Santos Dumont, 57-2 D.º — 1000 Lisboa. Tel. 779828/779825.

Centro Distribuidor de Lisboa: Av. Santos Dumont, 57-CV — 1000 Lisboa. Tel. 768705. (Abrange os distritos de Lisboa, Santarém e Setúbal).

Casa de Venda em Lisboa: Rua do Século, 80 — 1200 Lisboa. Tel. 372238.

Centro Distribuidor do Norte: R. Miguel Bombarda, 5/3 — 4000 Porto. Tel. 28838.

Casa de Venda: R. do Almada, 18-2.º Esq. — 4000 Porto. Tel. 310441.

Centro Distribuidor do Centro: Rua 1.º de Maio 166, Pedruiha — 3000 Coimbra. Tel. 31285.

Centro Distribuidor do Alentejo: Alarcova do Baixo, 13 — 7000 Évora. Tel. 26361.

Centro Distribuidor do Algarve: Rua 1.º de Dezembro, 23 — 8000 Faro. Tel. 24417.

ASSINATURAS: Av. Santos Dumont, 57-2.º Esq. — 1000 Lisboa. Tel. 779828.

PUBLICIDADE CENTRAL:

Av. Santos Dumont, 63-A — 1000 Lisboa. Tel. 776936/776950. Porto — Rua do Almada, 18-2.º Esq. — 4000 Porto. Tel. 381067.

EXPEDIÇÃO: R. João de Deus, 24 — Venda Nova — 2700 Amadora. Tel. 900044.

Composto e impresso na Heika Portuguesa R. Elias Garcia, 27 — Venda Nova — 2700 Amadora.

Tiragem média no mês de
Dezembro: 64 016

Álvaro Cunhal na Jugoslávia e na Grécia

A visita que o camarada Álvaro Cunhal realizou, no decorrer da passada semana, à Jugoslávia e à Grécia constitui um importante factor para o reforço das relações de amizade e de cooperação entre os comunistas portugueses e os comunistas jugoslavos e gregos. Simultaneamente, esta deslocação veio contribuir para reforçar os laços de amizade entre o povo português e os povos da República Socialista Federativa da Jugoslávia e da Grécia.

O secretário-geral do PCP, que viajou acompanhado por José Casanova, membro suplente da Comissão Política do CC do nosso Partido, deslocou-se àqueles dois países a convite, respectivamente, da Liga dos Comunistas da Jugoslávia e do Partido Comunista da Grécia.

Na Jugoslávia: conversações muito largas e muito francas

As conversações mantidas entre a delegação do PCP, dirigida por Álvaro Cunhal, e a delegação da Liga dos Comunistas da Jugoslávia, chefiada pelo camarada Lazar Mojsov, presidente da presidência do CC, constituíram o ponto mais importante da visita de três dias que o secretário-geral do nosso Partido efectuou à República Socialista Federativa da Jugoslávia.

No decorrer dessas conversações — em que participaram ainda, em representação do nosso Partido o camarada José Casanova e, em representação da Liga dos Comunistas da Jugoslávia, os camaradas Hamdija Pozderac, membro da Presidência do CC, Vlado Janzic, secretário executivo da Presidência do CC, Petar Boskovic, dirigente da Secção Internacional da Presidência do CC, Slavko Njegomir, colaborador da Secção Internacional, Vasic, chefe de gabinete do Presidente da Presidência do CC, e Sonja Asanovic, intérprete — as duas delegações procederam a uma troca de impressões muito larga sobre problemas de interesse comum, particularmente questões internacionais e temas ideológicos.

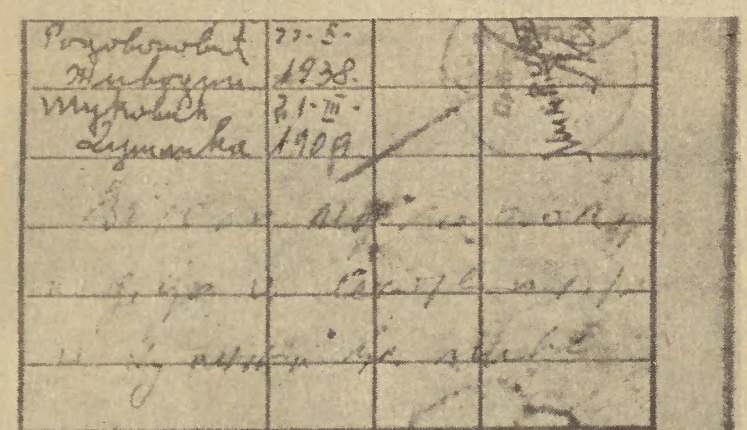
No seu regresso a Lisboa, o secretário-geral do nosso Partido, comentando para os jornalistas que o aguardavam no aeroporto a forma como decorreram as conversações entre o PCP e a Liga dos Comunistas da Jugoslávia — conversações que qualificou como muito largas e muito francas — sublinhou:

É sabido que há diferenças de opinião entre o Partido Comunista Português e a Liga dos Comunistas da Jugoslávia. Entretanto, pensamos que a visita resultou, com toda a nitidez, não apenas a vontade mas a real necessidade de reforçar os laços de amizade, solidariedade recíproca e cooperação entre os dois partidos.

No decorrer dessas conversações, os dirigentes jugoslavos mostraram grande compreensão pela situação que se vive em Portugal e pela actividade do nosso Partido.

A memória do passado e o trabalho para o futuro

Nos três dias que permaneceram na Jugoslávia socialista, os camaradas Álvaro Cunhal e José Casanova visitaram uma



Portugal, a memória do passado e o trabalho para o futuro. A visita de Álvaro Cunhal e José Casanova à Jugoslávia foi marcada por momentos de profunda reflexão sobre a história comum e os desafios do futuro. As conversações foram muito francas e abertas, permitindo uma troca de ideias e experiências que fortaleceu a amizade entre os dois partidos.

Declarações de Álvaro Cunhal à chegada

Ao regressar a Portugal, o camarada Álvaro Cunhal no aeroporto de Lisboa, deu conta aos vários jornalistas que o aguardavam da forma como decorreram a visita da delegação do PCP à Jugoslávia e à Grécia.

Depois de ter recebido os cumprimentos do Embaixador da Jugoslávia no nosso país, Aleksander Manetovic, e de uma delegação do PCP constituída pelos camaradas José Vitoriano, da Comissão Política do CC, e Adelino Pereira da Silva e Albano Nunes, do Comité Central,



Reforço das relações entre o PCP e os comunistas jugoslavos e gregos

Na Grécia: calorosa amizade e fraternal cooperação

Um comício de amizade realizado no Estádio «Sporting», em Atenas, culminou, de forma entusiástica e vibrante, a visita de dois dias que o camarada Álvaro Cunhal, secretário-geral do PCP, realizou à Grécia, depois da sua estadia na Jugoslávia. Nesse comício, a delegação do nosso Partido foi acolhida pelos milhares de presentes com um entusiasmo e um calor que, na opinião dos camaradas Álvaro Cunhal e José Casanova — que acompanharam igualmente o secretário-geral do PCP nesta deslocação à Grécia a convite do Partido Comunista deste país — se assemelhou muito ao entusiasmo das realizações do nosso Partido.

Isso mesmo foi logo salientado pelo camarada Álvaro Cunhal no seu regresso a Lisboa. Aliás, na sua intervenção no decorrer do comício, o camarada Álvaro Cunhal teria oportunidade de sublinhar:

Estamos aqui reunidos num comício de amizade. Cabe aqui dizer que muitos aspectos da vida, da luta, da experiência, das posições internacionais, aproximam o Partido Comunista Português e o Partido Comunista da Grécia.

Na sua intervenção, o secretário-geral do PCP destacou vários desses

aspectos que aproximam os dois partidos irmãos: a luta nas condições severas de ditaduras fascistas e da clandestinidade, o papel determinante que ambos tiveram no derrubamento das duas ditaduras, o papel que ambos hoje têm na luta pela consolidação das liberdades e por um desenvolvimento democrático, a luta de ambos contra a integração dos respectivos países no Mercado Comum e contra a submissão à política e aos planos agressivos da NATO, a sua inspiração nos princípios do marxismo-leninismo e do internacionalismo proletário, o seu carácter



Na Grécia, o camarada Álvaro Cunhal encontrou-se com o Presidente do PASOK, Andreas Papandreu.



Aspecto das conversações travadas entre as delegações do PCP e do PCG, vendo-se os secretários-gerais dos dois partidos, camaradas Álvaro Cunhal e Harislaos Florakis.

Comunicado conjunto PCP-PCG

A convite do Comité Central do Partido Comunista da Grécia, uma delegação do Partido Comunista Português, composta pelos camaradas Álvaro Cunhal, Secretário Geral do PCP, e José Casanova, membro suplente da Comissão Política do PCP, visitou a Grécia de 21 a 24 de Janeiro de 1981.

Durante a sua estadia na Grécia, a delegação do CC do PCP teve conversações com uma delegação do CC do PCG, composta pelos camaradas H. Florakis, Secretário Geral do CC, N. Kaloudis, membro do Bureau Político do CC, A. Ambielos, membro do BP do CC, A. Papargias, membro do CC e M. Spyridakis, membro suplente do CC.

A delegação do PCP teve um encontro com os quadros do PCG da cidade de Pireu. O camarada Álvaro Cunhal falou numa assembleia de quadros do PCG, no estádio Sporting, em Atenas.

Teve também um encontro com o Presidente do PASOK, A. Papandreu.

No decorrer das conversações entre o PCG e o PCP, que tiveram lugar numa atmosfera de cordial camaraderagem, as duas delegações procederam a uma troca de informações sobre a actividade dos dois partidos, os pontos de vista respectivos sobre os problemas internacionais da actualidade e diversas questões do movimento comunista e operário internacional.

Verificou-se uma concordância de opiniões sobre todos os problemas importantes discutidos.

A delegação do PCG informou a delegação do PCP sobre a luta que o PCG conduz, à frente da classe operária e dos outros trabalhadores, pela sua unidade, pela defesa do seu nível de vida, das suas liberdades sindicais e democráticas, contra os esforços dos monopólios e do governo para lançar o peso da profunda crise económica sobre os ombros dos trabalhadores e do povo, através da política de austeridade unilateral e de autoritarismo; pela luta do PCG, com as outras forças anti-imperialistas e da paz, contra a política imperialista agressiva, pela defesa do

desanuvio e da paz, pelo desarmamento, pela aplicação dos princípios da coexistência pacífica nos Balcãs, na Europa, no Mediterrâneo e no mundo inteiro; pela saída da Grécia da NATO agressiva e da CEE dos monopólios, pela dissolução das bases militares estrangeiras e pela salvaguarda da independência e da soberania nacionais.

A delegação do PCG sublinhou os seus esforços ininterruptos pela união de todas as forças da esquerda, de todas as forças anti-imperialistas, democráticas, na luta para afastar a direita do poder, por uma viragem democrática real na vida do país, pela adopção de uma política de independência nacional, de paz, de democratização e desenvolvimento económico em favor do povo.

A delegação do PCP deu uma informação sobre a situação em Portugal e sublinhou as importantes modificações verificadas em consequência das eleições presidenciais de 7 de Dezembro. A derrota do candidato dos partidos reac-

cionários travou a ofensiva do governo da direita contra as conquistas revolucionárias do povo português (liberdades democráticas, nacionalizações, Reforma Agrária, direitos dos trabalhadores) e impediu a realização do plano subversivo da reacção que tinha como objectivo a curto prazo proceder à revisão constitucional da Constituição e à liquidação do regime democrático.

Sublinhando as dificuldades e os perigos que persistem, a delegação do PCP informou sobre a luta heróica e poderosa dos trabalhadores e das massas populares e sobre os esforços do PCP para unir os democratas e patriotas, e expressou a sua confiança na defesa, na consolidação e no prosseguimento das conquistas da revolução portuguesa e do regime democrático consagrado na Constituição.

As duas delegações expressaram a sua inquietação face à deterioração da situação internacional, cuja responsabilidade cabe em primeiro lugar ao imperialismo norte-americano, apoiado pelas forças reacçãoárias e pelos dirigentes de Pequim. Através

de acções como a decisão de implantar novos mísseis nucleares na Europa ocidental, a violação dos acordos assinados, a criação de forças de intervenção imediata, a extensão e a reorganização do seu sistema agressivo no Médio Oriente e no Oceano Índico; a concentração de importantes forças navais, aéreas e terrestres no Golfo e as medidas tomadas contra as forças progressistas de outros continentes — o imperialismo norte-americano relança a corrida aos armamentos, levanta sérios obstáculos ao processo de desanuviamento e provoca tensões e conflitos.

O PCG e o PCP consideram que é necessário multiplicar os esforços sistemáticos e constantes para a mobilização das massas populares, de todas as forças da paz em defesa do desanuviamento, da consolidação da paz, da promoção da cooperação internacional na base dos princípios da Acta Final de Helsínquia.

As duas delegações declararam que os seus partidos estão prontos a contribuir de maneira decisiva nos esforços para se alcançarem estes nobres objectivos. Os dois partidos opõem-se firmemente à política agressiva da NATO.

As duas delegações sublinharam os perigos para a independência nacional e a segurança dos povos, resultantes do crescente comprometimento dos respectivos governos com esta política. Opõem-se igualmente à integração dos seus países na CEE dos monopólios.

Os dois partidos acreditam firmemente na importância decisiva que reveste para a causa da paz e do desarmamento bem como para a luta libertadora dos trabalhadores e dos povos a cooperação entre os países da comunidade socialista, o movimento operário dos países capitalistas e o movimento de libertação nacional. Consideram particularmente necessário reforçar o desenvolvimento da unidade e da coordenação da acção do movimento comunista internacional.

O PCP e o PCG expressam a sua solidariedade à luta dos povos da África, da Ásia e da América Latina pela independência nacional

e o progresso social; apoiam a luta heróica do povo de El Salvador e denunciam todas as formas de intervenção dos imperialistas norte-americanos.

No que respeita à guerra entre o Irão e o Iraque, os dois partidos expressam a sua profunda inquietação e consideram que é necessário que as duas partes recorram pacificamente os seus diferendos. As duas delegações expressaram o seu apoio à luta heróica do povo árabe da Palestina. Expressaram a sua solidariedade para com o povo cipriota e pronunciaram-se a favor de uma solução equitativa na base das resoluções da ONU.

Os dois partidos pronunciam-se pela retirada de todos os navios de guerra portadores de armas nucleares do Mediterrâneo; pela abolição das bases militares estrangeiras e pela transformação do Mediterrâneo num mar de paz e de cooperação.

Reafirmam igualmente a sua solidariedade para com a República Popular do Afeganistão.

Condenam as intervenções armadas dos racistas da África do Sul contra a República Popular de Angola e apoiam a luta do povo da Namíbia, assim como a luta do povo da África do Sul contra o apartheid.

As duas delegações exprimiram a sua solidariedade para com a Polónia socialista e o POUP nos esforços para ultrapassar as suas dificuldades e resolver os seus problemas internos.

Exprimam a sua total solidariedade para com os partidos democráticos, as organizações sindicais e democráticas da Turquia e com os milhares de patriotas presos.

Os dois partidos reafirmam uma vez mais os laços tradicionais de amizade e solidariedade que os unem e sublinham a sua decisão de os reforçar e desenvolver na base do marxismo-leninismo e do internacionalismo proletário, no interesse dos povos da Grécia e de Portugal, no interesse da luta dos trabalhadores e dos povos do mundo, pela liberdade, pela democracia, a independência nacional, a paz e o socialismo.

21 de Janeiro de 1981



Notícia da visita da delegação do PCP à Grécia na primeira página do «Rizospastis», órgão central do PCG.

simultaneamente patriótico e internacionalista. Tudo isto explica — concluiu Álvaro Cunhal — as relações de calorosa amizade e fraternal cooperação existentes entre os dois partidos.

Uma visita muito importante

A delegação do Partido Comunista Português realizou, no decorrer da sua estadia neste país, conversações com uma delegação do Partido Comunista da Grécia dirigida pelo camarada Harislaos Florakis, secretário-geral do PCP, no termo das quais foi publicado um comunicado conjunto que transcrevemos noutro local desta página.

Além dessas conversações, e da participação no já referido comício de amizade realizado

na cidade de Atenas os camaradas Álvaro Cunhal e José Casanova tiveram encontros com dirigentes regionais e quadros do PCG na cidade de Pireu — localidade de grandes tradições de luta e onde existem numerosos municípios de presidência comunista.

De destacar, igualmente, a realização em Atenas, de uma Conferência de Imprensa com o camarada Álvaro Cunhal, à qual compareceram dezenas de jornalistas representando todos os órgãos de comunicação social existentes na capital grega.

Entretanto, o camarada Álvaro Cunhal teve um encontro — que se prolongou por mais de uma hora — com Andreas Papandreu, presidente do PASOK e no termo do qual ambos os dirigentes partidários prestaram declarações à imprensa salientando como amplamente positiva a troca de impressões efectuada.

No curto espaço de dois dias, os camaradas Álvaro Cunhal e José Casanova visitaram a Acrópole de Atenas e, especialmente, o Partenão, bem como o museu onde se encontram os restos das esculturas de Fídias, totalmente saqueadas aquando da presença britânica na Grécia.

No seu regresso a Lisboa, o camarada Álvaro Cunhal classificou a deslocação à Grécia da delegação do PCP de muito importante.

Semana

21
Quarta-feira

1961 — Morre o actor João Villaret



Batata contaminada?

O grupo parlamentar do PCP apresenta na Assembleia da República uma moção de rejeição ao Programa do 2.º Governo «AD», chefiado por Pinto Balsemão; o mesmo foi feito, nesta sessão, pelo MDP/CDE; todas as moções de rejeição (três ao todo, contando a apresentada pela FRS no primeiro dia dos debates) serão discutidas e votadas amanhã. ■ O plenário de sindicatos da Função Pública da administração central, regional e local aprova uma proposta de tabela salarial que, após discussão e aprovação pelos trabalhadores, será objecto de negociação com o Governo. ■ As cooperativas agrícolas do distrito de Aveiro denunciam em comunicado que está a entrar em Portugal batata de semente proveniente da Escócia, por suspeita de se encontrar contaminada por uma praga, estando alguns comerciantes a monopolizar grandes quantidades daquele tubérculo com a anuência dos importadores, impondo aos produtores as variedades e quantidades que querem.

22
Quinta-feira

1979 — É assinado um acordo comercial entre a RP de Angola e Portugal que prevê o regime de nação mais favorecida nas trocas comerciais entre os dois países.



Metafísicos de Lisboa vão às umas

Termina na Assembleia da República a discussão do Programa do Governo de Pinto Balsemão; as três moções de rejeição (FRS, PCP e MDP/CDE) apresentadas foram recusadas pela «maioria AD». ■ São divulgadas em conferência de imprensa as decisões do Secretariado Nacional da CGTP-IN, que ontem reuniu; as decisões agora divulgadas, que têm em conta as anteriores resoluções da central sindical, sublinham nomeadamente que o movimento sindical unitário não pactuaria, de nenhuma forma, com a degradação das condições de vida e de trabalho do Povo português e ainda que a saída da crise económica que o País atravessa como reflexo da política de atraso, recessão e dependência prosseguida pelos últimos governos, passa pelo plano aproveitamento dos recursos e capacidades nacionais e a participação activa e consciente dos trabalhadores. ■ Morre em Lisboa, com 80 anos de idade, o dr. Luis Dias Amado, destacada figura da oposição ao regime fascista de Salazar e Caetano; era grão-mestre da maçonaria portuguesa e catedrático da Faculdade de Medicina de Lisboa. ■ Eleição do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Metalúrgica e Metalomecânica do distrito de Lisboa, venceu a lista «A», proposta pela direcção cessante.

23
Sexta-feira

1979 — RCP a Lisboa para uma visita oficial ao nosso país, o Presidente da República de Cabo Verde, Aristides Pereira.

A imprensa noticia que Portugal exportou em 1979 armas e munições no valor de dois milhões e meio de contos, tendo por principais clientes as diversas ditaduras racionárias e fascistas espalhadas pelo mundo, como Israel, Chile, Guatemala, África do Sul, Paraguai, Tailândia, etc.; este tipo de comércio só se pode fazer com autorização do Governo. ■ A ANOP, citando fonte oficial, informa que o general Garcia dos Santos, chefe da Casa Militar da Presidência da República, foi nomeado chefe do Estado-Maior do Exército, em substituição do general Pedro Cardoso. ■ Os Conselhos de Redacção da RTP-1 e RTP-2 reafirmam a sua total desconfiança no director da informação, Duarte de Figueiredo, «homem de mão» de Prolença de Carvalho para o controlo informativo.

24
Sábado

1975 — Os restos mortais do general Humberto Delgado são finalmente transferidos de Vila Nueva del Fresno, em Espanha, para o cemitério dos Prazeres.

Uma delegação do PCP constituída por Álvaro Cunhal, secretário-geral, e José Casanova, membro suplente da Comissão Política do CC, regressa de uma visita de cinco dias à Jugoslávia e à Grécia a convite da Liga dos Comunistas da Jugoslávia e do Partido Comunista da Grécia. ■ Os sindicatos do distrito de Setúbal, reunidos em plenário, decidem elaborar e enviar aos diversos órgãos de soberania uma exposição através da qual se chama a atenção para a escandalosa situação nos Tribunais de Trabalho. ■ A equipa de enfermagem do Hospital de S. José, em Lisboa, repudia as afirmações do ministro dos Assuntos Sociais, Carlos Macedo, que havia afirmado que «o fluxo de doentes da urgência é cíclico»; a polémica surgiu recentemente a propósito da impossibilidade de a urgência deste Hospital dar vazão à grande afluência de doentes.

25
Domingo

1831 — Nasce em Lisboa o escultor Victor Bastos, autor, entre outras, da estátua de Luís de Camões, em Lisboa.

Uma delegação da Assembleia da República parte para Bogotá, capital da Colômbia, onde participará na quinta conferência Interparlamentar Europa-América Latina. ■ O PS, em comunicado da sua Comissão Nacional, declara-se «oposição firme ao actual Executivo» mas «aberto a soluções úteis que possam favorecer os trabalhadores e melhorar a sua vida concreta». ■ O PCP divulga o comunicado conjunto das duas delegações (PCP e PC da Grécia) que se encontraram recentemente na Grécia, mantendo conversações de 21 a 24 de Janeiro, onde se referia, nomeadamente, uma concordância de opiniões sobre todos os problemas importantes discutidos.

26
Segunda-feira

1954 — O regime fascista anuncia o encerramento oficial do campo de concentração do Tarrafal.



Encontro do MDP/CDE

O matutino «o-diário» afirma que a banca nacionalizada portuguesa contribuiu em 1980, por decisão de gestores «AD», para a concessão de vultuosos empréstimos ao regime fascista de Pinochet no Chile; na engrenagem montada para a efectivação desta «solidariedade» aparecem homens de confiança dos Mellos, gestores do Totta & Acores e BESCL. ■ O MDP/CDE revela em conferência de imprensa a declaração política aprovada no Encontro Nacional do Partido ontem realizado em Santarém, onde se anuncia a apresentação, na altura oportuna, de um projecto de revisão constitucional que resultará de um debate já em curso no interior deste Partido. ■ O ministro da Administração Interna, Fernando Amaral, afirma que na reunião da próxima quarta-feira o Conselho de Ministros «irá confirmar ou não os governadores civis em exercício e definir os critérios que presidirão à nomeação dos novos chefes de distrito, isto no âmbito dos partidos da «AD».

27
Terça-feira

1668 — O príncipe D. Pedro, irmão de D. Afonso VI, é nomeado regente e herdeiro da Coroa nas Cortes reunidas em Lisboa.

O general Ramalho Eanes, na sua qualidade de Chefe de Estado-Maior General das Forças Armadas (CEMGFA), dá posse de chefe do Estado Maior do Exército ao general Garcia dos Santos. ■ Começam a ir às umas os estudantes da Universidade de Coimbra para a eleição do nova Associação Académica. ■ É publicado no «Diário de República» o diploma aprovado pelo governo «AD» em 29 de Dezembro passado e que aumenta substancialmente as ajudas de custo atribuídas aos membros do Executivo, passando o Primeiro-Ministro a receber 82 500\$00 mensais; refira-se entretanto que o Presidente da República continua a vencer menos que o vice-primeiro-ministro.

Os Comunistas na Assembleia da República

Encerrado o debate o Governo da «AD» continua em questão

Durante o debate do Programa do Governo, que acabou, como era de esperar, por passar na Assembleia mercê da confiança solicitada apenas à maioria que o suporta, não foram apenas as alíneas vagas de vagas intenções de continuidade que concitaram as críticas da oposição, nomeadamente as que os deputados comunistas produziram, as primeiras das quais já o «Avante!» da semana passada publicou.

No terreno dos actos concretos, o Governo pode já ser julgado — diria numa intervenção feita no segundo dia, o deputado Jorge Lemos —, o Governo começou mal! Ao reconduzir Prolença de Carvalho na TV e a declarar guerra às empresas públicas de comunicação social!

A intervenção do deputado comunista iria incomodar fortemente as bancadas da direita. Depois de sublinhar a contradição entre o que o programa afirma — a isenção e o pluralismo — na comunicação social do Estado — e a recondução na base de obscuros compromissos e por prazo secreto, do homem responsável pelas práticas mais baixas de manipulação, de ofensa ao pluralismo e de censura na Televisão, Jorge Lemos perguntava:

E que dizer, senhores deputados, da intenção já afirmada de destruição da comunicação social do Estado? E qual o sentido dessa destruição, sr. Primeiro-Ministro? O simples encerramento das empresas ou a sua privatização? Nada é dito no programa. A verdade é que, seja qual for a solução a definir pelo Governo, o objectivo é liquidar os órgãos de comunicação social constitucional e legalmente sujeitos ao controlo democrático e vinculados a uma prática informativa honesta e pluralista. A verdade é que,

Para os trabalhadores do desemprego — disse — ou em vias de desemprego, sejam homens ou mulheres ou pertençam a esse inócuo exército de milhares de jovens à procura do primeiro emprego, o Programa do Governo não passa de uma profissão de fé sobre a rigidez do mercado de trabalho, qual leilão de escravos que o Governo parece querer desenvolver.

A verdade é que — afirmou mais adiante — neste país, independentemente de considerações de ordem teórica,

desaparecida a comunicação social do Estado — ou alienada em concessões de tempos de antena a entidades privadas — estarão criadas as condições para a nova implantação das centrais de desinformação e intoxicação ideológica dos monopólios, para que seja garantido o seu poder económico e político, para dar voz aos seus líderes e impedir a expressão das outras correntes de opinião da sociedade portuguesa. Quem já esqueceu a situação anterior a 25 de Abril?

Desemprego

Desmistificando os slogans de deputados da direita, não lhe faltava ao deputado Manuel Lopes adiantar o ponto de vista dos trabalhadores sobre as apreensões intenções do Governo.

Em que se encontrou de salientar que o Executivo pretende na prática instituir um tecto salarial de 16%.

Sintomaticamente o Governo não aponta para a obtenção dos aumentos de produtividade através da intensificação do investimento, da inovação tecnológica, do desenvolvimento económico do País. Quer mais produtividade, sim, mais pela intensificação da exploração dos trabalhadores, através de maiores ritmos e cargas de trabalho, da alteração dos

segundo as fontes existentes, existem mais de 400 mil desempregados e todos os anos pelo menos 30 mil jovens procuram um novo posto de trabalho.

Combater o desemprego é possível, mas só no respeito pelas nossas realidades, num crescimento económico que não se sujeite a padrões do exterior, nem do FMI, e que necessariamente terá de fazer crescer o investimento, o consumo privado, os salários reais, enfim o produto interno bruto.

Até à resolução total deste problema há que garantir uma política que não é a deste programa, que não agrave mais a já grave situação existente.

Preços

Em matéria de rendimentos e preços o Programa do Governo é a continuidade do farfalhão palavroso da «AD» já bem conhecido — afirmou por seu lado a deputada Ilda Figueiredo.

Este Governo não fará milagres: val, sim, cobrar a factura e promover a continuação da deterioração das condições de vida dos trabalhadores.

E diria, mais adiante, depois de salientar que o Executivo pretende na prática instituir um tecto salarial de 16%:

Sintomaticamente o Governo não aponta para a obtenção dos aumentos de produtividade através da intensificação do investimento, da inovação tecnológica, do desenvolvimento económico do País. Quer mais produtividade, sim, mais pela intensificação da exploração dos trabalhadores, através de maiores ritmos e cargas de trabalho, da alteração dos

horários de trabalho, do aumento dos despedimentos, do abuso dos contratos a prazo.

A política do Governo conduz a que os aumentos de produtividade verificados nas empresas continuem a aumentar os lucros, diminuindo de facto os salários reais e agravando a desigualdade na distribuição do rendimento nacional.

Agricultura

Acabada a fase de demagogia eleitoralista da «AD», as primeiras facturas desta política começam a ser cobradas aos agricultores — afirmou por sua vez o deputado Rogério de Brito, enumerando os aumentos de preços de adubos, pesticidas, sementes e encargos com o gásóleo e o eminente aumento das rações. Rendeiros e seareiros sujeitos ao aumento incontrolado das rendas, créditos cada vez menos acessíveis, seguro agropecuário praticamente inexistente, preços sem garantia, tal foi o quadro que o deputado comunista traçou, falando depois dos ataques à Reforma Agrária, a coberto de campanhas de calúnias com que pretende distorcer a realidade.

Com a sua política — disse —, o Governo assume-se como factor de desmoralização e bloqueio ao desenvolvimento da agricultura (...). Consideramos que o ajustamento do sistema de preços nacionais à política de preços da CEE se integra nas medidas de incentivo à produção? Quando ao produtor se paga a batata a 3500/kg e se vende ao consumidor a mais de 10500, quando se paga a maçã ao produtor a 6500 e ela é vendida ao consumidor a mais de 20500, quando o preço do bovino no

produtor diminui 15% em relação ao preço de há dois anos, estar-se-á a ajustar o sistema de preços nacionais? A este propósito será oportuno referir o «plano de importações de oleaginosas, óleos vegetais e gorduras animais» para 1981, do IAPQ. Nela, é a propósito das previsões de consumo de farinhas para as rações, consta: «julgamos que em 1981 o consumo estacionará, devido à diminuição do consumo de carne, ao aumento do preço das rações, aos elevados stocks já existentes de frangos e ovos e aos preços em queda do suíno e frangos». Eis aqui o triângulo estabelecido pela política da «AD»: aumentam-se os factores de produção, baixam-se os preços dos produtos no produtor, sobem-se os preços dos produtos no consumidor.

Habitação

O deputado Silva Graça, que caracterizou o programa no que respeita ao Poder local como simultaneamente vago, ambíguo e centralizador, sublinharia a dado passo:

A política habitacional proposta é um exemplo típico de que tudo continuará mais ou menos na mesma e que a situação vai piorar ainda mais neste sector. A intenção afirmada de serem produzidos 50 mil fogos/ano significa, face às carências habitacionais, que o Governo se propõe degradar ainda mais as condições de habitação dos portugueses. Acresce que a quota que o Governo reserva para o sector público (Estado e Autarquias locais), apontando para a produção de 10 mil novos fogos, para a eliminação progressiva das barracas e habitações

degradadas, é altamente insuficiente. Lembro que em 1975 o mesmo sector produziu 21 183 e, no ano seguinte, 14 738 novos fogos. Isto quer dizer que as camadas mais pobres da população vão ver a sua situação ainda mais agravada.

Educação

O programa da política educacional do Governo — afirmou por seu lado Vítor de Sá — não toma em conta nem a situação histórica da sociedade portuguesa, nem o novo Código fundamental que lhe corresponde, ou seja a Constituição da República. Aponta-se para a formação técnico-profissional com vista a enfrentar os desafios das sociedades europeias desenvolvidas e não para resolver os problemas da própria produção nacional. Anuncia-se a formação profissional dos emigrantes, como quem diz que vamos ser nós a formar a mão-de-obra que vai ser aproveitada pelo patronato estrangeiro.

O demissionismo do programa educacional do Governo reflecte-se também na insistência com que é anunciado o reforço do ensino particular e cooperativo. Despreza-se desse modo o princípio de que a escola pública é um dos agentes fomentadores da unidade nacional. Não colhe o pretexto invocado de fomentar o pluralismo de modelos educacionais, quando a realidade nos mostra exactamente o contrário: o ensino particular garante menos a pluralidade, contribui antes para a criação de escolas monolíticas, que em muitas regiões do País são mesmo a única alternativa das populações.

«Fazer vingar uma verdadeira alternativa democrática»

(...) A grande verdade que nenhuma habilidade consegue escamotear é que a 7 de Dezembro o regime democrático «constitucional» recebeu um maço de voto de confiança do povo português.

E nesta base que o PCP defende firmemente a opinião de que se o Governo Balsemão, enveredado, como tudo indica, pelo caminho da inconstitucionalidade, ilegalidade e subversão como que actuou o governo

no Sá Carneiro, deve ser imediatamente exonerado. É nesta base, e no quadro da Constituição e da legalidade democrática, que o PCP luta pela substituição, o mais rapidamente

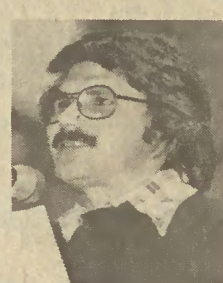
possível, do Governo actual, Governo que não corresponde nem à vontade, nem aos interesses do povo português.

Apresentando a nossa moção de rejeição

e votando favoravelmente as moções apresentadas por outros partidos, apesar das reservas que alguns consideramos no merecer, trabalhamos para que se tome mais fúria, mais larga e mais

aguardada a oposição ao Governo da «AD». Trabalhamos na firme convicção de que com a estorrida derrota da reacção e o fracasso do seu plano subversivo, as forças da liberdade, da democracia, do progresso social ficarão em condições mais favoráveis para preparar, organizar e fazer vingar uma verdadeira alternativa democrática.

Por isso votamos contra, para bem do povo e da República, a proposta de Q.7 de Dezembro pós-eleitoral.



Vital Moreira (22/1/81)

Rejeitámos um projecto de destruição

(...) Rejeitámos com o nosso voto a política de destruição da Reforma Agrária, intensificada sob a égide do governo anterior e sob a direcção do mesmíssimo ministro da Agricultura e Pescas do actual Governo, o qual está a levar de novo, como no passado, aos marinizados campos do Alentejo e do Ribatejo, a desolação do latifúndio, a praga do desemprego crónico, os dias sombrios de revoltante miséria e fome que sempre caracterizaram o domínio dos grandes senhores da terra.

(...) Rejeitámos com o nosso voto o projecto de inspiração monopolista de destruição das nacionalizações, implicitamente marcado da iniciativa privada, incensado pelos governos da «AD» e explicitado no prático estrangulamento finan-

ceiro de empresas do sector público e nacionalizado, essenciais para o nosso desenvolvimento económico.

Rejeitámos com o nosso voto a política de exploração desenfreada dos trabalhadores e das classes laborais, a deterioração das suas condições de vida e da população em geral, o propósito de impor um novo tecto salarial sem pôr igual travão à escalada dos preços, à liberalização dos despedimentos colectivos e selectivos.

Rejeitámos com o nosso voto as intenções expressas no Programa do Governo de limitar gravemente as liberdades e direitos dos cidadãos, impedindo a destruição do regime democrático, incensado pelos projectos de promulgação de uma nova lei

dos Partidos, de nova lei restritiva do direito à greve, de nova legislação do trabalho designadamente uma nova lei sindical, de nova lei eleitoral.

Rejeitámos com o nosso voto as intenções expressas no Programa de manter o controlo antidemocrático da «AD» sobre a Comunicação Social e nessa base preparar a entrega das empresas estatais do sector, ao capital privado, em particular da Televisão e da Rádio, no seguimento das declarações pelo Primeiro-Ministro ao referir funções futuras do actual secretário de Estado da Comunicação Social.

Rejeitámos com o nosso voto o projecto de confronto institucional e ruptura constitucional implícito nas conhecidas

agudas dos portugueses e de Portugal. (...)

Carlos Brito (22/1/81)



Dias Lourenço (22/1/81)

propostas de revisão inconstitucional da Constituição da «AD» e reafirmamos que não será nunca na bancada comunista que a «AD» obterá os 2/3 de votos, necessários para satisfazer os limites formais da revisão constitucional, e ainda menos para a ruptura dos limites materiais.

Dias Lourenço (22/1/81)



Intenções vagas do Governo não escaparam às críticas

O Governo passou. Três moções de rejeição, envolvendo nada menos que cinco partidos — a FRS apresentou uma das moções, congregando o Partido Socialista, a ASDI e a UEDS, o PCP e o MDP apresentaram uma cada um — mostraram bem o que a oposição pensa deste executivo: pensa mal. O debate que, entretanto, durante vários dias ocupou os deputados mostrou que este segundo Governo da «AD» se apresentou com um programa recheado de generalidades, anunciando com palavras balofas intenções beneméritas, as quais foram desmentidas com grande simplicidade: o próprio Primeiro-Ministro anunciou tratar-se de um Governo de continuidade. A continuidade do Governo Sá Carneiro.

Tal ideia facilitou bastante o teor das intervenções da oposição. Com efeito, a partir da composição do próprio executivo, recheado de personalidades sobre as quais recai a sombra de um passado de triste memória, a partir do apoio político da «AD», coligação reaccionária de que conhecemos não apenas as acções mas as intenções anunciadas em tempo de arrogância e agora dissimuladas atrás de uma imagem menos agressiva saída da derrota de 7 de Dezembro, a partir das próprias medidas que este Governo já tomou depois da sua posse — poucas mas significativas —, a oposição encontrava-se em situação de ler nas entrelinhas das vagas declarações com que se formulou um programa, de traduzir expressões dúbias, de sublinhar as omissões e esclarecer-lhes o significado. De anunciar, enfim, que este Governo não tem condições para exercer por muito tempo as suas funções, que a sua acção vai agravar as condições de vida dos trabalhadores e do Povo português em geral, que vai prosseguir na senda do enfundamento aos interesses do imperialismo, que vai tentar, em

novos moldes talvez, prosseguir a política de desestabilização institucional.

Confiança e rejeição

A muito anunciada moção de confiança apresentada pelo executivo recém-empossado — «recorde mundial» como lhe chamou Vital Moreira, já que a «AD» a apresenta pela terceira vez — foi aprovada pela maioria. Toda a gente o esperava. Congregou todos os votos disponíveis dos partidos da direita. Coligada. Se, porém, o Governo e a «AD» não estivessem em perigo, se a oposição não se «obstinasse» na recusa do programa, se o debate não o mostrasse com vivacidade, os resultados poderiam ter sido outros. Isto é: o próprio debate contribuiu para, como o próprio Pinto Balsemão o «confessou» na Assembleia, reforçar a unidade precária e a precária confiança com que a «AD» se apresentou no hemicycle. Recordemos os frios silêncios e os momos aplausos aos discursos dos novos governantes saídos de compromissos difíceis cozinhados em tempo de derrota...

O debate continua...

Apesar de encerrado, o debate continua. Foi o que concluímos no

decorrer da sessão da passada terça-feira, durante a qual veio de novo a lume o programa do executivo que beneficiou apenas da confiança da «AD». A declaração política, intervenção de Sousa Gomes, com a qual o PS iniciou o período de antes da Ordem do Dia, referiu-se abundantemente ao programa do VII Governo, criticando as intenções ali manifestadas quanto às questões do poder local e às questões regionais.

Referências ao mesmo programa não faltaram depois.

Ainda no período de antes da Ordem do Dia, foram discutidos em conjunto dois votos: o primeiro sobre a oneração das tarifas de transportes aéreos para a Madeira, voto apresentado pela ASDI, ao qual se juntou outro do Partido Socialista. Depois das intervenções introdutórias de Magalhães Mota e de Jaime Gama, passou-se à votação. Curioso resultado: o voto ASDI, que reuniu toda a oposição, contou com mais quatro votos do PPD — os deputados daquele partido eleitos pelo círculo da Madeira; o voto do PS contou com o mesmo resultado dos partidos da oposição e com a abstenção dos mesmos deputados madeirenses. A «AD» não sabia explicar tal dissidência.

Ángelo Correia, com o seu talento, bem quis demonstrar que a abstenção e os votos contrários dos deputados do seu partido tinham acontecido por se tratar de um problema do «interesse específico» da região que representam. Como se não se tratasse sempre de discutir e de votar sobre questões «específicas»... Os deputados visados, porém, fizeram questão de anunciar que

entregariam por escrito à mesa, a sua declaração de voto.

Um outro voto, que aguarda há vários dias que a Assembleia se pronuncie, e ao qual já fizemos referência no nosso jornal, foi de novo adiado. Trata-se do voto sobre El Salvador apresentado pelo PCP, pela UEDS e, ultimamente, pela UDP. Votos distintos que serão discutidos em conjunto e votados separadamente. Chegava-se ao fim do período de antes da Ordem do Dia. O presidente em exercício bem propôs que se concluisse o processo, solicitando o consenso da Assembleia. O CDS, porém, atendo-se ao formalismo regimental, recusou o prolongamento do período, adiando mais uma vez. «El Salvador» é uma espinha cravada na «AD».

A ratificação 69/II do Decreto-Lei 473/80 que torna obrigatória a vacina bianual contra a febre aftosa dos bovinos e suínos, requerida pelo PCP, trouxe ao plenário a discussão de um problema candente que diz respeito à pecuária nacional. O deputado comunista Rogério de Brito, na sua intervenção introdutória, acusaria o Governo de procurar contornar a questão junto da opinião pública divulgando — numa típica jogada de antecaptação — o que se pretende com o diploma e o que tem em curso para a sua execução no momento em que sabe que existe uma ratificação do decreto em causa.

Depois de salientar que o diploma é desprovido de regulamentação adequada que assegure plena utilização e funcionamento das estruturas existentes ou a criação das indispensáveis, bem como a correcta articulação dos

serviços e disponibilidade de meios humanos, e de se afigurar longe de poder ser aplicado com o rigor bianual que estabelece e que a situação obriga, o deputado comunista critica vários aspectos e critérios que o decreto-lei estabelece, ao mesmo tempo que criticou a política de fundo para o sector.

Nesta perspectiva — disse — que terá de se colocar ainda a questão das feiras de gado, transformadas num autêntico jogo de fecho e abre e fecho.

Fecharam-se as feiras, como medida de contenção do surto. Abriam-se as feiras, com intuitos eleitoralistas, mesmo não estando reunidas as condições mínimas para a sua reabertura.

Reapareceram os focos de febre aftosa, fecham-se de novo as feiras, e joga-se com o destino dos agricultores que se vão vendo privados da sua principal via de escoamento para o gado, mais desarmados ficando perante a especulação desencadeada em torno dos preços.

A ratificação, aprovada por unanimidade, fez baixar o diploma à Comissão de Agricultura e Pescas para debate na especialidade. Entrou-se depois na discussão de outra ratificação solicitada pelo PS. Era a questão do logo em Troia. Luís Filipe Madeira, deputado socialista, ao apresentar as suas razões, perguntava se o logo seria ou não um mal; se o logo se justificava ou não em Troia e em Portugal. Se este país se não iria tornar num grande Las Vegas, com Sinatras a cantar e tudo. A discussão promete.



Em plenário durante a greve de 3 de Dezembro

Na Mesa Estudo sem prazo é só para adiar?

O Instituto de Participações do Estado, segundo despacho dos secretários de Estado da Indústria e das Finanças, publicado nos primeiros dias de Janeiro, deve pôr a funcionar a Mesa. Esse funcionamento surgiria, de acordo com o respectivo despacho, de **um estudo do IPE**, o que naturalmente a CT da Mesa considera vago, pois a determinação do Governo, se assim se pode chamar ao despacho, «não aponta sequer — recorda a CT — para o aumento do capital social», nem tão-pouco recomenda pelo menos ao IPE a fixação de um prazo para que o aludido estudo apresente algumas soluções para viabilizar a empresa. IPE e Governo devem atender aos postos de trabalho. É mais de um milhar de empregos em risco de desaparecerem. Trata-se de uma empresa, de uma fábrica de máquinas de escrever com 40 por cento de capital privado e 60 por cento de capital público e no qual os próprios trabalhadores da Mesa estão directamente interessados pois ficaram com 20 por cento das acções do Estado. É viável a continuação da empresa em condições de lucro e laboração normais. Inclusive, já foram apresentados em 1979 dois novos projectos de fabricações de máquinas eléctricas. São rendosos esses projectos. A CT e os restantes trabalhadores vão continuar atentos ao evoluir de uma situação que, não por sua culpa, se deteriorou durante todo o ano findo. Uma «política de tapa buracos» à moda da «AD», em vez do saneamento financeiro tão necessário para evitar desperdícios, neste caso, de dinheiro e energias, não solucionou problema nenhum. Entretanto, os trabalhadores não cruzam os braços à espera do que fará o IPE. Tentam tudo o que é possível e legal para que a empresa sobreviva com os seus postos de trabalho e continue a ser uma empresa nacional.

«Responsabilidade» dos electricistas



Dentro de dois dias, em 31 de Janeiro, termina o prazo para os trabalhadores electricistas requererem na Direcção-Geral dos Serviços de Electricidade, rua de S. Sebastião da Pedreira, 37, Lisboa, o seu «termo de responsabilidade», sem o qual, segundo refere «o Metalúrgico», órgão da Federação sindical do sector, os trabalhadores electricistas não poderão exercer a sua profissão. Aquele mensário dos metalúrgicos lembra que, se houver dúvidas deve ser consultado o respectivo sindicato ou o do sector das Indústrias Eléctricas.

Seja tudo (ou não?) pelo «espírito de corpo» ...no BPA

Num comunicado dirigido aos trabalhadores do Banco Português do Atlântico, o secretariado da célula do PCP na empresa acusa o conselho de gestão de «dar crédito a amigalhões» sem garantias de o recuperar. Entretanto, recusa-o a cooperativas, a pequenas e médias empresas. Para «criar espírito de corpo», acrescenta o documento, o CG «paga lautas festas» que «fazem lembrar as aristocráticas festas do passado», enquanto se ocupa em criar dificuldades à actividade dos organismos representativos dos trabalhadores, «colocando-se no campo da ilegalidade ao desrespeitar a Lei 46/79» (Lei das Comissões de Trabalhadores). O secretariado da célula, depois de alguns comentários breves à situação política, económica e social e após ter referido novamente as «surdas» (gratificações) no «valor de milhares de contos, que passam de um ano para o outro para fugir aos impostos, alargando o leque salarial», acusa ainda a gestão do Banco (nacionalizado, como se sabe) de já ter vendido e pretender vender ao desbarato empresas do património do BPA (Alco, Inacor, Prosica, Edifícios Nova Gaia, Comportel e outras) alegando que não tem vocação para as gerir. Perante a situação, o secretariado da célula do PCP pergunta «que medidas tomam a direcção do Sindicato e a CT do BPA». Os corpos gerentes actuais da associação sindical, que é um dos pilares da UGT, são acusados de não cumprir «as decisões do Congresso (do próprio Sindicato) que apontam claramente para a defesa da banca nacionalizada», pois não mobilizam os trabalhadores para esse objectivo. A CT «com o seu silêncio cúmplice em nada contribui para o esclarecimento sobre o tipo de gestão corrupta praticada no BPA». Ao referir que se alarga dia-a-dia «a resistência dos trabalhadores à ofensiva contra a banca nacionalizada», o comunicado acrescenta que «urge pôr termo a esta gestão corrupta e servil» mais identificada «com os antigos banqueiros e grupos monopolistas do que com os princípios e objectivos democráticos que presidiram às nacionalizações».



Como em outros sectores, após debate e votação...

Metal/vidro fusão sindical

O recurso às fusões, à verticalização e às reestruturações de âmbito variado, ponderadas e discutidas caso a caso, de acordo com as reais condições, as situações concretas de cada sindicato, ramo ou sector de actividade continua a ser preocupação palavra de ordem cumprida pelo movimento sindical. Como aconteceu recentemente com a hotelaria do Centro e prossegue noutros sectores designadamente no comércio do Sul, a indústria vidreira após votação favorável (95%) da parte dos associados no Sindicato da Indústria Metalúrgica do Distrito de Coimbra passou a incluir os trabalhadores vidreiros até então filiados neste último sindicato.

PRT retida há 8 meses



a Portaria. Aquela associação sindical, representando a maioria dos trabalhadores abrangidos pela PRT, exige que a mesma se publique, sim, mas actualizada e que os retroactivos se reportem a Maio de 1980. Esta posição será defendida pelos trabalhadores do sector.

Em torno de objectivos concretos CGTP-IN preconiza luta de massas

• Semana de luta em Fevereiro

A CGTP-IN, através do seu secretariado nacional, voltou a recordar, segundo decisões tomadas em 22 do corrente, que rejeita totalmente qualquer tecto salarial ou outro limite formal, disfarçado embora sob outro nome.

A grande central unitária pretende garantir, perante a actuação política dos últimos Governos, um «mínimo de soluções que vão de encontro às preocupações das camadas mais desfavorecidas da população». Tendo em vista contribuir para o «progresso de Portugal», como expressamente foi reafirmado em conferência de Imprensa, a CGTP-IN salienta, de acordo com os representantes legítimos dos trabalhadores, que a política desses Governos «não resolveu, nem perspectivou a solução dos graves problemas nacionais». Por isso, a Central reafirma que **só a luta das massas trabalhadoras em torno dos seus objectivos concretos e de classe pode defender os seus interesses, direitos e conquistas.**

A União dos Sindicatos de Lisboa, depois de reunir na sua sede, além dos seus dirigentes, os representantes da Cintura Industrial de Lisboa, Associação dos Inquilinos de Lisboa, Movimento Democrático de Mulheres, Comissões Unitárias de Mulheres, Movimento Unitário de Reformados Pensionistas e Idosos e Coordenadora Distrital de Comissões de Moradores, decidiu juntamente com esses organismos do movimento democrático e popular a marcação de uma «semana de luta» a realizar no próximo mês de Fevereiro.

Os participantes na reunião decidiram «constituir-se em

comissão para estudo e definição das formas de luta a adoptar em defesa do poder de compra dos trabalhadores e das camadas mais desfavorecidas da população portuguesa». Entretanto, definiram como «tarefa imediata» várias diligências junto de departamentos governamentais e o lançamento de um abaixo-assinado entre a população do distrito protestando, designadamente, contra o aumento brutal do custo de vida.

Possível paralisação nos transportes

Ao referir-se, entretanto, ao



A imagem é da Carris uma das greves vencedoras do ano passado

plenário da Federação convocado para tratar dos processos reivindicativos em curso, a estrutura intermédia da CGTP-IN para os rodoviários sublinha que se esses processos não terminarem «com rapidez e justiça, outro caminho não resta aos trabalhadores que não seja a adopção imediata de formas de luta superiores».

Os trabalhadores rodoviários, através dos seus representantes sindicais «têm demonstrado um desenvolvido grau de consciência de classe e política ao apresentarem as suas reivindicações». Salientando a evidência do

realismo das propostas sindicais, a Federação, que negocia actualmente uma série de convenções colectivas, reafirma que os trabalhadores dos transportes deverão evitar conflitos que, eventualmente, possam afectar os utentes.

Mas, até agora, Governo e patronato não têm atendido a essa preocupação sempre assumida por pelos trabalhadores da CP, representados pelos sindicatos unitários, quer pelos rodoviários, da Carris, da RN e do Metro.

Ao realismo dos trabalhadores Governo e patronato respondem recusando o diálogo, com evasivas

e dificuldades, com a intransigência e o boicote que, até agora, têm obrigado a recorrer a formas de luta, incluindo paralisações e greves.

O papel determinante da luta de massas

O papel determinante da luta de massas na vida política e social, ainda há dias sublinhado pelo Partido na reunião do CC («Avante!» da semana passada) impõe-se numa altura em que o Governo ameaça repor o tecto salarial, agora em 16 por cento.

Defender as regalias alcançadas é indispensável em todos os campos

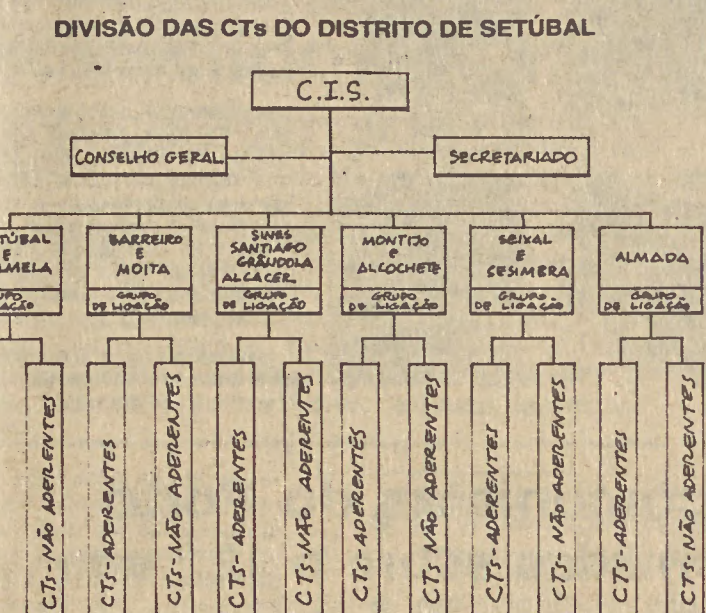
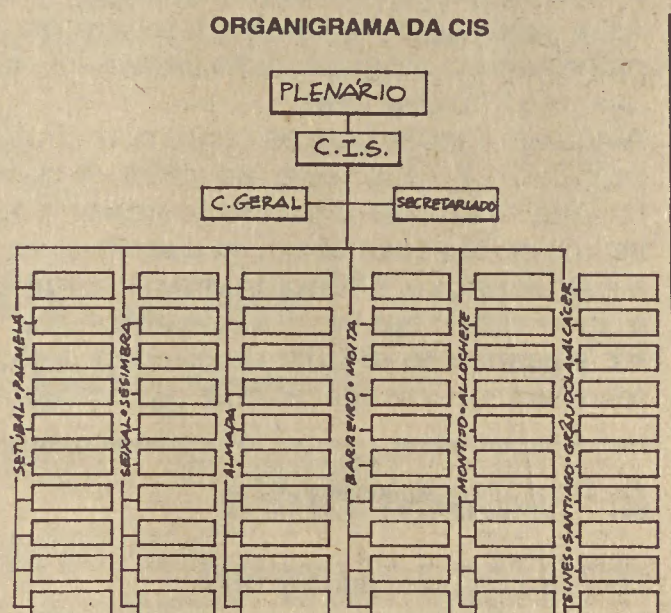
e sectores, designadamente nas empresas em defesa da contratação colectiva, porque esta consagra, inclusive, muitas das importantes conquistas que o patronato quer anular com o seu Governo ajudando a pôr em prática medidas que a Constituição não permite, enquanto não consegue fazer aprovar diplomas que de algum modo consagrem essas ilegalidades através do «pacote laboral» — ameaça repetida há mais de um ano e que vai desde os contratos a prazo até à Lei Sindical, passando pela destruição de tudo o que ainda resta de positivo na legislação do trabalho e é favorável aos trabalhadores.

Inovações importantes na organização da CIS

A CIS (Cintura Industrial de Setúbal — nome por que é conhecida a coordenadora das comissões de trabalhadores daquele distrito) realizou no último sábado na Cova da Piedade um plenário com uma importância pouco vulgar. Além da representação elevada (26 CTs e 50 elementos, representando 55 mil trabalhadores de algumas das maiores empresas nacionais) tomaram-se decisões que terão reflexos práticos muito positivos e indispensáveis na organização da CIS.

Entre as medidas aprovadas e que interessam directamente a cerca de 100 CTs existentes no distrito adquirem relevo especial a constituição e o funcionamento efectivo do conselho geral; a organização interna de molde a proporcionar um contacto mais efectivo com as CTs, dado o seu número elevado e a sua distribuição geográfica não facilitarem esse contacto; o agrupamento das CTs aderentes e não aderentes por áreas geográficas; e a criação de **grupos de ligação** também por áreas geográficas entre as CTs e a CIS.

Os grupos de ligação serão eleitos por aderentes e não aderentes. No



'O amianto mata'

De acordo com o Instituto Nacional de Estatística (números oficiais, portanto) houve em 1979 em Portugal mais de 230 mil acidentes de trabalho. Foram exactamente, segundo o INE, 232 114 (mortais: 287) a maioria dos quais em Lisboa e no Porto. A indústria transformadora foi a mais atingida. Logo a seguir vêm os sectores da construção e obras públicas.

É escusado sublinhar, perante números tão elevados, a importância que assumem a higiene e a segurança no trabalho e as condições materiais para a assegurar.

Dai esta breve chamada de atenção para o trabalho que o «Metalúrgico» iniciou no seu número de Janeiro com o título acima.

Dai o carácter exemplar da iniciativa do órgão mensal da Federação dos Metalúrgicos que contará, como já aconteceu neste número, com a colaboração especializada da comissão de higiene e segurança da Lisnave que — citamos o mensário da Federação — foi a primeira a «conquistar o direito da paridade igual à Comissão de Trabalhadores da empresa e com iguais direitos».

Para que os riscos que correm os trabalhadores nos seus locais de trabalho sejam



Quando se manuseia o amianto

Pacto/UGT Quem pode aceitar aumentos salariais de 16 por cento!

Atar de pés e mãos o movimento operário, tornando-o dependente da política deste Governo é o objectivo visado pela UGT ao propor aos seus «parceiros» governamentais e aos instalados na direcção do PS um **pacto ou contrato** que de social só teria a conciliação de classes, os 16% do tecto «AD», a subordinação que tradicionalmente a direita exige dos sindicatos amarelos.

Mas o movimento operário não está com a UGT. O «cozinhado partidário» (a expressão é da Central unitária) que os divisionistas tentam introduzir em algumas camadas de trabalhadores, designadamente sob a versão Gonelha/PPD, prometendo-lhes afinal o mesmo que lhes prometeu o governo Sá Carneiro e o que lhes volta a prometer a estagnação na continuidade do Governo actual, é «cozinhado» que a maioria indiscutível dos trabalhadores não aceita.

Não é preciso invocar números. A lista seria grande demais. Basta uma vista de olhos pelas lutas do ano passado, pela força que as conduziu, basta lembrar o que se alcançou na contratação colectiva, apesar da grande hostilidade que sempre se enfrentou, basta ter em conta que a UGT/Gonelha/PPD nunca apareceu a encabeçar qualquer dessas lutas (e quando muito raramente a elas aderiu) porque não podia fazer outra coisa) para se ter uma visão suficiente do que vai ser o próximo Congresso da UGT e para justificar por completo a maneira como a CGTP-IN o encara: como mais uma etapa na escalada das forças que jogam na divisão dos trabalhadores.

Essas forças são, naturalmente, forças políticas. O encontro de Tróia (ver «Avante!» da semana passada) não consegue iludir ninguém. O reformismo pseudo-sindical da Tesired (tendência PPD) não tem nada dentro. Outras tendências são verbo de encher.

Mas a UGT continua a constituir uma ameaça que é preciso combater e isolar. O «cozinhado partidário» de que fala a CGTP-IN, referindo-se ao próximo Congresso da agremiação amarela e às contradições que roem o PS, justifica perfeitamente que numa reunião de quadros na DORP (Porto) cerca de mil militantes do PCP de todo o distrito tenham inscrito «o divisionismo da UGT, apoiada numa aliança sem princípios do patronato, do Governo, dos partidos reacçãoários e do oportunismo reformista» na «estratégia de submeter os trabalhadores à canga da exploração capitalista».



Imediatamente na RN reúnem as estruturas sindicais

A direita ensaia mais um paralelo

A proximidade do Congresso da UGT leva este grupo divisionista a diversificar esforços para aparecer aos olhos da opinião pública como uma grande agremiação, mesmo de amarelos, tanto faz... Os esforços gonelhistas são de resto exemplares nesse e noutros campos (ver esta página). A atenção do grémio amarelo virou-se agora para a Rodoviária Nacional. Não podia deixar de ser. O sector dos transportes é um dos mais ameaçados pela direita, nele se têm desenvolvido grandes lutas, a unidade tem provado a sua força, nomeadamente no campo da contratação colectiva. Assim sendo, toca a atacar por aí.

Numa altura em que a fusão sindical avança entre os rodoviários, no Porto, em Lisboa e Santarém, aparece na Rodoviária um «grupo de indivíduos» que, segundo a Federação («Circular» de Janeiro) tentam constituir um sindicato «para os trabalhadores da RN com funções de chefia, coordenação

e técnicas». Reunidos entretanto sindicatos e outras organizações representativas dos trabalhadores desmascararam a tentativa divisionista e acusaram esse «grupo de indivíduos» de pretender criar «uma base artificial de apoio mínimo que lhes dê alguma força para a sua promoção pessoal, sem cuidar dos reais interesses dos trabalhadores, sejam eles chefes, coordenadores ou técnicos, sejam motoristas, cobradores, mecânicos, electricistas, escriturários, porteiros, contínuos, ou quaisquer outros».

O jornal «Circular», órgão da Federação dos Rodoviários, que desmascara com algum pomenor esse «club de élites», alerta os trabalhadores da RN para estas e outras tentativas de divisão e apela à luta contra os promotores do divisionismo no sentido de os isolar, pois o que está em jogo, neste caso, são os seus interesses directos e imediatos, é a sua capacidade reivindicativa, a sua unidade.

30 delegados no Porto

O Sindicato dos Trabalhadores de Escritórios do Porto à semelhança de outras associações sindicais onde a UGT não concorre sozinho, elegeram 30 delegados ao Congresso, ou aquilo que a agremiação considera como tal.

Convocada pelos corpos gerentes eleitos há mais de dois anos e legalmente impedidos de tomar posse, a assembleia eleitoral (votação secreta e aberta a todos os associados) deu um resultado que confirmou a vitória da unidade alcançada há dois anos e confirmou também o pouco invejável título de «surpadores» atribuído aos corpos gerentes afectos à UGT e que foram batidos sem apelo nessas eleições.

O apoio de 4 governos não chega

Que a UGT, desde os tempos em que Gonelha era ministro do Trabalho, contou com o apoio indefectível de 3 governos, como conta agora com o apoio do actual, é um facto que se mete pelos olhos dentro. Mas não foi um apoio qualquer. Tão-pouco foi uma «ajuda» a alguns trabalhadores e sindicatos do sector de serviços. Esse apoio (de preço muito elevado para os trabalhadores em geral) exigia uma contrapartida que gonelhistas e pépêdes se têm esforçado por cumprir. Mas o seu campo continua muito limitado. A direita não quer um pactozinho. Gostaria de estender o seu tecto salarial, fazê-lo aceitar como inevitável por todos, ou pelo maior número possível de sindicatos. Dai o preço que os trabalhadores pagam por um apoio contra os seus interesses mais imediatos e mais duradouros. A UGT é paga para alargar o seu campo de intervenção e influência. E quem de um modo ou de outro lhe paga não se interessa pelos métodos que utiliza.

Dai a necessidade de combater fortemente o divisionismo. Segundo o plenário do CC do Partido de 17 do corrente «o divisionista pode e deve ser derrotado, desmascarando-o no plano político e ideológico, combatendo o sectarismo e o obrerismo, dando resposta adequada aos problemas orgânicos criados com os paralelos, reforçando cada vez mais o movimento sindical unitário e a sua ligação às massas, defendendo consequentemente os interesses e aspirações dos trabalhadores».

Aqueles que estão filiados em sindicatos com direcção UGT não podem permitir que a «AD» utilize abusivamente os seus nomes para legislar contra os sindicatos, para legislar contra os trabalhadores, para assinar ou a impor pactos ou contratos rejeitados pelo movimento sindical.

Na Marinha Grande

O novo Centro de Trabalho estará pronto em Dezembro

«Boa tarde! Pode dizer-me onde fica o Centro de Trabalho do PCP?» O transeunte, apanhado de improviso numa das ruas centrais da Marinha Grande, coçou a cabeça, indeciso. Apoiou-se, depois, à janela do automóvel: «A sede do Partido é aí atrás. Está a ser construída... Mas funcionam ali adiante as instalações provisórias». E indicou-nos o caminho.

A estrutura em cimento armado revela já que, em breve, estará construído o terceiro piso. Alguns trabalhadores martelavam ou transportavam tábuas. O movimento e o ruído característicos da construção de qualquer prédio.

Voltámos lá, pouco depois, com o camarada Vítor Hugo, membro da Direcção da Organização Regional da Leiria do PCP e que integra também a Comissão para a Construção do Novo Centro de Trabalho.

Tudo aponta para que o novo Centro esteja pronto em Dezembro próximo, disse-nos, enquanto deambulávamos em visita pelo interior da estrutura de cimento.

E foi-nos referenciando o que irá funcionar: Não é ainda uma decisão definitiva. Uma próxima reunião irá estabelecer a distribuição do edifício. Mas as alterações não devem ser grandes.

A cave está destinada a arrecadação, nomeadamente os mantimentos materiais do bar. No rés-do-chão ficará um pavilhão polivalente para reuniões e onde, em princípio, serão realizadas sessões de cinema com uma certa periodicidade, e outras iniciativas; haverá ainda uma sala de convívio, a recepção, o bar (que talvez venha a servir refeições ligeiras) e as instalações sanitárias.

No primeiro andar, localizam-se 11 salas de reuniões e ainda um terraço com 120 metros quadrados e que no futuro poderá ser fechado em estilo de marquise. O segundo andar, também com 11 salas, destina-se à DORLEI e à Comissão Concelhia da Marinha Grande do PCP.

O último piso, recuado em relação aos outros dois, dispore de quatro salas de trabalho, a destinar posteriormente.

Da compra à primeira pedra

Vai ser um Centro de Trabalho do PCP digno das tradições do povo da Marinha Grande. Esta frase — acrescentou o camarada Vítor Hugo — vai ser colocada na fachada da estrutura até que o edifício esteja pronto. Depois, terminada a obra, a frontaria

será coberta com um painel, devidamente iluminado, alusivo à luta da classe operária.

Para falarmos da construção do novo Centro, necessário se torna saber como surgiu a ideia, o que foi feito, todo o trabalho desenvolvido para que hoje aquele edifício ali surja.

Vítor Hugo remete-nos para a primeira folha informativa (até agora já foram publicadas quatro) da construção do Centro.

Ali se diz, a par do balanço da campanha de fundos, que já lá vão mais de três anos que «um grupo de camaradas tomou a iniciativa de comprar a velha casa onde agora se vai iniciar a construção». Era nesta casa, aliás, onde funcionava

o Centro de Trabalho do PCP na Marinha Grande.

Esforços, angariação de fundos, papeladas, mais de uma dezena de herdeiros a contactar escrituras, e finalmente a Organização Regional do Partido adquiriu 600 metros quadrados por cerca de 1300 contos, se juntarmos todas as despesas.

Desta superfície, no final de 1978, cerca de 200 metros quadrados foram vendidos a um banco instalado no prédio contíguo por 1700 contos. Precisávamos de dinheiro para começar a obra, explica o camarada Vítor Hugo.

E depois foi a demolição da velha casa. Trabalho voluntário de camaradas, só as paredes foram deixadas abaixo pela Cooperativa que hoje constrói o novo edifício.

A primeira fase custa 5000 contos

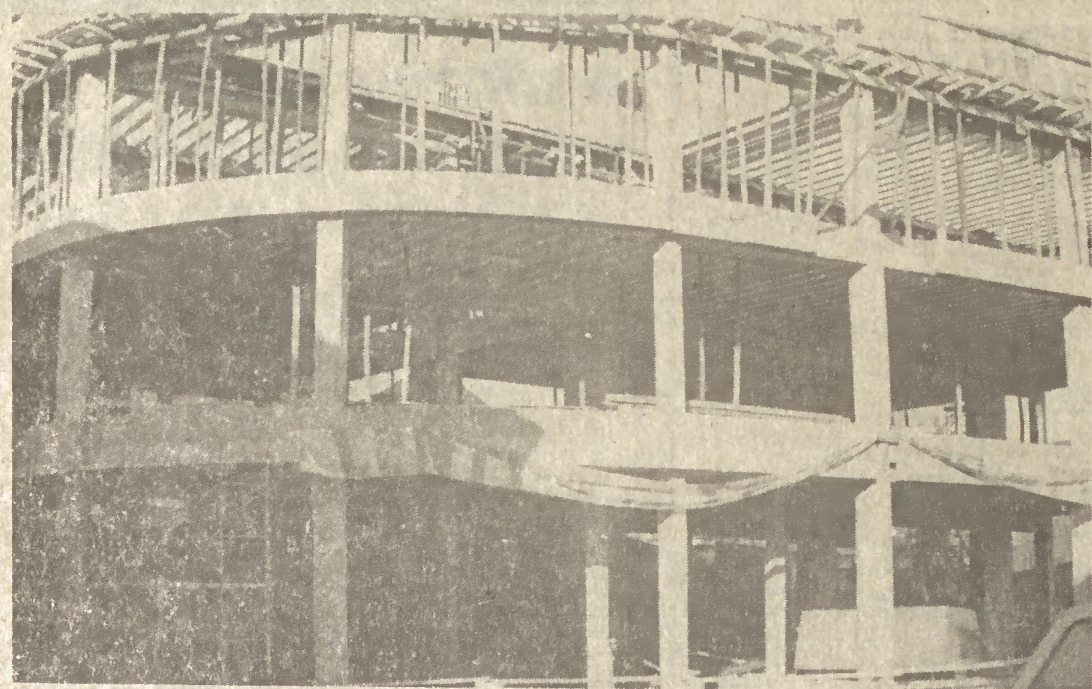
Em 2 de Abril de 1980, aniversário da Promulgação da



Um aspecto da fachada do antigo Centro de Trabalho...



...que em Janeiro de 1980 começou a ser demolido...



...para no mesmo local se erguer um edifício moderno

Constituição, com a presença do camarada Joaquim Gomes, membro da Comissão Política e do Secretariado do CC do PCP, é lançada a primeira pedra do novo Centro. Na altura, o «Avante!» referiu-se a esta iniciativa que movimentava os comunistas da Marinha.

A obra projectada pelos arquitectos Raul Cerejeiro e Silva Gomes e ainda, na parte eléctrica, pelo engenheiro electrotécnico Esteves Santos, foi adjudicada à Cooperativa dos Montes — Constrócop.

O trabalho desta cooperativa, que está a fazer obra asseada, é também uma colaboração, das muitas que temos, na construção do Centro, acrescenta Vítor Hugo, que logo a seguir começa a abordar as verbas a dispendir.

A primeira fase da construção, isto é, sem acabamentos, foi orçada em pouco mais de quatro mil e trezentos contos. Esta verba aumenta para cerca de cinco mil contos quando decidimos aumentar o piso recuado que agora começa a ser construído.

Há pouco tempo foi paga a terceira prestação. Rondou os 873 contos. A segunda foi do mesmo valor. Só a primeira foi mais elevada: um pouco mais de mil e trezentos contos.

Uma Comissão que não poupa esforços

Mas a inflação é um mal que os camaradas da Marinha Grande têm de enfrentar. Tendo em conta que a construção completa do novo Centro de Trabalho foi orçada, no início, em cerca de oito mil contos, hoje em dia talvez sejam necessários mais dois mil para a completar.

São dores de cabeça que não passam com aspirinas. Mas não são causa de desânimo. Para tomar as coisas mais baratas os camaradas vão recorrer ao trabalho militante de trabalhadores especializados e não só. Pedreiros, electricistas e todos os outros camaradas que puderem dar uma ajuda.

Só a instalação eléctrica de todo o edifício fica na casa dos 700 contos, diz Vítor Hugo, e neste sector mais vale comprar e guardar o material do que ter o dinheiro no banco a render. Cada aumento que sofre é logo de 30 por cento. O mesmo se passa em relação a louças e outros artigos de construção.

A isto junta-se um problema: arranjar dinheiro. Iniciativas têm sido levadas a cabo e os resultados não têm sido desanimadores.

A Comissão para a Construção do Novo Centro em que participam camaradas das mais diferentes idades (desde os mais jovens a dois camaradas que participaram no 18 de Janeiro de 1934 e que trabalham ombro a ombro para a concretização daquela iniciativa) não se poupa a esforços, apesar de nem tudo correr sempre pelo melhor, para angariar fundos.

A «Festa do Futuro» que no ano passado pela primeira vez se realizou na Marinha Grande foi uma dessas iniciativas. Provou. Este ano vai continuar — a 10, 11 e 12 de Julho — melhor estruturada, proveito da experiência anterior. E continuará, todos os anos até o Centro estar pago. Assim como outras iniciativas.

Uma coisa é certa: já faltou mais para a Marinha Grande ter o seu novo Centro de Trabalho.

O CC considerou como o trabalho de organização o funcionamento regular numa actividade regular nele integrados, a entrega e o pagamento regular do recrutamento, em ligação do 60.º aniversário do PCP

O reforço orgânico, político e ideológico do Partido é a palavra de ordem central que presidirá às comemorações do 60.º aniversário do PCP.

Fundado em 6 de Março de 1921, o Partido considera que o seu reforço é do interesse não apenas dos comunistas, mas dos trabalhadores, de todo o Povo português, do regime democrático.

De acordo com as orientações gerais para esse reforço, o trabalho incidirá, designadamente e naquilo que directamente diz respeito ao «Avante!», no melhoramento do conteúdo e aspecto gráfico do órgão central do PCP.

Segundo a Resolução aprovada pelo Comité Central em 17 do corrente serão amplamente divulgados os 60 anos de luta, nomeadamente o «papel do PCP na resistência ao fascismo, na libertação da ditadura, na Revolução portuguesa, nas transformações democráticas, na defesa do regime democrático consagrado na Constituição».

O papel do PCP na situação política que vivemos terá lugar destacado nas comemorações. O mesmo acontecerá com o futuro democrático e socialista de Portugal.

No entanto, as linhas políticas e ideológicas fundamentais da celebração dos 60 anos de vida e de luta do Partido só serão divulgadas depois de uma nova reunião plenária do Comité Central a efectuar em 13 e 14 de Fevereiro que aprovará para o efeito uma resolução.

Mas desde já o CC decidiu que sejam levadas a cabo várias iniciativas como seja a realização no dia 7 de Março, em Lisboa, de uma grande sessão comemorativa do 60.º aniversário e de uma grande exposição sobre os 60 anos de vida e de luta do Partido.

O «Avante!» dedicará um número especial às comemorações. Nos próximos meses, publicará «aspectos marcantes da história do Partido».

O 60.º aniversário será ainda assinalado pelo lançamento de uma medalha, um emblema e um cartaz comemorativo.

As organizações regionais e locais têm a seu cargo a realização de iniciativas próprias para assinalar essa data memorável para todos os comunistas, para todos os trabalhadores.

Ainda em ligação com as comemorações do 60.º aniversário, a reunião plenária do CC de 17 do corrente, ao referir-se a «algumas decisões preparatórias de medidas de fundo, a decidir na próxima reunião plenária de 13 e 14 de Fevereiro incluiu entre essas decisões a realização de «um esforço geral para a estruturação, o funcionamento regular de milhares de militantes que não estão nela integrados, a entrega de cartões em tempo devido e o pagamento regular da quotização», bem como «a intensificação do recrutamento em ligação com a comemoração do 60.º aniversário do Partido».

2.ª Assembleia de Organização em Algueirão-Mem Martins

Realiza-se no próximo dia 31 de Janeiro, sábado, a 2.ª Assembleia de Organização do PCP da Freguesia de Algueirão-Mem Martins, que decorrerá na «Tuna Operária de Sintra», com começo marcado para as 14 e 30.

A ordem de trabalhos tem dois pontos: o primeiro para

a apresentação do relatório de actividades da Freguesia, o segundo destinado à eleição da nova Comissão de Freguesia. A intervenção política estará a cargo do camarada Veiga de Oliveira, membro do CC do PCP e deputado do Partido na Assembleia da República.

Há festa na Romeira!

Promovido pela Comissão de Fundos da Romeira e integrado na campanha de fundos «Almada uma Casa do Partido», realizar-se-á no próximo sábado, dia 31 de Janeiro, um espectáculo com início previsto para as 21 e 30.

Actuarão José Viana, Dora

Leal, o conjunto de Jorge Nascimento e ainda o grupo «Cantando Unidade», integrando Ana Pinto, Ana Cabral, Adélia Maria, César Pinto, Paula e Mariani.

No final haverá baile ao «som» do conjunto «Os Vermelhos». Vamos à Romeira? A festa promete!

Domingo, no Fundão Reúnem os militantes de Castelo Branco

A situação política actual, o 60.º aniversário do Partido (aprovação do programa comemorativo) e o trabalho político para o ano de 81 são os temas centrais que estarão em foco no Encontro de Quadros do PCP da Organização Distrital de Castelo Branco.

A reunião decorrerá no próximo domingo, dia 1 de Fevereiro, das 14 e 30 às 18 horas, no Casino Fundanense.

Jovens comunistas de Santarém preparam Encontro Distrital

Culminando um vasto trabalho preparatório, que continua a decorrer com elevado nível de participação e debate, os jovens comunistas de Santarém levam a efeito no próximo dia 15 de Fevereiro (domingo) um Encontro Distrital de Militantes em que será apreciado para aprovação um importante documento.

Tem sido, aliás, em torno do projecto desse texto que a JCP vem dinamizando uma discussão viva e interessada, orientada no fundamental, para dois temas: o trabalho político até agora desenvolvido pelos jovens comunistas no distrito e as tarefas imediatas que a organização terá de levar por diante num futuro muito breve.

Os trabalhos do Encontro decorrerão na Casa do Campesino em Santarém, sob o lema «Unir a Juventude, reforçar a JCP». Na altura será eleita a nova Direcção Distrital da Juventude Comunista Portuguesa.

O encerramento está previsto para as 17 horas, iniciando-se então um espectáculo «rock» com as bandas «UHF» e «Su Generis».

Domingo, em Santarém Reunião Distrital de Quadros do PCP

Na Casa do Povo de Almeirim, decorrerá no próximo domingo, dia 1 de Fevereiro, uma Reunião de Quadros do PCP do distrito de Santarém.

A sessão inicia-se às 10 horas. Estarão presentes os camaradas Joaquim Gomes, membro do Secretariado e da Comissão Política do CC do Partido, e Raimundo Cabral, suplente da Comissão Política.

Pioneiros de Sintra apontam objectivos

Nas instalações do Centro Cultural Proletário, em Queluz, efectuou-se recentemente o III Encontro dos Pioneiros de Portugal do Concelho de Sintra.

Os trabalhos, dirigidos pelos próprios Pioneiros, incluíram a leitura de relatórios de actividade dos núcleos, referentes a 1980, a definição das tarefas para 81 e uma discussão sobre as iniciativas a realizar mais brevemente.

Após o lanche houve convívio, teatro, música de flauta e dança rítmica pelos Pioneiros do Núcleo de Queluz.

Nas conclusões do seu III Encontro, os Pioneiros do Concelho de Sintra manifestam o desejo de trabalhar cada vez mais, para reforçar a sua organização com novos elementos e participar em todas as actividades a nível distrital e nacional que os Pioneiros de Portugal venham a promover no futuro.

Foram lidas ainda algumas moções apresentadas pelos núcleos, apoiando a luta do povo de El Salvador contra a repressão, e desejando felicidades às crianças da Namíbia, África do Sul e Palestina.

Os presentes saudaram igualmente o Fórum Internacional da Juventude e dos Estudantes pela Paz, o Desarmamento e o Desarmamento, que decorreu recentemente em Helsinquia.

Estudantes comunistas do Porto promovem Jornadas sobre o 12.º ano

● Direita perde influência

A situação dos estudantes do 12.º ano da escolaridade é uma das mais graves até agora criadas no Ensino em Portugal — alertaram os jovens comunistas do Porto numa conferência de Imprensa que decorreu recentemente naquela cidade.

Na altura, foi revelado que a Direcção da Organização Regional do Porto (DORP) da JCP leva a efeito no próximo dia 15 de Fevereiro as «Jornadas sobre o 12.º ano», importante iniciativa que se integra numa acção de âmbito nacional da Juventude Comunista, que está em marcha.

No encontro com os representantes da Comunicação Social, os estudantes comunistas salientaram alguns aspectos do escândalo que marca o 12.º ano, tendo citado exemplos diversos relacionados com o funcionamento do sucessor do Propedêutico do distrito do Porto (6 mil alunos).

Os dirigentes da JCP referiram-se, a propósito, à tardia colocação dos professores em vários estabelecimentos, particularmente no «Carolina Michaelis» (1250 alunos), onde as aulas só se iniciaram no passado dia 19 e com falta de docentes.

No plano mais geral, a JCP do Porto denuncia a baixa qualidade pedagógica do 12.º ano, o preço excessivo dos livros e a falta de muitos deles e a extensão dos programas das cadeiras.

Ao salientar que «os

estudantes estão ameaçados com exames obrigatórios, no fim do ano, sem haver sistema de compensação para a matéria não leccionada», a Juventude Comunista daquele distrito norteno alerta que «com este 12.º ano se prepara o chumbo e o afastamento do Ensino de milhares de jovens», sendo um «exemplo vivo o que vale no campo da Educação o Governo da AD».

● Até a JSD já critica

«Agora, até já a JSD diz que está contra o Ministério e o 12.º ano. É preciso ter atenção com aqueles que, primeiro, apoiaram o 12.º ano e depois, quando o descontentamento é geral e se transforma num escândalo nacional, desmentem as suas anteriores posições e atiram aos outros as suas responsabilidades», comenta ainda a JCP, denunciando assim as declarações e documentos da organização juvenil do PSD em relação ao ministro (PSD) da Educação, sr. Vítor Crespo, que transitou do anterior executivo. Recorde-se, a propósito, que o programa do actual Governo não se referiu nem numa única linha sequer

às questões do 12.º ano da escolaridade!...

No documento divulgado aos jornalistas, a JCP do Porto apela aos estudantes daquele ano, à opinião pública e às outras forças democráticas, nomeadamente à Juventude Socialista, para que se juntem numa grande corrente, na crítica e denúncia das irregularidades deste 12.º ano e na exigência de algumas modificações urgentes — dispensa de exame, redução dos programas e elaboração de um sistema de compensação para a matéria que não foi dada.

No decurso da conferência de Imprensa, foi ainda salientado o avanço das posições unitárias no seio do movimento associativo das escolas secundárias do Porto. Em eleições recentemente realizadas em cinco escolas, verificou-se um significativo aumento de votação da corrente unitária que, inclusivamente, averbou uma vitória (escola Soares dos Reis), perdendo outra eleição pela reduzida margem de 11 votos. Foi também assinalado o recuo das actividades neo-nazis no Ensino Secundário da cidade, traduzido no rotundo fracasso da chamada «semana de luta anti-marxista», convocada no primeiro período escolar, de parceria com o jornal «O Diabo», e na quebra de 50 por cento nas votações obtidas pelas listas que apresentou.

orientações gerais para o reforço ação, um esforço geral para a estruturação, das células de empresa, a participação de milhares de militantes que não estão de cartões em tempo devido da quotização, intensificação ação com a comemoração Partido

Da Resolução aprovada pelo CC em 17/1/1981

Fanhões tem novo Centro de Trabalho!

Fanhões (Loures) tem um novo Centro de Trabalho do PCP! No passado dia 15 de Janeiro efectuou-se o acto de escritura da compra do novo prédio (250 contos), estando a respectiva inauguração e a entrega oficial da documentação do imóvel ao PCP marcada para o próximo dia 15 de Fevereiro, integrada nas comemorações do 60.º aniversário do nosso Partido, com Programa a elaborar oportunamente.

Em relação à Campanha de Fundos, refira-se que esta atingiu plenamente os objectivos da sua primeira fase, ou seja, arranjar a importância necessária para cobrir o custo do imóvel (os tais 250 contos), tendo-se obtido, exactamente, 253 203\$00.

Bom trabalho, camaradas!

Trabalho de fundos Plenário de militantes da Organização de Lisboa

Com a participação do camarada Octávio Pato, da Comissão Política e do Secretariado do Comité Central do PCP, realiza-se o próximo sábado, entre as 15 e as 19 e 30, um plenário de militantes da Organização Regional de Lisboa responsáveis pelo trabalho de fundos nas células de empresa, comissões de reguessa e concelhias.

O encontro, que decorrerá no CT Vitória, na Avenida da Liberdade, tem a seguinte ordem de trabalhos:

1. Balanço do trabalho realizado em 1980 e perspectivas para 1981;
2. O 60.º aniversário do Partido;
3. Conclusões e intervenção final a cargo de Octávio Pato.



Divulgação e venda do «Avante!» motiva reunião de militantes no Montijo

No próximo sábado, dia 31, decorrerá no Centro de Trabalho do Partido, no Montijo, um importante plenário de militantes, activistas do passado e do presente, ligados à divulgação, distribuição e venda do órgão central do PCP.

Participarão militantes das células de empresa, de comissões locais, de sectores profissionais e de outros organismos.

Objectivo fundamental do encontro: tirar conclusões do trabalho desenvolvido até agora e apontar direcções para a acção futura, salientando-se igualmente as iniciativas comemorativas do aniversário do «Avante!».

Temas internacionais em sessão no Montijo

Com a presença de Graça Filipe, da Secção Internacional do PCP, realiza-se amanhã, sexta-feira, no Centro de Trabalho do Montijo uma sessão de esclarecimento sobre política internacional, onde serão abordados temas de actualidade, nomeadamente sobre a Polónia, o Afeganistão, o Irão e a América Latina.

Reuniões gerais de militantes em Alcochete, Paço dos Negros e Marianos

As tarefas do PCP no seu 60.º aniversário e a situação política actual constituem a ordem de trabalhos do plenário de militantes comunistas de Alcochete, a realizar no próximo sábado, dia 31.

A sessão decorrerá na Casa do Povo, com início às 15 horas, estando presente o camarada Joaquim Gomes, membro do Secretariado e da Comissão Política do Comité Central do Partido.

Também no sábado, mas a partir das 18 horas, realiza-se no CT de Paço dos Negros (concelho de Almeirim), uma importante reunião geral de militantes com os seguintes objectivos: mobilizar toda a organização local e discutir

a iniciativa comemorativa do 60.º aniversário do Partido.

Participará nos trabalhos do encontro o camarada Miguel João, membro da Direcção Regional de Santarém do PCP.

No mesmo dia e à mesma hora, no Salão Luís Gaudêncio, reúnem os comunistas de Marianos (igualmente no concelho de Almeirim). Além da discussão sobre as comemorações do aniversário do Partido, estará em foco a formação de uma Comissão Local do Partido em Marianos. O aumento do número de militantes na terra assim o justifica: no passado ano de 1980 esse número subiu de 18 para 54.

Estarão presentes camaradas do executivo da Comissão Concelhia de Almeirim do PCP.

Encontro em Alverca

Para debater a situação política e definir as tarefas actuais dos comunistas, realiza-se no próximo sábado, dia 31, um plenário geral de comunistas residentes em Alverca.

O encontro, que terá a participação de um camarada do Comité Central do Partido, decorrerá a partir das 21 e 30 no salão dos Bombeiros Voluntários.

Comunistas da Madeira tomam importantes decisões

Avançar com uma campanha de organização e realizar em Março próximo um Encontro de Quadros do Partido, orientado para as questões da organização – estas as duas principais decisões tomadas no decorrer da última reunião da Direcção da Organização da Região Autónoma da Madeira (DORAM) do PCP.

O encontro, efectuado no passado sábado, teve como ponto central da ordem de trabalhos o reforço da estrutura e do trabalho dos comunistas naquela Região.

Como foi revelado ao «Avante!», os camaradas da DORAM realizaram o debate tendo em conta "o momento que se vive, as exigências cada vez maiores que se colocam ao Partido no arquipélago, incluindo a frente parlamentar na Assembleia Regional, os objectivos da DORAM, as comemorações do aniversário do Partido e as decisões do nosso Comité Central".

A campanha decorrerá sob o lema "Organizar, Estruturar para

Vencer", mobilizando todos os militantes e simpatizantes mais activos do Partido. Iniciativas diversas ligadas aos problemas vivos da Região Autónoma da Madeira darão o enquadramento da campanha.

A coordenação e desenvolvimento do trabalho político com maior intensidade, a distribuição de tarefas tendo em conta a ligação e a sensibilidade de cada camarada para cada frente de acção e a regularização das quotas são objectivos a atingir na campanha dos camaradas madeirenses.

O encontro, a realizar em Março, diz-nos a DORAM, fará o balanço de todo o nosso trabalho e perspectivará a actividade futura com rigor e objectividade.

A reunião da DORAM debateu ainda questões relacionadas com a dinamização da vida nos Centros de Trabalho, com a possível abertura de mais CTs da Região e com a programação de iniciativas diversas.

Sábado, na Guarda Encontro Distrital de Quadros do PCP

No próximo sábado, dia 31, realiza-se na Guarda o I Encontro Distrital de Quadros do PCP, com a participação do camarada Jaime Serra, da Comissão Política do Comité Central do Partido.

O desenvolvimento da situação política, a acção dos comunistas no distrito e o 60.º aniversário do Partido (aprovação do programa comemorativo) constituem os pontos fundamentais da ordem de trabalhos.

O Encontro, que tem o seu início marcado para as 14 e 30, encerrará com uma jornada de confraternização.



Reunião de quadros no Porto Situação política e aniversário do Partido – temas em análise

Cerca de mil militantes das diversas organizações do nosso Partido no distrito do Porto estiveram no passado domingo no Centro de Trabalho da Boavista na Reunião de Quadros da ORP do PCP. Na mesa que presidiu aos trabalhos tomaram lugar os camaradas Joaquim Gomes, membro da Comissão Política e do Secretariado do CC do PCP, Ângelo Veloso, membro suplente da Comissão Política, Edgar Correia, Vidal Pinto, Helena Medina, Fernando Teixeira e João Fonseca – todos do Comité Central e da DORP do PCP – e ainda Emílio Ribeiro e Manuel de Sousa, também da DORP.

No decurso da reunião registaram-se dezenas de intervenções que caracterizaram importantes aspectos da situação política e social nas empresas, sectores e concelhos do distrito, a diversidade das formas de luta, bem como o conjunto das tarefas para o reforço da actividade e influência do Partido.

Do conjunto destas intervenções ficou bem evidenciado que a luta de massas continua a desempenhar um papel decisivo na vida política e social, sendo o seu prosseguimento e desenvolvimento essenciais para a defesa dos interesses dos trabalhadores e do povo.

Na análise da actual situação política a que se

comunistas devem dar à concretização destes objectivos.

No conjunto das intervenções produzidas no decorrer da reunião, foi acentuada a importância decisiva, na actual conjuntura e tendo em conta as perspectivas de evolução da situação económica, social e política nos tempos próximos, da unidade da classe operária, da

discutiram desenvolvimentos a questão do 60.º aniversário do Partido e da campanha de reforço orgânico do Partido.

De acordo com o resultado apurado pelo 11.º Balanço de Organização recentemente realizado, a Organização Regional do Porto tem presentemente cerca de 22.500 militantes. No decurso de 1980, os efectivos do Partido aumentaram cerca de três mil militantes, o que se traduziu no considerável reforço da organização em muitas empresas, freguesias, bairros e em importantes frentes de trabalho.

No quadro das decisões do CC referentes ao reforço do Partido, foram discutidos objectivos concretos a nível regional do trabalho de organização, estruturação, informação e propaganda, trabalho ideológico e fundos. Até à data do 60.º aniversário do PCP, em 6 de Março, vão realizar-se um conjunto de reuniões especiais dos cerca de 800 organismos partidários do distrito do Porto, para considerar as medidas concretas aos mais diversos níveis para a concretização daqueles objectivos.

- A Organização Regional do Porto conta com cerca de 22 500 militantes
- Até 6 de Março, vão realizar-se reuniões nos cerca de 800 organismos da DORP, a fim de debater as principais tarefas partidárias

procedeu – à luz da análise do Comité Central do PCP – realçou-se a importância da derrota da "AD" em 7 de Dezembro, a importância da unidade dos trabalhadores e do reforço do movimento sindical unitário e da actividade das comissões de trabalhadores, tendo-se destacado a contribuição que os

unidade popular e da unidade democrática. Foi, aliás, já constatado que a determinação de luta dos trabalhadores do distrito do Porto está em ascensão.

O 60.º aniversário do PCP

Os participantes na Reunião de Quadros do distrito do Porto



A Câmara e a Juventude — um diálogo iniciado em Vila Franca de Xira

Devo ser o presidente de Câmara mais assobiado em concertos de «rock» — a afirmação bem humorada é de Daniel Branco, o jovem que deste as últimas eleições autárquicas preside ao município de Vila Franca de Xira. Falava-se da juventude e dos primeiros passos ensaiados pela edilidade na procura de respostas para os problemas próprios dos jovens, nomeadamente a ocupação dos seus tempos livres.

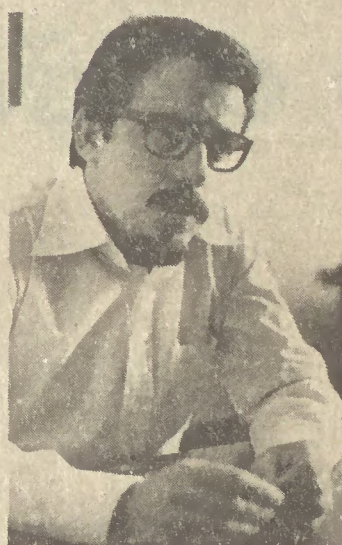
Concelho muito jovem em termos de composição etária, Vila Franca tem a particularidade de ver a sua população estudantil sempre a girar pelas ruas devido à enorme dispersão das salas de aulas, nomeadamente na sede do concelho. Se por um lado este facto dá um certo colorido e animação ao dia a dia local, por outro representa uma tentação constante para o desvio dos jovens para actividades marginais. E as pessoas sentem-no, constata-se no e preocupam-se.

Esta presença constante dos jovens estudantes, irrequietos e irreverentes, a que se juntam os muitos outros que não conseguem o primeiro emprego, leva inevitavelmente a pensar nos imensos tempos que passam sem ocupação, na falta de perspectiva de futuro e em toda essa imensidão de problemas a um passo da droga, da prostituição, da marginalidade.

Pelo que não é de estranhar que a Câmara, com um âmbito de actuação muito mais vasto que os buracos das ruas, as águas e os esgotos, dê também atenção à juventude.

O que não é fácil, como o desabafo de Daniel Branco deixa entrever. Mas porque? O que torna tão difícil o diálogo com a juventude? O que é que de facto separa os que tinham vinte anos no início dos anos setenta dos que hoje têm essa mesma idade?

Os conceitos que formamos — diz Daniel Branco —, nós os que



Daniel Branco

crescemos durante o regime fascista, que combatemos a opressão e a exploração, que lutamos contra a guerra colonial, não são os mesmos dos jovens que têm agora dezassete anos e eram crianças quando se deu o 25 de Abril. O conceito de cultura, por exemplo, não é simples nem pacífico de se definir.

O que é cultura para os jovens de hoje? Como sofrem a influência dos meios de comunicação a que estão sujeitos, sobretudo no que toca à Televisão? Que futuro os espera no final dos estudos, que esperança de emprego, que possibilidades de habitação para os jovens casais com a necessária privacidade

que a vida com outros familiares não permite?

Os responsáveis autárquicos pelo concelho de Vila Franca não são realistas e sabem não estar na sua mão resolver questões tão de fundo como estas, cuja solução cabe ao Governo. Mas querirá isto dizer que nada pode ser feito pela juventude, essa idade dourada que todos recordam com saudade... depois de passada?

De modo nenhum. E o exemplo de Vila Franca aí está a prová-lo. A par do apoio e dinamização a actividades desportivas, um curso de teatro para Grupos de Teatro Amador, intercâmbio com jovens de outros países, a Câmara de Vila Franca organizou um concerto de «Jazz» e três de «Rock».

Foi precisamente nestes últimos que se ouviram os tais assobios, sempre que o camarada Branco ensaiou uma intervenção. É natural — pois os jovens estavam lá para ouvir a música e não um chato a fazer um discurso.

E quem eram eles, afinal? Rapazes e raparigas das escolas onde a direita domina e onde para alguns é moda ser pró-nazi; os da «passa» clandestina e dos bares duvidosos; os das empresas que vivem com o pesadelo do desemprego; os que estão certos que, apesar de tudo, «amanhã será outro dia» e os que, já hoje, confiadamente se empenham na sua construção — a juventude de Vila Franca, afinal, que consciente ou inconscientemente procura alguma coisa diferente.

Que alternativa?

O que procuramos é criar alternativas, afirma Daniel Branco, que nunca pensou em



Eram crianças quando se deu o 25 de Abril



fazer discursos nos concertos de «rock» mas sim propor que fossem os jovens a tomar a palavra, vencendo a barreira artificial que os poderia separar da edilidade. Porque pretendemos desenvolver actividades para a juventude sem dirigismos, sem os tomar consumidores de coisas feitas mas sim eles próprios produtores do que gostariam de fazer.

O diálogo já começou. Um grupo de jovens propôs à Câmara fazer cinema e está a realizar um filme sobre os Esteiros. Será um tema de interesse para a maioria? Não sabemos, diz Branco, pois o filme é da inteira iniciativa do grupo, salientando que será interessante ver como abordarão o tema, em que perspectiva, com que objectivos.

E há também a proposta de João Santos, jovem trabalhador do município, para a criação de uma Casa da Cultura e da Juventude em Vila Franca, onde a pintura, o cinema, a fotografia, as artes plásticas e sabe-se lá mais o que a capacidade criativa da juventude pudesse sugerir.

E a vontade da edilidade de criar um campo de férias para a infância, juventude e 3.ª idade numa Quinta recentemente adquirida, onde não falta a piscina e o espaço livre. O ano de 1981 vai ser importante para este projecto, a realizar em função dos meios disponíveis.

E ainda o aproveitamento do Tejo (natação, vela, remo) ou o intercâmbio em campos de trabalho e férias quer a nível nacional quer internacional.

Sem esquecer que os problemas de fundo exigem uma luta constante a todos os níveis, pode-se no entanto dizer que em Vila Franca os dados estão lançados. Conseguirá a Câmara aguentar o balanço? Saberão os jovens responder ao desafio?

Eleições nos Açores

No próximo domingo, dia 1 de Fevereiro, realizam-se eleições em sete Freguesias recentemente criadas nos Açores e que têm estado a ser geridas por Comissões Administrativas — uma na ilha do Pico e seis em S. Miguel.

O anúncio público destes actos eleitorais processou-se com tal secretismo que se é levado a pensar que alguém estaria interessado em que passassem despercebidos. Com efeito, os editais sobre o assunto foram afixados nos locais habituais de forma tão «discreta» que, nalguns casos, só passado o prazo para apresentação de candidaturas algumas forças políticas se aperceberam que ia haver eleições. Excepção, claro, para o PPD, que concorre a todas...

Assim, na Freguesia de Ribeirinha (Pico), concorrem duas listas (PS e PSD); em cinco das freguesias de S. Miguel apenas concorre o PSD e na freguesia de Covoad, a única no concelho de Ponta Delgada, concorrem a APU e o PSD.

De referir o carácter unitário da lista APU, que se apresenta com o lema «Levantar a nova freguesia com a vontade do povo», composta por dez pessoas de várias profissões e áreas políticas: oito independentes, um socialista e um comunista. O cabeça-de-lista é José C. Pereira, conhecido por Resendes, lavrador, de 41 anos de idade, independente.

APU denuncia irregularidades na freguesia de Almôster

A existência de irregularidades nas contas da Junta de Freguesia de Almôster (concelho de Santarém) vai ser apreciada em sessão extraordinária da respectiva Assembleia de Freguesia, por iniciativa dos eleitos da APU naquele órgão autárquico.

Detectadas pelo secretário da Junta em Novembro passado, as irregularidades cifram-se num défice de quarenta e quatro contos, da responsabilidade do respectivo tesoureiro.

Na tentativa de resolver a questão o executivo, alertado para o problema, convocou o tesoureiro para uma reunião da Junta. A sua não comparência, se avolumou as dúvidas já existentes quanto ao desvio da referida verba, não quebrou no entanto a boa vontade de encontrar uma solução «a bem». Procurado em casa, o tesoureiro não apresentou qualquer justificação razoável para a falta do dinheiro, assinando embora um termo de responsabilidade pelos quarenta e quatro contos e responsabilizando-se pela sua reposição até final do ano.

O dinheiro não foi reposto e o documento desapareceu «misteriosamente» da sede da Junta de Freguesia.

Como se afirma num comunicado dos eleitos da APU na Junta e Assembleia de Freguesia de Almôster sobre o assunto, «estava quebrada a base de confiança e honestidade que deve caracterizar as relações entre pessoas que aceitaram ser eleitas para servir e não para se servir».

Na sessão extraordinária da Assembleia de Freguesia que se vai realizar os eleitos da APU, ainda segundo o comunicado à população, irão propor a formação de uma comissão de inquérito sobre o assunto, a fim de se apurarem responsabilidades e fundamentarem posteriores deliberações. Será também apresentada uma proposta para que a Junta de Freguesia passe a apresentar balancetes mensais das receitas e despesas.

História de um aterro sanitário ou do diálogo necessário entre autarquias e população

A primeira tentativa da Câmara Municipal do Seixal para resolver o problema do destino final dos lixos do concelho redundou num conflito sério entre a edilidade e a população de Vale Milhaços, localidade escolhida para a instalação de um aterro sanitário.

Quase um ano passado, acalmados os ânimos com o adiamento do projecto, é possível rever todo o processo e dele retirar alguns ensinamentos.

Ao pretender construir um aterro sanitário em Vale Milhaços a Câmara do Seixal obedecia a duas ordens de razões. Em primeiro lugar, impunha-se encontrar uma alternativa para a lixeira de Coina, por demais conhecida na zona pelos cheiros nauseabundos, os fumos, os perigos constantes e cada vez maiores para a saúde pública. Em segundo lugar, a necessidade de uma alternativa ganhou a dado passo um carácter de urgência por a Siderurgia Nacional precisar dos terrenos da lixeira — de que é proprietária — para iniciar as obras de desenvolvimento do Plano Siderúrgico Nacional.

Se é verdade que este último aspecto pressionou a edilidade «obrigando-a» a uma decisão quanto ao novo local de depósito do lixo, não é menos verdade dizer que o executivo

não foi propriamente apanhado de surpresa. De há muito que se sabia (e queria) que a lixeira de Coina tinha os dias contados, tendo-se já realizado estudos quanto à viabilidade de um aterro sanitário em Vale Milhaços.

Antigo areeiro explorado até aos seus limites, o local está transformado numa imensa cratera perfeitamente inútil e mesmo perigosa. Com a sua utilização para aterro a Câmara matava dois coelhos de um cajadada: resolvia o problema do lixo

e reconvertia a zona, conhecidas que são as enormes capacidades de reflorestação dos locais utilizados para este fim, uma vez esgotadas as possibilidades de vazamento dos lixos.

Munida dos pareceres dos técnicos quanto às condições do local (impermeabilização dos solos, vias de acesso, possibilidades de um equipamento adequado, etc.) e visionando já a recuperação de uma vasta área agora inútil para uma imensa zona verde, quem sabe se para ocupação de tempos livres, a Câmara considerou estarem criadas as condições de avançar com a alternativa a Coina.

Enganou-se.

Como se pode errar tendo razão

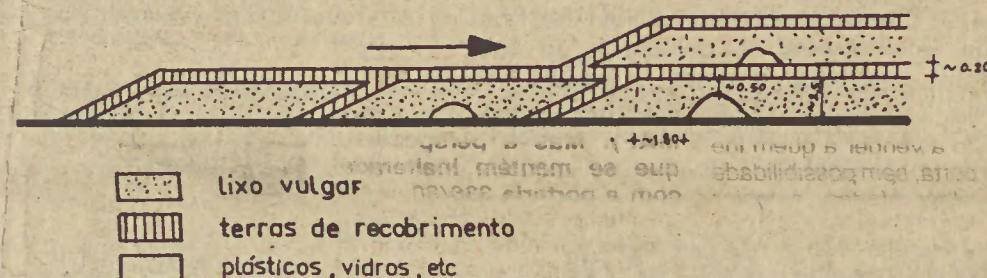
E enganou-se porque subestimou a sensibilidade da população em relação a este tipo de questões.

Traumatizados por tentativas antigas de fazer do local mais um lixeira, conhecedores da desastrosa experiência de Coina, mal informados quando às diferenças entre lixeira e aterro sanitário, os habitantes de Vale Milhaços opuseram-se à decisão municipal. E fizeram-no — como diria a propósito o Presidente da Assembleia Municipal do Seixal, Miguel Boileiro — como só a população

consciente dos seus direitos e habituada a defendê-los o sabe fazer: aberta e organizadamente.

Em 1 de Março de 1980 era entregue na Câmara Municipal do Seixal uma exposição com cerca de mil assinaturas onde a população de Vale Milhaços repudiava o lixo. Tentativas posteriores para pôr em prática o projecto do aterro apenas serviriam para acirrar os ânimos e fomentar a discórdia. As críticas subiram de tom e não faltou quem aproveitasse a situação para deitar achas na fogueira.

Nun plenário de moradores efectuado em 22 de Março, em que participaram vereadores da Câmara, a população soube no entanto separar o trigo do



Progressão da descarga em aterros sanitários

Aterro sanitário o que é?

A designação de aterro sanitário não engloba, de modo algum, a construção de lixeiras ou montões de lixo, antes se refere a uma técnica sanitariamente correcta, que obedece a requisitos de execução de ordem técnica. Consoante o tipo de terreno e ainda a localização do nível prático, pode-se proceder ao aterro de três maneiras:

o método de área, o método de trincheira e o método de rampa.

No caso do Seixal o método a utilizar será o de área, praticado no aproveitamento de depressões naturais, entre outros casos. Consiste em espalhar o lixo sobre o solo, cobrindo-o posteriormente com o material de recobrimento (terra).

joio e, embora criticando a forma tardia como se iniciou o diálogo directo (o que foi reconhecido pela vereação), avançou com propostas alternativas, nomeadamente o aproveitamento do areeiro extinto situado longe de locais habitacionais.

Muita tinta correu sobre o assunto. Não faltaram especulações e setas venenosas atiradas ao município por forças interessadas em cavar o divórcio entre os eleitos (APU) e eleitores.

Não resultou. E não resultou porque a Câmara, como o presidente da Assembleia Municipal não deixaria de salientar, embora certa das suas razões fez o que só uma

autarquia gerida democraticamente sabe fazer: respeitou a vontade popular.

As dúvidas legítimas dos moradores alertaram todos os órgãos autárquicos da zona, que acabaram reagindo como é norma onde a APU é maioritária, que o mesmo é dizer que, independentemente dos pareceres técnicos, o sentir da população tem de ser sempre tido em conta. A necessidade de um diálogo mais directo foi claramente reconhecida e o projecto do aterro em Vale Milhaços suspenso. A Câmara, que havia investido bastante dinheiro na aquisição de materiais, teve de repensar o problema. A alternativa encontrada foi um outro local,

com capacidade de utilização para três ou quatro anos.

Uma solução de recurso, sem dúvida, mas que poderá e deverá ser aproveitada para provar que um aterro sanitário não é uma lixeira.

Para provar à população, cuja vontade foi respeitada, que a edilidade está empenhada em resolver o problema dos lixos precisamente porque se preocupa em impedir que o meio ambiente se degrade, para defender o direito de todos os cidadãos a uma habitação condigna e a um ambiente saudável e liberto de poluição a que os moradores de Vale Milhaços aspiram.

(De «Poder Local» n.º 15 de 1979)

Vantagens e desvantagens do aterro sanitário

Vantagens

- eliminação de focos de roedores, moscas, insectos, vermes, etc.;
- eliminação de fogo, fumos e odores;
- capacidade de fácil resposta às variações diárias dos quantitativos de lixo produzido;
- pequenos investimentos face a outros métodos;
- pequenas necessidades de equipamento;
- baixos custos de exploração;

- possibilidade de posterior recuperação do terreno;
- aceita lixos de qualquer qualidade.

Desvantagens

- grandes áreas necessárias;
- dificuldades de operação no Inverno;
- possíveis problemas de poluição das águas subterrâneas;
- dificuldades de disponibilidade de terrenos perto das cidades o que pode encarecer a recolha e o transporte.

Escândalo em Aldeia SOS

Um jovem trabalhador da Fábrica de Material de Guerra, residente na Aldeia SOS de Bicesse (arredores de Lisboa), foi há dias levado de urgência para o hospital. Diagnóstico: fome!

O insólito acontecimento permitiu levantar uma ponta do véu do mistério que envolve outros casos recentes ocorridos na referida Aldeia, que vão desde

alegados espancamentos ou roubos de objectos pessoais, passando pela expulsão de alguns residentes.

Tudo terá começado com a recusa dos jovens que já trabalhavam a entregar 80% dos seus ordenados a duas responsáveis da Aldeia de Bicesse, para além do desconto do custo das refeições. Ignorando para onde vai o dinheiro, uma vez

que não recebem quaisquer recibos e lhes são exigidos cheques ao portador, quando o comum é serem endereçadas todas as verbas à Associação das Aldeias SOS, os mais velhos (vinte anos) não acatarem a estranha decisão e os mais novos (catorze anos) seguiram-lhes o exemplo.

Paulo Aires, de 19 anos, trabalhador na Lassen — Transportes, foi «destratado» da Aldeia para um quarto alugado. A mesma sorte teve Preciosa Saragaço. Com os menores o «argumento» foi a intimidação e a força, o roubo de roupas, passes, viola eléctrica e outros objectos. Acresce ainda que as crianças que não entregaram os tais 80% dos salários foram proibidas de comerem no lar.

Segundo os próprios jovens tudo isto se passa à revelia do chefe da Aldeia de Bicesse, senhor Brito Fontes, completamente marginalizado pelas referidas senhoras.

Para além dos organismos internacionais a que estão ligadas as Aldeias SOS, existem certamente entidades nacionais responsáveis pela sua existência. Quem toma medidas para desenholar este intrincado novelo, onde a exploração do trabalho dos jovens toma forma tão nitidamente que quase não deixa lugar para dúvidas?



Fome numa aldeia nos arredores de Lisboa

«AD» prepara aumentos de água e transportes em Coimbra

A questão dos aumentos da água e transportes públicos (municipais) em Coimbra continua a provocar viva polémica naquele concelho. Enquanto a Assembleia Municipal recusa uma proposta de agravamento das tarifas da água, o executivo camarário prepara-se para debater uma outra que visa o aumento em cerca de trinta por cento dos transportes.

As situações deficitárias dos Serviços Municipais são razões invocadas, fala-se da necessidade de reestruturação dos serviços, mas em vez de medidas de fundo apenas se propõem aumentos a suportar pelo consumidor sem qualquer contrapartida.

Em comunicado recentemente distribuído, o organismo para o trabalho das autarquias da Comissão Concelhia de Coimbra do PCP denuncia as tentativas da «AD» para fazer crer que

os referidos aumentos são inevitáveis devido a «uma pseudo falta de alternativas».

Declarando-se contrários aos aumentos tarifários em Coimbra, aqueles camaradas consideram este problema como «uma falsa questão».

Falsa questão porque os aumentos surgem enganadoramente como sendo a única alternativa a uma situação que, para ser debelada, terá que merecer outras medidas, porque os aumentos são

meros paliativos, um agravamento de custos a ser unicamente suportados pelo consumidor, sem uma contrapartida de melhoria e alargamento de serviços; falsa questão também porque os serviços sociais não têm que ser lucrativos, nem mesmo equilibrados; falsa questão ainda porque estes aumentos

acarretariam um maior agravamento das condições de vida dos trabalhadores, principais atingidos pelos aumentos tarifários ora preconizados.

o problema de fundo

Não deixa de ser curioso ouvir as hostes da «AD»

Realiza-se no próximo sábado, dia 31, às 15 horas, no Anfiteatro da Faculdade de Letras de Coimbra, uma reunião distrital de autarquias, em que participarão os camaradas Carlos Costa, do Secretariado e Comissão Política do Comité Central do PCP e Luís Sá, da Comissão de Autarquias Jundo do CC do PCP.

Na reunião, em que se fará o balanço da actividade nos órgãos de poder local no ano transacto e se discutirão perspectivas de trabalho futuro, participam eleitos, candidatos e activistas da Aliança Povo Unido do distrito de Coimbra.

falar de falta de alternativas e necessidades de reestruturação de serviços sem que se faça uma referência sequer a todas as questões de fundo que estão por resolver no que se refere às autarquias locais. A não aplicação da Lei das Finanças Locais, a falta de uma política de transportes que consagre legalmente soluções adequadas para as quatro Câmaras do País que têm a seu cargo a responsabilidade de transportes públicos (Aveiro, Barreiro, Coimbra e Portalegre) são, para os camaradas de Coimbra, circunstâncias que levam a inoperância ao Terreiro do Paço, ao Governo Central, onde se situam as maiores responsabilidades.

E onde se devem exigir alternativas.

A pecuária em crise

Terá chegado o tempo das vacas magras?

Depois do contrabando de gado doente da vizinha Espanha, e que tanto o governo Sá Carneiro como o actual nunca procuraram impedir, outros factores se vêm juntar para que a crise na pecuária se agrave.

A ameaça do aumento do preço das rações, que tem provocado o açambarcamento das mesmas, a seca e as geadas, com a consequente destruição e não renovação das pastagens, criaram aos produtores de gado condições desvantajosas, para não dizermos ruins.

Com efeito, tudo parece estar contra os produtores de gado — tanto bovino como suíno — e até, por tabela, os avicultores sofrem, como adiante explicaremos.

Primeiro, o contrabando de gado que diariamente continua a fazer-se. A entrada deste gado, a maior parte dele doente, veio em muitas das feiras provocar uma diminuição na procura e, por conseguinte, uma diminuição dos preços.

Alguns exemplos disso apresentava recentemente um quinzenário publicado no Norte do País dedicado aos problemas da agricultura. "A Terra" — assim se chama o quinzenário — revelava que na feira dos Carvalhos, por exemplo, uma junta de bois vende-se hoje por menos 20 contos do que há um mês. E em Gondomar — acrescenta-se no mesmo artigo — os marchantes, que ainda há poucas semanas compravam o gado aos lavradores a 202\$00 o quilo, não dão agora mais de 150\$00 ou 180\$00, quando muito.

Febre aftosa e feiras fechadas

Mas o contrabando de gado trouxe outros inconvenientes: a epidemia de febre aftosa que grassa por todo o País, que levou a decisão governamental de encerrar as principais feiras de gado, sem que a par fossem tomadas medidas a tempo para debelar a doença e fazer uma vacinação que cobrisse o território.

O encerramento das feiras foi outro dos factores que contribuiu para a baixa dos preços no produtor. Sem possibilidade de apresentar o seu gado, o produtor vê-se obrigado a vender a quem lhe bate à porta, sem possibilidade de escolher ofertas, a maior parte das vezes entre a espada e a parede: se não vender agora, pelo preço que lhe oferecem, nada lhe garante que aguardando uns tempos possa ganhar dinheiro — até porque o gado em casa tem de comer e as rações estão caras. Para além de que um animal, depois de um certo tempo, se

não é vendido começa a dar prejuízo.

Agravando esta situação, surge a seca prolongada, acompanhada de geadas. Geadas estas que queimam as pastagens. A falta de água, por outro lado, impede que as mesmas pastagens se renovem. Noutras circunstâncias — isto é, com água em abundância — ao fim de um certo tempo a pastagem utilizada está já em condições de receber o gado. Com a falta de água isso não sucede. E o produtor tem de recorrer às rações. Que não encontra no mercado, porque estão açambarcadas em virtude de irem aumentar de preço.

A falta de pastagens verdes tem também influência na produção de leite que este ano não está a recuperar, como seria normal, do período habitual de fraca produção e que se verifica durante o Inverno. Nesta altura do ano, a produção de leite já teria em muitas zonas recuperado cerca de 14 por cento. Simplesmente, este ano, face às péssimas condições climáticas, casos há em que essa recuperação está ainda na casa dos 3 por cento.

O leite vai descer?

A juntar a tudo isto, o facto de o preço do leite ao produtor não aumentar. Também sobre este aspecto o jornal "A Terra" é esclarecedor. Escreve-se nas suas páginas:

No mínimo, o leite deveria ser pago a 16\$00/litro (segundo estudos oficiais do MAP). Mas a perspectiva, que se mantém inalterada com a portaria 336/80, é de o actual preço de 15\$00 para o leite de 1.ª qualidade voltar aos 13\$50 a partir de Fevereiro deste novo ano. Compromissos com a CEE... Não admira, por isso, que muitos pequenos produtores estejam já, em virtude de todo este panorama, a vender o gado leiteiro para carne.

Consequentemente, a preços mais baixos do que seria normal.

Uma leitura ocasional dos jornais dá-nos o panorama que se vive pelo País a nível das transacções de gado.

A feira anual de Vila Viçosa, em virtude da febre aftosa, apresentou apenas espécies muars, cavalares e asininas, estando o restante gado, mais usualmente transaccionado na feira, ausente devido ao surto da epidemia. Nesta feira transaccionava-se grandes quantidades de gado suíno.

No distrito de Viseu o panorama também não é animador, conforme se pode ver pelos jornais. Um matutino escrevia sobre isto:

Em Castro Verde, o gado bovino vende-se na feira por menos 40 escudos o quilo. Na área de S. Pedro do Sul, nomeadamente em Vouzela,

o quilo de vitelo vivo está a 100 escudos, e o porco também vivo, a 70 escudos o quilo, representando estes preços pouco mais de metade do valor que era pago aos agricultores antes da situação agora verificada na lavoura.

Porco congelado importado da CEE

Por seu lado, os avicultores ressentem-se também desta quebra de preços que afecta as restantes espécies de gado. Em virtude da baixa dos preços e a maior afluência de carne verde de bovinos aos mercados os frangos têm menor procura, o que se traduz por uma oferta menor no preço do quilo das aves.

No que se refere à suinicultura os produtores, nomeada-

mente os membros da Associação Livre de Suinicultores, ligada à CAP, estão preocupados com o previsível aumento do preço das rações e, recentemente, reunidos no Montijo, decidiram solicitar ao Governo "uma rápida e eficaz intervenção" no mercado da carne de porco.

Mas não falam do principal problema e que tem a ver com a redução do preço por quilo do porco vivo que na média dos mercados ronda os 40\$00. A esta diminuição de preço, que até agora não beneficiou o consumidor, não é estranha a CEE (vulgo Mercado Comum) que desde o ano passado é excedentária em carne de porco e da qual o nosso país está a importar carne congelada, mesmo que os nossos pequenos suinicultores vão à falência.

E viva a integração na CEE!



Vacas: o contrabando de Espanha continua trazendo a febre aftosa, as rações aumentam, o Governo fecha as feiras de gado, os produtores são obrigados a vender gado leiteiro para abate



Suinós: no talho custa 400\$00 o quilo, nas feiras o produtor vende-o a 40\$00 o quilo — e os intermediários ainda importam dos países do Mercado Comum que têm produção a mais



Com o MAP em cima do acontecimento quem sofre são os agricultores

«Estamos em cima do acontecimento» — declarou o subdirector dos serviços do MAP no Porto, dr. Joaquim Moreira, referindo-se ao contrabando de gado.

Joaquim Moreira, veterinário, abastado proprietário de Vila do Conde e funcionário do MAP, respondeu assim à delegação de 50 pequenos agricultores, associados nas Ligas Agrícolas do Norte, quando com ele contactaram para entregarem uma exposição sobre a situação na lavoura.

Na referida exposição, em que era dado ao Governo um prazo de 20 dias para receberem uma resposta às suas reclamações, os pequenos agricultores sugerem propostas de medidas de emergência e protestam contra o aumento de preço dos adubos.

Talvez por os membros do Governo «AD» estarem em

cima do acontecimento é que o contrabando de gado se verifica, há cerca de um ano, dentro da maior impunidade, como se fosse a coisa mais natural ir buscar vacas e bois a Espanha — a maior parte deles doentes — para os vender depois em Portugal.

Mas a questão do gado é um assunto que noutro local analisamos. E não foi este o único problema que os pequenos agricultores do Norte pretendem ver resolvido. A exposição que apresentaram era mais longa.

Pretendem os agricultores que o Governo tome medidas que visem:

- travagem imediata dos preços dos factores de produção;
- actualização do subsídio de gasóleo;
- actualização dos preços da JNPP nos matadouros;
- legislação adequada sobre o contrabando de

gado e uma campanha urgente, geral e gratuita, de vacinação contra a febre aftosa;

— controlo da JNF das quantidades de batata de semente importadas e actualização dos preços de garantia já fixados para a próxima colheita;

— justo preço para o leite;

— indemnizações pelos prejuízos da geadas;

— alargar o seguro agrícola ao gado;

— que o MAP consulte as organizações da lavoura para saber se estão de acordo com a extinção do crédito agrícola de emergência;

— por último, criação, a curto prazo, de conselhos regionais de agricultura.

Qual será a resposta do MAP e do Governo? Ou ficará adiada para daqui a quatro anos, nas vésperas da campanha eleitoral?

Vinhas clandestinas podem ser legalizadas

De acordo com um comunicado divulgado pela Direcção Regional de Entre Douro e Minho do MAP todos os viticultores que pretendam legalizar as suas vinhas poderão ainda fazê-lo junto de qualquer organismo daquele ministério.

Depois, as plantações clandestinas ficam sujeitas, quando detectadas, ao pagamento da taxa anual de

10\$00 por cada pé, independentemente da idade da vinha.

A Lei n.º 48/79, de 14 de Setembro, permitiu a legalização de vinhas plantadas clandestinamente até 30 de Abril desse ano e surgiu por iniciativa do Grupo Parlamentar do PCP.

Posteriormente, o prazo foi alargado pela Lei n.º 43/80, de 20 de Agosto, para mais 180 dias, a partir da sua publicação.

Vinho do Porto menor exportação

A exportação de vinho do Porto, de que Portugal é o único produtor, registou em 1980 um decréscimo que se traduziu em menos 14187,50 hectolitros do que em 1979.

A redução da exportação não deve ser estranha a iniciativa de valorizar o escudo levada a cabo pelo Governo «AD», tomando o produto mais caro no local do consumo.

Apesar disso, verificou-se no entanto um alargamento de mercado nos países do CAME (Conselho de Ajuda Mútua Económica), com particular destaque para a União Soviética.

Deste modo, para a Bulgária, Checoslováquia, Hungria, Polónia, Roménia e União Soviética exportaram-se, no passado ano, 19147,89 hectolitros, que se traduz em mais 1600,46 hectolitros do que em 1979.

Produção mundial aumenta

Segundo estudos recentemente divulgados a produção mundial de vinho, nos últimos 15 anos, tem aumentado mais rapidamente do que o consumo. Deve-se esta situação a condições excepcionais de produtividade e colheitas.

A maior parte deste aumento verifica-se nos países da Europa Ocidental. De registar

que os países do Mercado Comum, onde nos querem enfiar, são excedentários na produção de vinho, o que pode vir criar grandes dificuldades aos viticultores portugueses, nomeadamente os pequenos viticultores que não aguentarão o embate do excesso de produção nem os preços concorrenciais que ali se praticam.

Domingo, em Peniche Encontro de camponeses promovido pelo Partido

No próximo domingo, 1 de Fevereiro, realiza-se o 1.º Encontro de Camponeses de Peniche do PCP, na Cooperativa Agrícola Serra d'El Rei, pelas 14 horas.

Contra os camponeses se erguem muitas contradições — o Governo, os intermediários, os juros bancários, os aumentos dos preços das rações, dos adubos, do gasóleo e outros, as pragas de insectos parasitas, as doenças das plantas, as epidemias do gado, as geadas, a seca ou a água em excesso, enfim um rol extenso que só os que trabalham a terra bem conhecem e que ano após ano se vão repetindo quase sempre sem grande alteração.

Mas nem tudo está contra os agricultores. Nem sempre, se eles quiserem, este panorama será assim. A grande força que está do seu lado, que maior energia lhes dará para

enfrentarem, quase sempre com êxito, os prejuízos e os exploradores, é a sua união.

Unidos, os agricultores constituem uma força que dificilmente será marginalizada. Unidos, os seus direitos serão respeitados.

E esta união que se propõe o Encontro de Camponeses de Peniche do PCP a promover no próximo fim-de-semana. União que não se deve restringir aos camponeses identificados com o PCP, mas alargar a todos os camponeses desta região, visto os problemas serem os mesmos.

Isso mesmo se diz no folheto distribuído a apelar ao Encontro: E porque os problemas que afligem a lavoura não são só nossos mas sim de todos os agricultores da nossa região; porque sozinhos — e ainda que fossemos

muitos mais — nunca seríamos capazes de resolver esses problemas, temos de juntar a nós todos os agricultores de Peniche prejudicados e honestamente interessados em contribuir para os resolver.

O Encontro do próximo domingo poderá ser um passo importante neste desenvolvimento da união de todos os agricultores da região. Para isso é preciso comparecer, participar, discutir, apontar soluções.

Quanto mais se aproxima o prazo da entrada na CEE (vulgarmente conhecida por Mercado Comum) maiores serão as dificuldades para os agricultores portugueses. Se até lá não se encontram unidos na defesa dos seus interesses, maiores serão as dificuldades com que vão deparar.

POVO LUTA CULTURA

Até amanhã camaradas
Manuel Tiago
Obras completas de
SOEIRO PEREIRA GOMES

daqui partimos
para as nossas iniciativas editoriais

edições
Avante!

MAIS QUE MERA FICÇÃO SENSACIONALISTA,
DOIS LIVROS QUE DOCUMENTAM,
DE FORMA POR VEZES DRAMÁTICA,
A LUTA CONTRA O FASCISMO E O NAZISMO

UM DIA
E UMA NOITE
de JEAN SANITAS

OS MEUS
SETE FILHOS
(2ª edição)

de RENATO NICOLAI
e ALCIDE CERVI



Batata de semente contaminada

Esta, realmente, só com o Governo «AD»: o que para os outros não presta, serve para os agricultores portugueses.

A Argélia rejeitou um carregamento de batata escocesa, da variedade «désirée», por se encontrar contaminada por uma doença vulgarmente conhecida por «pé negro» ou «maromba».

E como a Argélia não quis a batata de semente, onde é que esta foi parar? Ao mar, como seria de esperar? Não, está a vir directamente para o nosso país, conforme denunciam em comunicado as cooperativas agrícolas do distrito de Aveiro.

Regista-se que a terra onde os tubérculos doentes forem semeados fica também contaminada e a produção proveniente de uma colheita infectada apodrecerá facilmente.

As cooperativas de Aveiro denunciam ainda o facto de alguns comerciantes estarem a monopolizar grandes quantidades de batata de semente, com a anuência dos importadores, para assim imporem aos produtores as variedades e quantidades que pretendem.

A batata já está a aumentar

Ainda há poucas semanas vendida a 8 e 9 escudos o quilo, a batata, tradicional base alimentar do povo português, começa já a aparecer substancialmente mais cara nos mercados, vendendo-se entre os 11 e 13 escudos o quilo.

Não parece, contudo, que este aumento esteja a beneficiar os produtores, muitos dos quais continuam a vender ao mesmo preço ou têm dificuldade mesmo em se desembaraçarem das variedades que têm menos procura.

O aumento de preço do quilo mais uma vez é embolsado pelos intermediários, que nos últimos anos não têm perdido oportunidade de especular com este produto para ganharem sem trabalho grandes quantias à custa da necessidade dos produtores e dos consumidores.

De recordar que no ano passado, a batata chegou a vender-se nos mercados, quando se conseguia encontrar a 20 escudos o quilo ou ainda mais.

Este ano, que preço irá atingir? Se pensarmos que ela já foi vendida nos Açores a 26\$50 o quilo, o descontentamento das donas de casa vai ser grande.

Mais um aumento «AD» — o milho híbrido

Com a «AD» a governar, os aumentos vêm a galopar. Rima, e é verdade. Isto no que se aplica ao sector da produção agrícola e de que nesta página publicamos um exemplo.

Agora surge um outro produto que aumenta de preço — a semente do milho híbrido. Autorizado pelo Governo Balsemão/«AD» foi já comunicado às empresas que comercializam aquela variedade de milho, designadamente Agrop. Sapec e Gonçalves da Fonseca.

A variedade nacional de milho híbrido passou de 53 para 63 escudos o quilo e as variedades estrangeiras de 53 para 76 escudos.

De recordar ainda que por iniciativa do primeiro governo «AD» os agricultores deixaram, há um ano, de receber o subsídio à semente do milho híbrido, no valor de 15 escudos por quilo.

Se existisse uma «olimpíada da inflação» este governo subia ao «podium»!

A NOSSA LUTA
É A LUTA DO POVO

FIDEL CASTRO

edições
Avante!

O que em concreto e na realidade anuncia o programa do Governo Balsemão

O Programa do governo Balsemão é como que o renascimento das cinzas do Programa do governo Sá Carneiro. Não o nega, não o contraria em nenhum dos aspectos, dá-lhe apenas continuidade, pese embora algumas diferenças formais de estilo, algumas roupagens novas para esconder remenos antigos. Nem outra coisa seria de esperar de um governo que é o segundo da «AD»...

O objectivo central a que toda a lógica do programa se subordina e se desenvolve nas políticas sectoriais é o da restauração do poder económico do grande capital e dos latifundiários.

A este objectivo se subordinam algumas das linhas fundamentais de orientação, aliás simples continuidade do governo anterior. Destacamos pela sua importância e implicações na política económica global:

a) adesão à CEE — b) estrangulamento das empresas públicas e redução do sector empresarial do Estado — c) abertura dos sectores nacionalizados à actividade privada, parte integrante da subversão do regime económico vigente.

Em relação à adesão à CEE, o governo Balsemão introduz uma ligeira correcção ao seu antecessor. Deixou de ser «a prioridade das prioridades», «passou a ser» a primeira prioridade na actuação do Governo». Em contrapartida, de forma ainda mais acentuada, afirma-se que «as políticas globais e sectoriais», as «iniciativas jurídicas», o «planeamento económico» devem ter «sempre presente o objectivo último da integração da Portugal nas Comunidades Europeias». Quase poderíamos dizer, afinal, que o governo Balsemão se transformou num «ministério gigantesco de integração europeia». Começou, entretanto, mal para o governo, o ano de 1981 nesta matéria. É que, por mais que os governantes pretendam esconder do Povo português as dificuldades e as consequências desastrosas para a nossa economia da integração na CEE, negociando nas costas do povo a entrega da nossa soberania aos interesses dos monopólios europeus, acabam por ser os próprios representantes destes a travar a euforia da direita. Em plena discussão do Programa estalou a bomba: afinal a entrada de Portugal na CEE já não se realizará em 1983 mas só em 1985! Veremos se este será o último adiamento...

Em relação às medidas propostas que visam claramente o estrangulamento das empresas públicas e a redução do sector empresarial do Estado, elas apontam no mesmo sentido do governo Sá Carneiro e surgem impregnadas, de uma ponta à outra, da filosofia do Fundo Monetário Internacional. Assim propõe-se: a redução ou eliminação dos subsídios orçamentais às empresas públicas; a limitação do crédito para o sector público enquanto se privilegia o investimento privado; a continuação da política de preços discriminatória para as empresas públicas; o pagamento das indemnizações em troca com participações financeiras importantes do sector público (embora os capitalistas se contemem cada vez menos com tais recuperações e ponham sobretudo o acento no material sonante...); a venda de parcelas do património público; a eliminação do que chamam «as situações residuais de monopólio ou comércio do Estado», ou seja, a entrega aos grandes importadores privados das funções que hoje pertencem a empresas públicas (AGAA, importadora de álcool e açúcar; EPAC — importadora de cereais) e a organismos de coordenação económica (vinho, batata, etc.).

No respeitante à abertura dos sectores nacionalizados à actividade privada como parte integrante da subversão do regime económico vigente, importa salientar e alertar para a reafirmação do projecto de revisão da «actual delimitação entre o sector público e privado, abrindo a este e ao sector cooperativo, o acesso às diversas actividades que nada justifica estarem excluídas de um regime concorrencial». E para que não haja dúvidas, quanto às intenções e até para sossegar os «seus patrões», o governo Balsemão explicita a necessidade de abertura à actividade privada e cooperativa (!) do sector dos seguros e da banca. Neste último caso, intensificando desde já

o papel das chamadas sociedades para-bancárias.

Impõe-se um comentário especial à propósito das referências do Governo às cooperativas. Entendemos que o Governo atinge nestas passagens um ponto alto da sua demagogia e da sua hipocrisia de classe que nem sequer é capaz de disfarçar. Para junto da opinião pública, melhor cobrir o seu objectivo de destruir o sector nacionalizado e no seu lugar pôr, de novo, a mandar os monopólios privados, o Governo coloca no mesmo pé de igualdade o sector privado e o sector cooperativo no acesso às actividades vedadas ao capitalismo. E faz isto consciente do prestígio que os princípios cooperativos continuam a ter junto das populações. No entanto, que raio de realismo é o deste Governo? Então será possível às verdadeiras cooperativas que labutam com carências de toda a ordem, desde financeiras a técnicas, terem o mínimo de viabilidade para actuar no domínio do sector siderúrgico, dos transportes urbanos, da produção de abudus ou da actividade bancária ou seguradora? Naturalmente que não é nas cooperativas autênticas, nas dos trabalhadores, que o Governo pensa. Sobre essas nem uma palavra que seja em todo o Programa.

Outra amostra da hipocrisia do Governo, que é simultaneamente a confissão de que a clique governamental sabe muito bem quanto os aspectos mais odiosos do capitalismo são rejeitados pelo povo, reside na maneira como os governantes utilizam certas expressões.

Assim, em vez de coerentemente com o seu programa, que pretende restaurar o capitalismo monopolista (como antes do 25 de Abril) fala-se muito pudicamente em «eliminar» ou «corrigir os diversos constrangimentos (de quem?) existentes no funcionamento de uma economia de mercado».

Mas vejamos com um pouco mais de pormenor o que o Governo diz (quando diz) sobre alguns sectores e temas do Programa.

Preços e salários

Mais uma vez o Governo procura iludir os problemas de fundo da inflação portuguesa.

Escamoteando a sua causa principal — peso dos lucros das actividades privadas, o governo Pinto Balsemão pretende lançar sobre os ombros dos trabalhadores e das camadas mais desfavorecidas e de rendimentos fixos, o peso do combate que diz ir ganhar. Estipula uma taxa de 16% para 1981, em que não acredita, mas que vai traduzir-se no pretexto para contenção salarial, mesmo que defina esta 1 ou 2 pontos acima. Na prática, a inflação real será sempre superior, com vantagens óbvias para o grande patronato. De resto, e ainda a respeito do índice de preços, o Governo nada diga sobre as mentes à sua manipulação em benefício da sua própria demagogia.

Indústria

A incapacidade já demonstrada pela direita em resolver os problemas da indústria nacional e perspetivar uma linha de desenvolvimento e reestruturação, encontra-se expressa mais uma vez com toda a clareza neste programa, tais são as lacunas ou a inconsciência das afirmações.

O programa afirma, como prioridade, «criar uma indústria agressiva e competitiva», mas a sua lógica tal como lá se escreve é a da subordinação dos interesses nacionais ao interesse das multinacionais. A agressividade e competitividade representa, pois, o desemprego, a contenção salarial, o aumento da dependência tecnológica e, em mercados, a entrega dos sectores mais lucrativos ao grande capital, nomeadamente estrangeiro.

Não há qualquer indicação concreta dos meios necessários para o Governo apoiar as pequenas e médias empresas (PMEs). Nada se diz quanto às formas de protecção da indústria nacional; não se mencionam quaisquer formas para resolver as situações gravíssimas criadas em certas empresas do sector público ou participado pela indústria ou sabotagem política da direita; não é mencionado sequer o desenvolvimento do sector químico e petroquímico, onde há que dar continuidade aos investimentos e expansão; o Plano Siderúrgico Nacional não é abordado, como o não são os problemas da indústria naval, a situação das

empresas da metalomecânica pesada etc., etc.

E se para o sector público se ameaça, afirmando-se mesmo no Programa que «haverá uma selecção rigorosa dos projectos de investimento» já o empenho se manifesta quando o Governo diz que «serão elaboradas formas orientadoras e incentivadoras (...) em diversos sectores onde predomina a iniciativa privada».

Por outro lado, a adesão à CEE é apresentada como uma situação indiscutível. Os problemas, dificuldades e consequências não são mencionados sequer, e muito menos a vontade de os estudar e debater.

E no entanto, por mais que o Governo o pretenda escamotear, a verdade é que a grande reestruturação necessária à nossa indústria passa pela definição de prioridades de acordo com o interesse social, pelo apoio e dinamização das empresas nacionalizadas, pela promoção de programas de desenvolvimento que integram as PME's, que representam mais de 90% dos postos de trabalho da indústria transformadora, num esforço coordenado e planeado.

Pescas

Também aqui o Governo se fica pelo vago, pelas generalidades, sem se comprometer com nada. Nem medidas, nem objectivos, nem prazos.

Escamoteiam-se as causas específicas da crise pesqueira nacional, o que talvez seja compreensível se considerarmos que o novo secretário de Estado das Pescas foi até agora o Presidente da maior empresa nacionalizada de captura, a SNAPA. Empresa onde conseguiu o prodígio de manter a maior parte dos navios parados, pois dos deztoito actualmente em serviço, apenas cinco se encontram em operação e mesmo esses em risco de pararem a curto prazo. Por isso não admira que o Governo nada diga sobre os 500 000 mil toneladas de pescado que se podem extrair anualmente da nossa zona Económica Exclusiva (ZEE). De facto o Programa não dedica uma palavra ao objectivo nacional e patriótico de ocupação da nossa ZEE. Prepara-se para a entregar progressivamente, hoje aos



Na Assembleia, os deputados do PCP colocaram questões, mas o Governo iludiu as respostas e refugiou-se em generalidades

espanhois e amanhã aos franceses e ingleses da chamada «Europa conosco».

Um outro aspecto que ressalta pela omissão é o «esquecimento» da necessidade de se concretizar um Plano Nacional das Pescas, plano director da actividade pesqueira nacional, que a própria direita, em alguns programas do Governo apontou, e que nunca foi capaz de delinear...

E enquanto promete «regularizar» as empresas de pesca nacionalizadas, a prática da direita o que mostra é a venda ostensiva dos seus navios ao desbarato. Enquanto fala de acordo novos, deixa sem resposta o desejo de abertura manifestado por Angola, esquece as propostas concretas de licenças de pescas feitas por Moçambique e retira os navios que há quatro anos se encontravam na Guiné condenando a empresa mista de pesca.

Com este Governo, com este programa, o peixe não vai aparecer à mesa dos portugueses...

Transportes

No tocante ao sector de Transportes e Comunicações, não são de esperar melhoramentos sensíveis de actuação já que o Ministro se mantém e o texto do Programa do Governo e, no essencial, uma reposição do programa anterior sem especificar medidas concretas. Isto leva-nos a admitir o prosseguimento da política de degradação do sector largamente desenvolvida pelo anterior executivo.

Naturalmente que muitas perguntas ficarão de pé e as medidas tão necessárias para a melhoria dos transportes públicos serão mais uma vez adiadas! Não serão porém adiações, por muito mais tempo, novos aumentos de tarifas, o que já se encontra em estudo para entrar em vigor em meados do ano, isto,

face aos brutais aumentos ainda recentes... Isto é o programa real, isto é a verdadeira cara da AD!

As indemnizações compensatórias à CP, TAP e RN voltarão a não ser liquidadas e depois acusar-se-á o sector público de não ser rentável!

As medidas concretas para «ligações às Regiões Autónomas» não são definidas. As infra-estruturas portuárias não são melhoradas.

Não é de excluir a intenção do Governo em retirar às empresas públicas sectores de actividade rentáveis, como é o caso das actividades ditas complementares da RN. Também neste sector o programa é uma verdadeira miséria.

Habitação

No domínio da Habitação, não serão de esperar grandes contemplanções por parte deste Governo. Este elemento essencial para a melhoria das condições de vida da população, parece não se incluir na área do Governo! Por isso ao abordar o tema, por obrigação formal, as contradições são bem evidentes, deixando, afinal, ao sector privado, toda a iniciativa para «resolver» este problema de carácter social!

A revisão da Lei das Rendas, preocupação natural dos senhorios ricos, poderá vir a efectuar-se, mas naturalmente no sentido de agravar mais as desigualdades. O preceito constitucional de adequação entre a renda e o rendimento familiar não é focado, talvez porque o Governo pense que a Constituição está demasiado politizada!... E, como justificará o Governo a promessa eleitoral de que os novos compradores de habitação não pagariam mais de 25% do seu rendimento?

Ponto chave na actuação do Governo deve ser a promoção da actividade imobiliária com vista à produção do solo urbanizado de

que diz necessitar para a construção de 50 000 fogos/ano (10 000 de promoção directa), sem contudo apontar as medidas para o aproveitamento da capacidade do sector da construção civil. As garantias para atingir tal objectivo são inexistentes e a dúvida prevalece face à opinião da Associação de Empreiteiros de Construção e Obras Públicas do Sul que antevê cada vez mais dificuldades na aquisição de habitação para a maioria dos potenciais compradores.

O estabelecimento de condições de financiamento mais acessíveis à população, sem qualquer tipo de controlo sobre os preços da oferta de habitações, levará a definição de preços especulativos que vêm suprimir os benefícios das condições mais favoráveis de financiamento.

Conclusão

Com este Programa, o Governo mostra claramente que os seus objectivos são os mesmíssimos do governo Sá Carneiro/Freitas do Amaral. Por isso os problemas da economia portuguesa vão continuar a agravar-se. O desemprego, o aumento dos preços, da dívida externa, das falências, dos défices da balança comercial e de transacções correntes sofrerão um novo impulso.

Dai a necessidade de dar combate de imediato a este Governo, aproveitando todas as pequenas lutas até à criação de condições que levem ao seu derrube e à formação de um governo que rectifique os aspectos mais graves da política de direita e dê resposta aos anseios dos portugueses.

O que a vida mostra é a justeza das soluções apresentadas pelo Partido, nomeadamente nas Conferências realizadas, tomando cada vez mais evidente que a alternativa existe e é possível com a participação activa e criadora dos trabalhadores portugueses.

60.º Aniversário do PCP

Concurso para cartaz nacional e medalha comemorativa

Comemora-se este ano o 60.º Aniversário do Partido. No âmbito das iniciativas programadas para assinalar esta data importante e decisiva na História do movimento operário português, foi decidido abrir um concurso para a elaboração de um cartaz nacional e de uma medalha comemorativa.

Cartaz nacional e medalha comemorativa que, de acordo com as normas do concurso que junto publicamos, terão obrigatoriamente que conter a referência aos 60 anos de vida e de luta do Partido Comunista Português, ao serviço do nosso Povo e da nossa Pátria.

O prazo para a entrega das propostas do cartaz nacional e da medalha comemorativa terminará no próximo dia 31 deste mês.

Normas do concurso

1. Cartaz

- 1.1 — O Cartaz deverá conter os seguintes elementos: 60.º Aniversário: Partido Comunista Português; Foice e martelo do PCP. Palavra de ordem: «1921-1981 PCP 60 anos de luta ao serviço do Povo e da Pátria».
- 1.2 — O Cartaz será impresso no formato 70×100, em offset, podendo ter até 4 cores.
- 1.3 — As maquetas deverão ser apresentadas com a dimensão mínima de 35×50.
- 1.4 — Prazo de entrega das propostas: até 31 de Janeiro de 1981, na SIP do Comité Central, na Rua Soeiro Pereira Gomes, n.º 1 — 1699 LISBOA

2. Medalha

- 2.1 — A medalha deverá conter os seguintes elementos: 60.º Aniversário: Partido Comunista Português; Foice e martelo do PCP. Palavra de ordem: «1921-1981 PCP 60 anos de luta ao serviço do Povo e da Pátria».
- 2.2 — A medalha terá 80 mm de diâmetro, e 5 mm de espessura e será cunhada nas duas faces.
- 2.3 — As maquetas deverão ser apresentadas, em desenhos, na escala de 1:1 ou múltiplos.
- 2.4 — Prazo de entrega das propostas: até 31 de Janeiro de 1981 na SIP do Comité Central, na Rua Soeiro Pereira Gomes, n.º 1 — 1699 LISBOA.

As propostas recebidas serão expostas, no âmbito das comemorações do 60.º Aniversário, em local a designar.

Partido Comunista da Alemanha defende emigrantes na RFA

É do domínio público as crescentes dificuldades com que se debatem os trabalhadores emigrados na República Federal da Alemanha e noutros países da Europa capitalista que também consomem mão-de-obra estrangeira. Tais dificuldades começam numa segregação a todos os níveis — social, económico, político, cultural — e agravam-se face à crescente e generalizada indiferença dos governos que se encontram à frente dos países que os emigrantes buscam para vender a sua força de trabalho.

Um documento da direcção do Partido Comunista da Alemanha (RFA) analisava recentemente a situação dos trabalhadores estrangeiros na República Federal da Alemanha (onde se encontram cerca de 110 000 portugueses), sublinhando que se a permanência «caminhada para a direita» na política governamental da RFA tem conduzido

a uma crescente ofensiva do grande capital sobre os direitos democráticos e as conquistas sociais dos trabalhadores alemães-federais, em relação aos trabalhadores estrangeiros e famílias tem agravado ainda mais a sua já difícil situação no país.

Os trabalhadores estrangeiros residentes na RFA vêem os seus direitos cercados — achando-se

mesmo privados de muitos dos que foram conquistados pelos trabalhadores alemães — não têm garantidos os direitos constitucionais fundamentais. O PCA, recordando este facto, acentua no documento que a luta pela defesa e alargamento dos direitos e liberdades democráticas e pela manutenção e desenvolvimento das conquistas sociais constitui uma tarefa única, a levar a cabo por toda a classe operária da RFA, incluindo os trabalhadores estrangeiros e membros das suas famílias.

Este apelo à acção comum emerge cristalinamente dos princípios internacionalistas que constituem a ideologia da classe operária. Quaisquer trabalhadores que em qualquer parte do mundo

estejam sujeitos à mesma exploração capitalista, têm necessariamente os mesmos interesses de classe. E os interesses dos trabalhadores defendem-se na unidade, na acção concertada e comum, independentemente da nacionalidade, cor ou credo.

Reivindicações precisas e questões fundamentais

Chamando a atenção para o facto de que qualquer cerceamento nos direitos dos trabalhadores estrangeiros na RFA — irmãos de classe dos trabalhadores alemães-federais — constitui um cerceamento dos direitos de todos os trabalhadores do país e uma debilitação da sua capacidade combativa, o documento do PCA recorda igualmente que o contrário também é verdadeiro: quanto melhor for a situação dos emigrantes na RFA graças à solidariedade e acções unitárias, mais favoráveis serão as condições da luta pela consolidação e alargamento dos direitos sociais e liberdades democráticas de todos, aumentando a sua capacidade de luta.

Assim o documento do PCA exorta todos os operários, empregados e funcionários alemães, todos os trabalhadores de empresas e órgãos administrativos da RFA, a não tolerarem que os seus colegas estrangeiros e familiares sejam considerados pessoas de segunda categoria dentro do país, apelando para que apoiem as seguintes exigências:

● Todos os trabalhadores estrangeiros que residam e trabalhem na RFA há cinco ou mais anos devem receber de imediato e sem nenhuma restrição

o direito a permanecer no país por tempo ilimitado; além disso devem, sem nenhuma restrição, o direito a permanecer no país por tempo ilimitado; além disso devem — se-lhes conceder o direito de eleger e ser eleito nas eleições comunitárias;

● Os filhos dos trabalhadores estrangeiros devem ter a possibilidade de se prepararem convenientemente, frequentando a escola normal do ensino geral. As turmas escolares devem formar-se prescindindo do factor nacional;

● O governo e as empresas devem garantir aos trabalhadores estrangeiros os mesmos serviços sociais que disfrutam os trabalhadores alemães;

● Conceder aos trabalhadores estrangeiros a liberdade de actividade política, exceptuando a participação em organizações fascistas ou a fundação de tais organizações. Abolir, sem reservas, o § 6 da lei acerca dos estrangeiros residentes no país. Assegurar aos trabalhadores estrangeiros a liberdade de expressão, reunião e associação, bem como o direito em participar nas actividades dos sindicatos e organizações políticas com interesse na unidade da classe operária da República Federal da Alemanha;

● De acordo com o Direito Internacional e sem nenhuma inquirição que possa afectar a dignidade humana, dar asilo a todos os estrangeiros perseguidos na sua pátria por participação na luta contra o fascismo, o imperialismo e a guerra;

● Proibir as organizações fascistas de cidadãos estrangeiros do tipo dos «lobos cinzentos» e outras com rótulos diferentes, assim como a actividade dos agentes dos regimes fascistas e militares.

A luta pela libertação do secretário-geral do PC do Bangladesh continua.



A crise capitalista com o seu cortejo de inflação, desemprego e repressão alarga-se e aprofunda-se em cada mês que passa. Na imagem, pormenor de uma manifestação de protesto contra a inflação, na RFA, promovida pelo Partido Comunista da Alemanha (DKP), para o qual a defesa dos direitos dos imigrantes faz parte da luta pela defesa dos próprios trabalhadores alemães

Alarga-se a luta pela libertação do Secretário-Geral do PC do Bangladesh

Uma pequena mansão amarela que fica numa das ruas centrais de Dacca, e sobre a qual flutua a bandeira vermelha, com o martelo e a foice no canto, abriga o Comité Central do Partido Comunista do Bangladesh.

Desde há muitos meses que a sede do Partido Comunista é o centro organizador de uma ampla campanha para a libertação de Mohammed Farhad, secretário-geral do Partido. O recente plenário do Comité Central pediu medidas urgentes das autoridades.

Na parede do edifício está

pendurado um retrato de Farhad algemado. As palavras escritas por baixo em Bengali dizem: «Liberdade para o prisioneiro político».

«Logo após o III Congresso do Partido Comunista do Bangladesh, abateu-se a repressão sobre nós», diz Maitur Rahman, chefe de redacção do jornal do Partido, «Ekota». «Em meados de Março do ano passado, muitos membros do Comité Central e activistas do Partido foram presos. Depois foi posto atrás das grades o secretário-geral do Partido. As autoridades fizeram contra ele uma

acusação absurda — levar a cabo actividades subversivas anti-governamentais — e continuam a mantê-lo na prisão sem julgamento nem investigação».

Os comunistas do Bangladesh iniciaram uma campanha para a libertação dos presos políticos. Organizações progressistas e o povo trabalhador participaram nela. Nove partidos fizeram uma declaração conjunta pedindo a imediata libertação de Farhad e de outros presos políticos. Protestos contra a repressão foram também expressos por cientistas, professores, médicos

e advogados. A campanha resultou na libertação da maioria dos presos. O dia nacional para a libertação de Farhad tomou-se num grande acontecimento no país. Na capital e em muitas outras cidades e aldeias, realizaram-se comícios e manifestações de protesto contra a repressão.

O presidente do Partido Nacional Awami, Muzaffar Ahmad, declarou que o povo do Bangladesh conhece Mohammed Farhad como um lutador pela independência do país e pela democracia. A sua prisão,

acrescentou, significa uma tendência perigosa para o país, que deve ser combatida.

Apesar das dificuldades objectivas com que se defronta o movimento operário, os trabalhadores lançam-se activamente na luta pelos seus direitos. A participação dos operários e camponeses na campanha mostra que o Partido Comunista expressa os seus interesses.

A luta pela libertação do secretário-geral do PC do Bangladesh continua.



21

Quarta-feira 1921 – Fundação do Partido Comunista Italiano.

Um comunicado do Ministério da Defesa angolano informa que as FAPLA abateram três helicópteros e um caça-bombardeiro sul-africanos durante as operações, junto da fronteira com a Namíbia, contra as forças dos racistas que entraram em território angolano no passado dia 11; o comunicado refere ainda que os combates prosseguem para libertar completamente o solo angolano dos agressores ■ Os milhares de trabalhadores dos sectores siderúrgico e naval espanhóis iniciam uma greve de 24 horas em apoio a reivindicações sobre as reestruturações dos sectores e celebração de contratos colectivos ■ Os 52 reféns norte-americanos desembarcaram na base aérea dos EUA em Rhein-Main, perto de Frankfurt (RFA), depois de terem trocado de avião em Argel; os «retornados», como o departamento de Estado os baptizou, devem passar alguns dias nesta base militar para repousarem e serem «interrogados» antes de tornarem, finalmente, o caminho de casa ■ Recrudescem os combates em El Salvador entre os guerrilheiros da FLNFM e as tropas de junta ditatorial do país.

22

Quinta-feira 1925 – É proclamada a primeira República da Albânia.

Ronald Reagan, o novo presidente dos EUA, ameaça não cumprir os acordos firmados com o Irão para a libertação dos reféns, principalmente no que diz respeito a questões financeiras; estas intuições foram de imediato criticadas pelo presidente cessante, James Carter, e pelo diário nova-iorquino «The New York Times» ■ A União de Imprensa Sul-Africana (NPU) protesta junto do governo racista da Pretória contra o encerramento compulsivo do jornal «Post», jornal de grande circulação entre a maioria negra do país ■ O Senado norte-americano confirma o ultra-direitista Alexander Haig como secretário de Estado ■ A Administração Reagan ■ A principal organização patronal de Espanha, a Confederação Espanhola de Organizações Empresariais (CEE) manifesta-se alarmada com as previsíveis consequências económicas da integração do país na Comunidade Económica Europeia (CEE).

23

Sexta-feira 1968 – Patrulheiros norte-coreanos aprisionam nas suas águas territoriais o navio-espião dos EUA «Pueblo».



Uma «ajuda» aos ex-reféns ■ Um deputado do Parlamento iraniano desmente que o Irão tivesse maltratado os 52 ex-reféns norte-americanos, advertindo ser provável que outras falsidades sejam propaladas acerca do assunto ■ Um grupo de democratas chilenos é condenado pelo regime fascista de Pinochet a penas de «exílio interno» que vão de 18 meses a três anos, o que se traduz na prisão em campos de concentração em zonas inóspitas do país ■ A agência soviética TASS acusa a CIA de ter um grupo de psicólogos a realizar uma «lavagem ao cérebro» dos recém-libertados reféns, pois as autoridades norte-americanas estão obviamente com medo que os ex-reféns possam declarar não ter qualquer sentimento de hostilidade para com o povo iraniano ■ As forças democráticas sul-coreanas obtêm uma vitória sobre o regime ditatorial de Doo Hwan, obrigando-o a comutar para prisão perpétua a condenação à morte imposta ao dirigente oposicionista Kim Dae-Jung ■ O governo da Nicarágua decreta uma mobilização preventiva de cem mil milicianos para combater eventuais ataques contra-revolucionários.

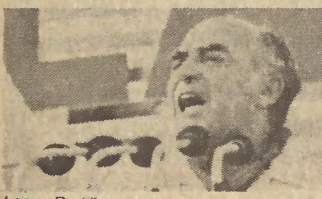
24

Sábado 1859 – A Moldávia e a Valáquia unem-se, iniciando o processo de formação da nação romena.

Um delegação moçambicana chefiada por Marcelino dos Santos, secretário da FRELIMO para a política económica, parte para uma visita à Guiné-Bissau e a Cabo Verde ■ François Mitterrand, primeiro-secretário do Partido Socialista Francês, é escolhido pelo seu partido como candidato oficial às eleições presidenciais francesas, cuja primeira volta se realizará em 26 de Abril próximo ■ Uma conferência extraordinária do Partido Trabalhista britânico (na oposição) aprova por esmagadora maioria um novo processo na escolha de presidente que passa a ser definido por um colégio eleitoral constituído por representantes dos sindicatos (40%), dos deputados trabalhistas (30%) e de militantes de base (30%); até agora o presidente era eleito exclusivamente pelos deputados trabalhistas, predominantemente de direita ■ Um sismo mata pelo menos cem pessoas e causa graves danos materiais numa área remota da província de Sichuan, no sudoeste da República Popular da China.

25

Domingo 1579 – É assinado o tratado de Utrecht, que definiu a fundação da República Holandesa.



A Frente de Libertação Nacional Farabundo Martí denuncia que estão a chegar à capital salvadoreña 800 toneladas de material de guerra por dia provenientes dos EUA, para manterem a junta ultra-direitista no poder ■ A viúva de Mao Tsé Tung, Xiang Xing, e o antigo presidente do município de Xangai, os dois principais membros do chamado « bando dos quatro », são condenados à morte com pena suspensa por dois anos pelo tribunal especial que os julgou em Pequim ■ O presidente mexicano Lopez Portillo chega a Nova Delhi para uma visita de seis dias, destinada a reforçar os laços com a Índia.

26

Segunda-feira 1971 – Uma nave soviética não tripulada pouso suavemente no planeta Vénus.



O líder trabalhista britânico Michael Foot desenvolve esforços no sentido de evitar que um grupo de dirigentes da ala direita do partido se encaminhem para uma cisão que, a confirmar-se, teria sucesso muito incerto e apenas poderia pôr em causa a possibilidade dos trabalhistas ganharem as próximas eleições na Grã-Bretanha em 1983 ■ O Comité Permanente do Conselho Nacional da Guiné do PAIGC divulga uma declaração em que convida Aristides Pereira a convocar um congresso extraordinário «para decidir do futuro do PAIGC enquanto partido binacional» ■ No seu maior ataque em 13 meses contra o «submundo» italiano, a polícia de Itália prende 123 suspeitos de pertencerem à Máfia, em várias cidades do país ■ Segundo as primeiras estimativas, eleva-se a duas centenas o número de vítimas mortais causadas pelas cheias do rio Búfalo na África do Sul, enquanto milhares de pessoas se encontram isoladas à espera de auxílio ■ O bispo de Goiás-Velho (centro-leste de El Salvador), monsenhor Tomás Balduino, defende o direito de um povo recorrer à luta armada quando está submetido a uma tirania, sublinhando que «a pior das violências é a institucionalidade que obriga o povo a viver os sofrimentos que estamos a viver hoje».

27

Terça-feira 1865 – Um tratado com a Espanha reconhece a independência do Peru.

Recomeçam em Madrid os trabalhos da Conferência sobre Cooperação e Segurança Europeias ■ Começa em Estrasburgo a reunião do Conselho da Europa com um debate sobre a situação na Turquia, após o golpe militar de 12 de Setembro do ano passado, onde têm existido alegadas e sistemáticas torturas aplicadas nos muitos milhares de presos políticos encarcerados desde então.

Reagan promove uma política externa irrealista

«Há coisas mais importantes que a paz» – afirmou Haig (hoje secretário de Estado norte-americano), no Senado, pouco antes da tomada de posse do presidente Reagan. Expressão que no fundo pressupõe que para a administração Reagan há coisas mais importantes do que uma guerra nuclear.

Algumas das primeiras decisões de Washington, com o novo governo, confirmam o perigo latente nas belicistas afirmações proferidas na campanha eleitoral pelo actual presidente. O Departamento do orçamento do Congresso anunciou recentemente que as despesas militares dos Estados Unidos poderão aumentar até 79,3 mil milhões de dólares durante os próximos cinco anos. O maior aumento registar-se-ia nas despesas do âmbito da NATO (59,8 mil milhões de dólares).

Entretanto, seis mil fuzileiros navais norte-americanos – indigitados para fazer parte de uma possível força de intervenção na zona do Oceano Índico, a sul do Irão – realizam importantes exercícios militares no deserto da Califórnia.

Igualmente elucidativas são as afirmações do actual secretário da Defesa, Caspar Weinberger, que, no primeiro dia do seu cargo, enviou uma mensagem aos vários ramos das Forças Armadas, dizendo antecipar com «entusiasmo e vontade o início de rearmamento da América com o apoio total do nosso novo comandante-chefe» (Reagan).

A política externa de Washington apresenta-se assim, à partida, profundamente agressiva. Agressiva e irrealista. E é este exactamente o primeiro

grande obstáculo à sua concretização. Promovendo uma política dos tempos da guerra fria, a administração Reagan depara com uma realidade completamente diferente.

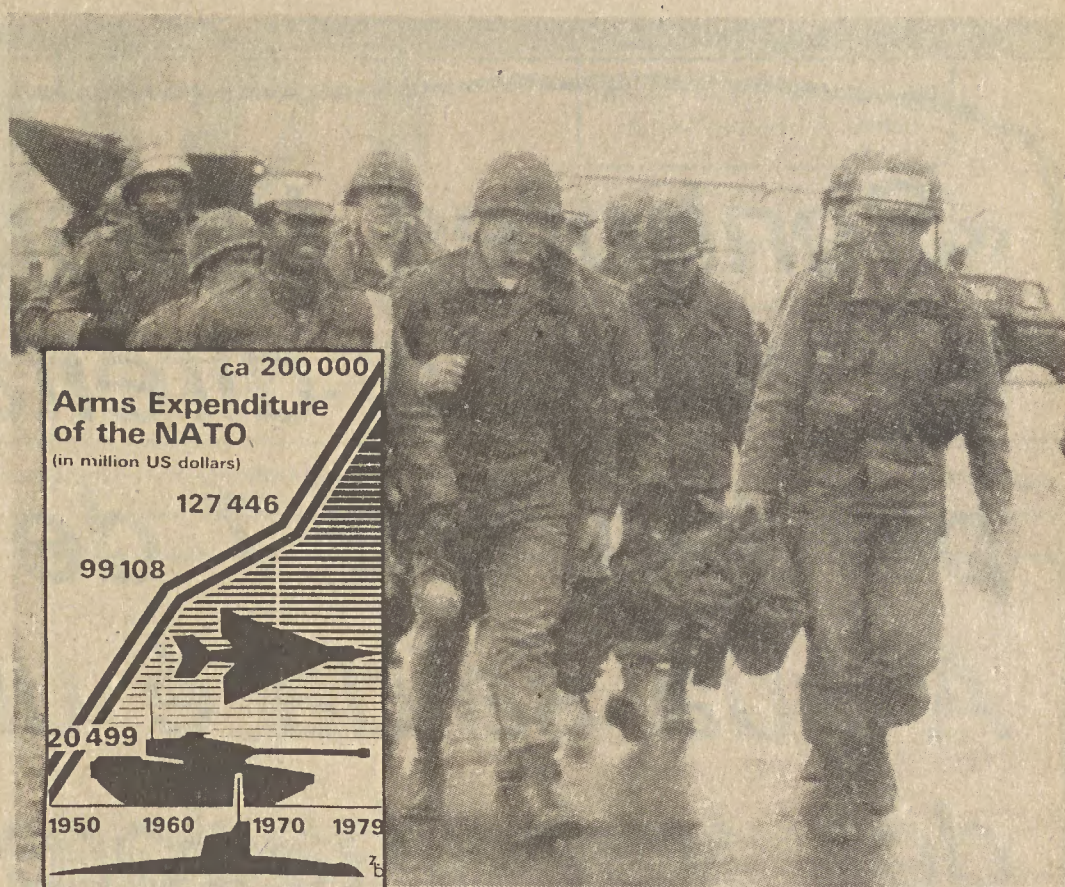
A nível interno vive-se uma grave crise económica. Al as promessas de Reagan entram imediatamente em conflito com a realidade. Ninguém ainda descobriu a fórmula que permita uma redução de 30 por cento nos impostos (uma das principais promessas eleitorais de Reagan) e, simultaneamente, o aumento das despesas militares. O mesmo se passa com a inflação, dado que os aumentos no orçamento militar são os principais responsáveis pelo seu crescimento. O mesmo em relação ao desemprego, pois está mais do que provado que um mesmo investimento gera maior número de empregos no sector civil que no sector militar.

Mesmo entre os seus aliados da NATO Reagan conta com vozes discordantes para uma política externa abertamente belicista. Um jornal da RFA, por exemplo, qualificou as palavras de Haig como uma tentativa deste general de obrigar os aliados a «não olhar para o mundo senão pelo espelho retrovisor de um carro de combate».

Na 5.ª Conferência Interparlamentar Europa-América Latina,

realizada neste dias em Bogotá, capital da Colômbia, a presidente do Parlamento Europeu afirmou: «São muitas as interrogações que se põem à política externa de Reagan, mas os Estados Unidos têm de lembrar-se de que existem a Europa, a América Latina e outros continentes, e os novos governantes americanos terão que ter-nos em conta».

A realidade do socialismo é o mais decisivo obstáculo à política externa promovida pela Casa Branca. Primeiro, toda e qualquer tentativa de obter uma supremacia militar sobre a URSS é insensata, estéril e perigosa. Segundo, só o respeito pelos princípios de igualdade e da segurança pelos interesses recíprocos pode assegurar a inter-acção dos dois países na procura de soluções aceitáveis tanto mutuamente como para os restantes países do mundo. Terceiro, os aspectos fundamentais das relações URSS-EUA são aqueles que visam assegurar o processo de limitação dos armamentos estratégicos e cada



novos passos nesse sentido, não só abre perspectivas de desarmamento real como defende o mundo da catástrofe nuclear.

Estes são factos que, quer queira quer não, a administração Reagan terá que ter em conta; Mas factos que não se impõem só por

si. Antes pressupõem a acção concertada de todos contra os perigos que o imperialismo faz incorrer a toda a humanidade.

Recomeçou a Conferência de Madrid

Recomeçaram na passada terça-feira, em Madrid, os trabalhos da Conferência sobre a Segurança e a Cooperação na Europa. Este retomar dos trabalhos, depois da pausa programada de cinco semanas, é acompanhado com particular atenção pois pode

constituir um teste à política externa norte-americana com Reagan.

Dos dias antes milhares de manifestantes desfilaram de Madrid para a cidade vizinha de Torrejon de Ardoz, protestando contra a possível entrada da

Espanha na NATO, em 1983, e a permanência de forças militares norte-americanas no país.

A capital espanhola reúne hoje por um lado, a vontade popular, a vontade da comunidade socialista, de

activa defesa da paz, e, por outro, o espírito belicista do imperialismo. Como declarou o representante soviético no regresso aos trabalhos da Conferência, «o lugar na história do encontro de Madrid dependerá dos seus resultados».

A deformação da realidade que se vive em El Salvador

Ao longo de toda esta primeira fase da ofensiva revolucionária geral em El Salvador, uma preocupação dominou a propaganda do imperialismo. A preocupação de afirmar que não acontecia nada, que a ofensiva guerrilheira tinha sido dominada desde o início.

Não acontece nada, mas entretanto todo o país se encontra em estado de sítio, na capital os estabelecimentos públicos estão protegidos por tanques e veículos blindados, os helicópteros controlam as ruas das cidades, há polícia em todos os transportes públicos. Não acontece nada mas em São Salvador, numa só semana, foram passadas pelas armas 50 pessoas, por terem saído de suas casas durante o recolher obrigatório. Não acontece nada mas os Estados Unidos aceleraram o seu auxílio militar à Junta até atingir as 800 toneladas de material de guerra por dia.

A realidade que se vive em São Salvador é francamente diferente da divulgada pela propaganda imperialista e desdobra-se, não só no ascenso revolucionário neste país, como nas suas importantes repercussões na América Latina, em particular nos países da zona.

Há alguns dias o comando da Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional emitiu um comunicado em que se considera terem sido cumpridas com sucesso «as operações no quadro da primeira fase de ofensiva revolucionária geral», iniciada em

10 de Janeiro. Conforme afirma o camarada Shafic Jorge Handal secretário-geral do Partido Comunista de Salvador e membro do «alto-comando da Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional», os guerrilheiros controlam vastas zonas, tendo criado rectagulares próprias em todas as frentes. Nas regiões controladas estão a ser criados órgãos de poder. Entretanto a luta continua, a repressão continua também, atingindo mesmo elementos de organizações religiosas internacionais.

O 10 de Janeiro de 1981 pertence já à história do povo salvadoreño como «a primeira vez na história da luta libertadora do povo salvadoreño» como destaca o secretário-geral do PC de Salvador, em que «as forças patrióticas da Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional passaram à ofensiva decisiva que obrigou as tropas da Junta a defenderem-se».

Os reflexos do ascenso revolucionário em El Salvador não são menos importantes do que os acontecimentos neste país. E não preocupam menos o imperialismo. «A chama da luta contra

o imperialismo americano e os seus aliados, os regimes ditatoriais reacçãoários, ganha toda a América Central», declarou o camarada Manuel Mora Valverde, secretário-geral do Partido da Vanguarda Popular da Costa Rica (comunista).

O exemplo das Honduras é particularmente significativo. Como denuncia a Federação dos Estudantes Universitários (FEUH), o governo desencadeia a repressão para tentar impedir «os actos de solidariedade com a luta do povo de El Salvador contra o imperialismo norte-americano». O balanço dos últimos quatro meses é a prisão de cerca de 40 dirigentes sindicais, para além de políticos, advogados, camponeses, estudantes.

As Honduras é exactamente um dos países com que o imperialismo conta para, através do seu Exército, avançar com uma ingerência militar indirecta em El Salvador, se os fornecimentos massivos de armas não forem suficientes – como a prática confirma que não o são – para esmagar a vontade de liberdade do povo de Salvador. Para o povo das Honduras a batalha da solidariedade com El Salvador, confunde-se com a luta contra as tentativas de um golpe ultradireitista, com a luta contra a repressão. Um exemplo que está longe de ser único na América Latina.

Quadro negro da Junta de El Salvador

REPRESSÃO CONTRA SACERDOTES 1977-1980

Tipo de acção	Número	Corpo repressivo
Torturados-expulsos	4	GN, Corpos Combinados
Expulsos	7	SIC, GN, Emigração
Capturados-torturados	5	GN, Corpos Combinados, Exército
Presos	7	GN, Corpos Combinados, Exército
Presos	7	PN, GN
Exilados	5	Emigração
Calúnia pública	22	Anónimos, Alcaide, PCN, GN
Atentados criminosos	2	UGB
Ameaças de morte (contra Jesuítas e outros)	muitos	Orden, UGB, Falange
Ameaças, saíram do país	11	UGB, autoridades
Espancamento	1	Corpos Combinados
Tentativa de captura	1	Corpos Combinados
Assassinatos	7	UGB, Corpos Combinados, GN

Acções contra Monsenhor Romero

Julgamento público	1	Tribunal Supremo de Justiça
Ameaças de morte	várias	Falange, UGB
Boicote a homilias		
ASSASSINATO		

Como se pode ver pelo presente quadro, fica claro tanto a perseguição desencadeada contra a Nova Igreja de El Salvador, assim como quem estava interessado na destruição dessa força comprometida com o povo. Todas as agressões e assassinatos foram obra de organismos policiais e militares e organizações fascistas que lhe estão ligadas. (Fonte – Perseguições à Igreja, boletim informativo internacional n.º 9, Secretaria de Comunicação Social, Arcebispo de São Salvador).

Novo secretário-geral do PC da África do Sul



O Comité Central do Partido Comunista da África do Sul elegeu para seu secretário-geral o camarada Moses Mabhida

O camarada Moses Mabhida nasceu em 14 de Outubro de 1923. Filho de camponeses, entrou para o Partido Comunista da África do Sul em Dezembro de 1942.

É membro da Comissão Política do CC do Partido Comunista da África do Sul e da Comissão Nacional Executiva da ANC (movimento de libertação) e do Congresso dos Sindicatos da África do Sul.

Solidariedade

● **Chile** – Foram presos em Santiago do Chile sete membros do «comité pró-retorno de exilados» que se encontravam em greve de fome como forma de protesto contra um decreto do governo que proíbe o regresso ao país dos exilados políticos. Foram igualmente presos o presidente e o secretário-geral da organização laboral Coordenadora Nacional dos Trabalhadores Chilenos.

● **Turquia** – A presidente do Partido Operário da Turquia afirmou no parlamento europeu que os sindicalistas turcos estão a ser torturados, sendo a tortura prática corrente nos interrogatórios. A presidente do Partido Operário Turco afirmou igualmente que «os militares turcos não vão autorizar partidos operários nem de esquerda, legalizando apenas os de tendência pró-governamental».

● **Coreia do Sul** – O regime ditatorial do presidente Chun Doo Hwan foi forçado a comutar a pena de morte imposta ao dirigente oposicionista Kim Dae-Jung. Trata-se de uma grande vitória das forças democráticas sul-coreanas e a nível internacional. Alguns países tinham mesmo ameaçado retirar os seus embaixadores de Seul se Kim Dae-Jung fosse executado. Esta decisão do Supremo Tribunal surge na véspera do início das campanhas para as eleições legislativas e presidenciais previstas para Fevereiro – sendo clara a preocupação da ditadura de surgir com uma aparência menos repressiva.

● **África do Sul** – A União da Imprensa Sul-Africana protestou junto do governo de Pretória contra o encerramento do jornal «Post», de grande circulação entre a população negra.

UNICEF afirma: já não há fome no Kampuchea

A UNICEF, organização ligada à ONU, suspendeu no dia 24 deste mês a distribuição de alimentos à população do Kampuchea, quer através da fronteira tailandesa, quer por via marítima. A razão desta decisão fala por si: conforme afirmou o porta-voz da UNICEF, o abastecimento alimentar dentro do Kampuchea é actualmente suficiente.

Durante meses a propaganda burguesa falou da fome no Kampuchea, atribuindo responsabilidades ao poder revolucionário e ignorando deliberadamente que o muito real flagelo da fome neste país constitui uma das mais trágicas consequências da política reacçãoária de Pol Pot-Ieng Sary. Então houve mesmo quem falasse de genocídio das

crianças (claro está, os mesmos que nunca denunciaram o verdadeiro genocídio concretizado por Pol Pot). A propaganda burguesa tinha um duplo objectivo: culpar o novo poder revolucionário e, simultaneamente, em nome da ajuda ao povo do Kampuchea, auxiliar os grupos contra-revolucionários concentrados na fronteira tailandesa.

Hoje mal se refere – quando se refere – a clara afirmação da UNICEF de que a fome foi vencida. Isso já não interessa.

E no entanto não se trata sequer de uma novidade. Já em Maio de 1980, no quinto aniversário do debute do regime fantecho de Lon Nol, apoiado pelos EUA, foi anunciado pelo Kampuchea

o fim do flagelo da fome. Tratava-se de uma grande vitória popular, que naturalmente não se deveu a alguns suspeitos auxílios, que visavam um recuo a um passado que estava na raiz de tal flagelo.

A fome foi liquidada no Kampuchea porque o poder revolucionário considerou esse objectivo tarefa prioritária. Foram mobilizados milhares de camións, barcos, juncos, para recolher e distribuir rapidamente centenas de milhares de toneladas de arroz, outros alimentos e medicamentos, provenientes do Vietnam, da União Soviética e de outros países. Desenvolveram-se intensos esforços para a recuperação de terras incultas. Até Outubro de 1979, em todo o país, foi cultivado

arroz em mais de 550 000 ha e legumes e outras plantas em cerca de 100 000 ha. Até Setembro foi possível restaurar e pôr a funcionar mais de 40 fábricas, algumas particularmente importantes – restauração de máquinas agrícolas e centrais eléctricas. Foram restauradas as principais vias de comunicação.

A par da solidariedade internacional, em particular da União Soviética e do Vietnam, é ao esforço imenso do povo do Kampuchea, à confiança e apoio da população ao poder popular, que se deve a conquista histórica que foi acabar com a fome no Kampuchea. Conquista histórica num mundo onde – importa não ignorar – a fome permanece em muitas zonas como um flagelo.

«Senhores telespectadores: tal como a direita, Proença perdeu em 7 de Dezembro. A sua saída é uma reivindicação dos trabalhadores da empresa e dos portugueses»

Isto dizem num comunicado os trabalhadores comunistas da RTP, porque não podem dizê-lo nos ecrãs

Proença de Carvalho: o que é e o que não é

Vive-se na RTP uma situação insustentável que ultrapassa já as raíças do admissível. O principal e mais poderoso órgão de comunicação social estatizado constitui um escândalo em caixa alta em matéria da manipulação e da incompetência patrocinada pela "AD". As tomadas de posição contra a actuação de Proença de Carvalho avolumam-se de dia para dia: a exigência da sua saída de patrão do Lumiar é um factor que une todos os que, na RTP ou fora dela, exigem para o Portugal democrático uma RTP séria e democrática.

A célula do PCP na Radiotelevisão Portuguesa junta a sua voz nessa exigência democrática. E, em comunicado, desmonta em alguns pontos o estilo da actuação de Proença de Carvalho à frente da RTP.

Uma situação insustentável

A entrada de Proença de Carvalho para a RTP fez parte de um plano: da direita para a liquidação da democracia — dizem os trabalhadores comunistas da Televisão. E justificam-no: Trata-se de um personagem que, pelos processos que utiliza, reúne as condições para ajudar a "AD" a ganhar as eleições de 5 de Outubro e as eleições presidenciais de Dezembro.

São factos conhecidos. E o país ainda não está esquecido de alguns dos momentos altos da actuação de Proença na RTP.

Para isso trouxe com ele alguns homens de mão como Duarte Figueiredo, marginalizou jornalistas experimentados, restringiu o trabalho da Informação a um pequeno número de pessoas, ignorou a existência e as competências dos conselhos de redacção.

Estes são alguns dos factos indelmentáveis apontados pela célula do PCP na RTP, que a opinião pública e democrática foi conhecendo ao longo destes meses à medida que Proença ia cometendo verdadeiros atentados à liberdade de Informação.

Mas há mais.

E os trabalhadores comunistas

da RTP, continuando a analisar a actuação de Proença, sublinham: Promoveu uma política que se alheou da competência profissional dos trabalhadores da RTP, uma política de precipitação, de compadrio, de esbanjamento. A ausência de ideias sobre a televisão e de um projecto televisivo conduziu à paralisação e desorganização progressiva de vários sectores.

Mas os planos da direita, os planos da "AD", foram derrotados, inapelavelmente, em 7 de Dezembro. A direita perdeu e, com ela, também Proença perdeu. A sua saída da RTP dizem os trabalhadores comunistas — e não só eles, acrescente-se — é uma reivindicação dos trabalhadores da empresa e dos portugueses.

Depois das eleições, Proença colocou, como se costuma dizer, o seu lugar à disposição, ainda no tempo de Freitas do Amaral como primeiro-ministro. E Freitas recolheu o lugar de presidente da CA da RTP à disposição de Proença, isto é, à disposição da "AD". E Balsemão, e o novo governo da "AD", avalizou a situação.

E por isso que os trabalhadores da RTP, e com eles os comunistas, dizem: a situação na RTP é insustentável!

directora de programas, o verdadeiro centro de decisão é o grupo Proença/Ressurreição/Luís Andrade/ Cintra Torres.

E o que a experiência mostrou é que este grupo não tem qualquer projecto. Falta-lhe competência. Decide por rompantes, em obediência aos seus interesses políticos, como no caso do funeral de Sá Carneiro. Decide pela falta de qualidade, pela alienação, com critérios de compadrio, como fez com o TV-Show. Toma decisões precipitadas. Altera horários de emissão. Decide sem ter em conta a planificação técnica e as soluções operacionais.

E o rol continua: Não há plano coerente de produção e não há encomendas de programas. Como consequência, a produ-

ção está quase paralisada, excepto como é natural na tradução de programas estrangeiros. Realizadores e equipas paralisadas, alguns dos mais qualificados profissionais sem trabalho. A incerteza nos destinos de muitos trabalhadores causa mal-estar generalizado, boatos, tensões.

E, para alienar as suas responsabilidades — concluem os trabalhadores comunistas da RTP — a equipa de Proença estimula pequenas guerras para que sectores diversos da empresa troquem entre si acusações.

É por tudo isto que os trabalhadores da RTP, e com eles os comunistas, e com eles certamente a maioria do povo português, dizem:

Esta situação não pode continuar.



Tudo na mesma — dizem os Conselhos de Redacção

Os Conselhos de Redacção do 1.º e do 2.º Canais da RTP degueiraram, no final da passada semana, em comunicado a que diversos órgãos de comunicação fizeram referência, que Proença de Carvalho, depois de reconduzido nas suas funções pelo governo da "AD", continua a interferir directamente no sector informativo.

Esta denúncia vem reforçar e avolumar as acusações contra Proença de Carvalho — e contra o governo que lhe deu confiança — e mostrar que a situação na RTP, por inadmissível, diz respeito a todos os portugueses. Porque são a esmagadora maioria dos trabalhadores daquela empresa pública que repudiam os processos utilizados pelo presidente do Conselho de Gerência da RTP.

Afirmam os CR's dos dois canais no documento que a interferência de Proença de Carvalho no sector informativo se processa de tal modo que, de então para cá, não mais cessou a instabilidade laboral neste sector (o da Informação) e a consequente degradação do produto final do trabalho informativo.

O Governo e a maioria entre a espada e o Proença

	Setembro		Novembro	
	1.º Canal	2.º Canal	1.º Canal	2.º Canal
"AD" + Governo + partidos da "AD" ...	1h 21m 31s	26m 47s	2h 16m 43s	36m 15s
Oposição	... 29m 11s	15m 45s	1h 00m 36s	16m 28s
Governo	1h 11m 22s	22m 05s	1h 08m 03s	33m 30s
Presidente da República	... 11m 36s	09m 30s	27m 25s	25m 46s

O pluralismo de Proença e a prova dos nove (para a «AD») fora nada (para os outros)

Numa TARDE a entrevista em família

Apresentada como entrevista exclusiva, a troca de palavras entre Proença de Carvalho, da RTP, e Torquato da Luz, de «A Tarde», vinda a público faz hoje oito dias, mais se deveria classificar como uma cavaqueira em família.

Na abertura, o director de «A Tarde» traça o elogio do chefe da RTP. Diz que é personalidade forte na sua aparente fragilidade física, garante que gosta de aceitar os desafios, revela que se entrega por inteiro às tarefas que lhe são confiadas.

E, num terno arroubo, Torquato da Luz, lapida: Perante Proença de Carvalho é impossível a indiferença: ou se admira ou se detesta. Depois de referir os laços de amizade que unem estes dois directores, laços sempre aprofundados, Torquato revela que as perguntas que colocou a Proença aconteceram no gabinete deste na 5 de Outubro. Perguntas pertinentes, diz de si mesmo Torquato, e respostas sem subterfúgios, classifica Proença.

A entrevista é um espanto de vulgaridade, embora ocupe uma página completa daquele órgão de informação da direita. Ressalvadas, claro está, as declarações que noutro local desta página são referidas.

De qualquer modo, algumas ideias há a reter da cavaqueira entre Proença de Carvalho e Torquato da Luz.

Assim ficamos a saber que Proença pediu a demissão em Dezembro por motivos semelhantes que haviam levado a aceitar o cargo em Julho. Quais motivos não especifica, embora não seja difícil fazer algumas contas de

cabeça: Julho foi o mês que marcou o início da pré-campanha eleitoral para as eleições legislativas e, simultaneamente e por parte da «AD», a campanha de promoção e lançamento do seu general-candidato. O anterior presidente do CG da RTP foi ocupar um cargo no conselho político de Soares Carneiro. Resta perguntar: o que foi Proença fazer para a RTP? ... Depois, em Dezembro e terminado o ciclo eleitoral com uma derrota dos planos da «AD», Proença pede

da actuação do Governo da «AD» foi o seu pleno funcionamento como gabinete eleitoral.

Recorde-se que várias foram as queixas e os protestos dirigidos às autoridades competentes contra as intervenções governamentais, nomeadamente na RTP. Os números de Proença de Carvalho são, portanto, falsos, uma vez que que, ao tempo da «AD» há que acrescentar o tempo dado ao Governo.

No comunicado da célula do PCP na RTP, a que fazemos referência noutro artigo nesta

Ex-advogado de Champallimaud, ex-director do «Jornal Novo», ex-ministro da propaganda de Mota Pinto, ex-presidente da administração da Torralta, ex-demiônário da RTP, Proença de Carvalho entrevistou-se em «A Tarde», por interposto e muito chegado director. Exemplar!

a demissão. Tentando descor-tinar então os tais motivos, não será muito difícil concluir que esses motivos tinham um nome concreto: eleições...

Outros dos aspectos mais interessantes da citada cavaqueira é o que se refere à afirmação — despuorada afirmação — de que nunca, como em 1980, a RTP foi tão pluralista e aberta. É que ninguém deu por isso! Mas vendo-se a «justificação» apresentada por Proença de Carvalho, então sim, já se descortina o atrevimento de tal afirmação. Nos números apresentados por Proença, e referentes à totalidade do ano passado, aos partidos da «AD» são creditadas 4 horas e 3 minutos, aos da FRS 4 horas e aos da APU 1 hora e 46 minutos. É que Proença de Carvalho esqueceu-se que um dos traços mais marcantes

mesma página, os números de Proença são desmentidos e os seus argumentos de pluralismo e abertura na RTP denunciados. O quadro que publicamos, relativo aos meses de Setembro e Novembro — os meses que antecederam a realização das eleições legislativas e presidenciais — é bem elucidativo.

E pronto. A isto se reduz a conversa em família entre Torquato da Luz e Proença de Carvalho. Conversa que dá bem o retrato daquele que o primeiro considera uma personalidade forte na sua aparente fragilidade física. Personalidade forte na manipulação, na censura, na arbitrariedade e na ilegalidade; personalidade forte que não pode continuar à frente do mais importante órgão de comunicação social do Estado.

Reincidência na mentira

Entretanto, novas peças se adensam no já volumoso "dossier" Proença de Carvalho. E uma entrevista concedida por este personagem a um vespertino da direita não é certamente das menos importantes. Pelo que trespassa a mentira, pelo que denota de completo desrespeito pela inteligência dos portugueses.

Para os trabalhadores comunistas da RTP, Proença de Carvalho quis, nessa entrevista, "limpar-se" do isolamento a que foi votado pela sua actuação. E mais uma vez mentiu a manipulação.

Os exemplos são vários. Proença disse: Falou-se em manipulação mas não se apresentou um único caso concreto.

Mas a verdade é esta: então o que foi o travamento da greve da Torralta, de que o sr. até foi presidente? Então o que foi o aproveitamento do funeral de Sá Carneiro para a campanha eleitoral do general de S. Nicolau? E a sua intervenção pessoal neste episódio grotesco? Então como chamar ao facto de no próprio dia das eleições presidenciais, pelas 15 horas, se ter transmitido um depoimento de um "anónimo" dizendo que era necessário "escolher um presidente melhor"? Então o que é ler notícias baseadas em fontes de informação sem qualquer crédito ou baseadas em aponta-

mentos filmados sem referência de origem? Então o que é apresentar notícias encadeadas de maneira a que, por associação automática de ideias, se sugerir uma nova afirmação?

Mas Proença disse mais: não houve um único caso de alguém que tenha sido marginalizado.

É de facto, espantoso — comenta a célula do PCP na RTP. As sucessivas denúncias de jornalistas e dos Conselhos de Redacção de nada valem para Proença. O que faz lembrar aquele programa da EN dos tempos do fascismo: a verdade é só uma (a de Proença); os jornalistas e os conselhos de redacção não falam verdade!

A associação dos argumentos de Proença com esse programa da EN do fascismo não é acidental: é que o ex-ministro da propaganda de Mota Pinto deve pensar que todas as acusações que lhe formulam não passam... de tenebrosas manipulações dos comunistas.

É certo que os comunistas lhe formulam tais acusações; a pequena diferença que existe entre aquilo que Proença pensa e a realidade é que as acusações dos comunistas são acusações da esmagadora maioria dos trabalhadores da RTP, constatadas diariamente pelos milhões de telespectadores.

E como se não bastasse, a incompetência!

Mas isto não é tudo. O comunicado da célula do PCP na RTP desmonta completamente a incompetência da RTP gerida por Proença e pela sua equipa. Afirmam

— se no comunicado que temos vindo a citar: O vai-ven entre o 9.º e o 10.º andar revela que, apesar de Maria Elisa ter sido nomeada

No debate do Programa do Governo chefiado por Balsemão — que, como vem sendo hábito não é demais recordá-lo, é sócio do Sindicato dos Jornalistas — o executivo e a maioria que o apóia foram postos, pode dizer-se, entre a espada e o Proença.

Uma intervenção do deputado comunista Jorge Lemos causou grande perturbação entre as hostes governamentais. E, no entanto, as afirmações do deputado Jorge Lemos não podiam ser mais terra-a-terra.

Disse aquele deputado: No terreno dos actos concretos, o Governo pode ser já julgado, o Governo começou mal! Ao reconduzir Proença de Carvalho na Televisão e ao declarar guerra às empresas públicas de comunicação social, o Governo demonstrou bem que os (poucos) propósitos de respeito pela legalidade democrático-constitucional neste sector mais não são retoques de fachada, totalmente